

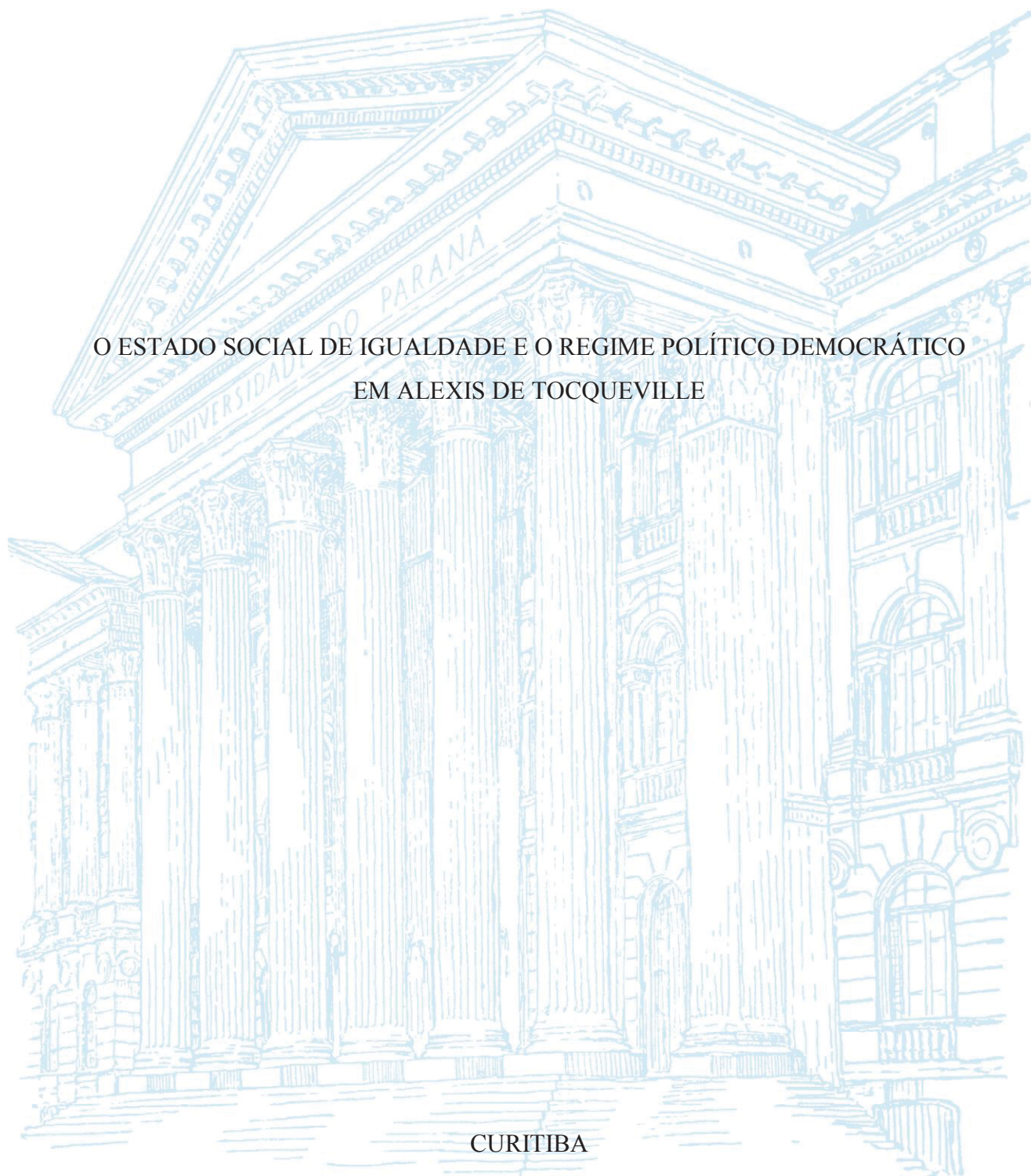
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROBSON FRANCISCO DA COSTA

O ESTADO SOCIAL DE IGUALDADE E O REGIME POLÍTICO DEMOCRÁTICO
EM ALEXIS DE TOCQUEVILLE

CURITIBA

2019



ROBSON FRANCISCO DA COSTA

O ESTADO SOCIAL DE IGUALDADE E O REGIME POLÍTICO DEMOCRÁTICO
EM ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filosofia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Isabel De Magalhães Papaterra Limongi.

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Costa, Robson Francisco da

O estado social da igualdade e regime democrático em Alexis de
Tocqueville. / Robson Francisco da Costa. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Maria Isabel de Magalhães Papaterra Limongi

1. Tocqueville, Alexis, 1805- 1859 – Crítica e interpretação. 2. Democracia.
3. Sociedade e estado. 4. Liberdade política. 5. Igualdade. I. Título.

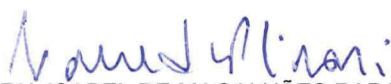
CDD – 321.8


**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM FILOSOFIA.**

No dia trinta e um de janeiro de dois mil e dezenove às 14:00 horas, na sala Sala 603, Ed. Dom Pedro II, Reitoria UFPR do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do Mestrando **ROBSON FRANCISCO DA COSTA** para a Defesa Pública de sua Dissertação de Mestrado intitulada: **O ESTADO SOCIAL DE IGUALDADE E O REGIME POLÍTICO DEMOCRÁTICO EM ALEXIS DE TOCQUEVILLE**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: MARIA ISABEL DE MAGALHÃES PAPATERRA LIMONGI (UFPR), HELENA ESSER DOS REIS (UFG), CRISTINA FORONI CONSANI (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a(o) discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação do aluno. O Mestrando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de Mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **MARIA ISABEL DE MAGALHÃES PAPATERRA LIMONGI**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Observações: _____

Curitiba, 31 de Janeiro de 2019.


MARIA ISABEL DE MAGALHÃES PAPATERRA
LIMONGI

Presidente da Banca Examinadora

CRISTINA FORONI CONSANI
Avaliador Interno (UFPR)


HELENA ESSER DOS REIS
Avaliador Externo (UFG)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ROBSON FRANCISCO DA COSTA**, intitulada: **O ESTADO SOCIAL DE IGUALDADE E O REGIME POLÍTICO DEMOCRÁTICO EM ALEXIS DE TOCQUEVILLE**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 31 de Janeiro de 2019.


MARIA ISABEL DE MAGALHÃES PAPATERRA
LIMONGI

Presidente da Banca Examinadora


CRISTINA FORONI CONSANI

Avaliador Interno (UFPR)


HELENA ESSER DOS REIS
Avaliador Externo (UFG)

*Para minha família, razão de tudo que me trouxe até aqui!
À Jucie Parreira dos Santos, pelas reflexões e dissentimento!*

AGRADECIMENTOS

Tornar real e tangível essa etapa de minha caminhada acadêmica é sobretudo o resultado do que a política pode fazer na vida de um sujeito. Esta dissertação tem, antes de qualquer elemento que dela possa esperar, caráter político.

O tema, o uso das palavras escolhidas, a reflexão e, sem dúvida, as lutas que precisamos enfrentar no forjar de um regime político democrático que busca liberdade e igualdade para todos, se revelam aqui, e buscam mesmo que de forma quimérica demonstrar que é factível percorrer tal caminho, até para aqueles desfavorecidos no sistema educacional brasileiro, no qual estou incluso. Se Tocqueville estava correto quanto a este valor social, ainda temos muito a palmilhar.

Agradeço aos que da minha vida fazem parte e têm lugar e afeto no meu coração, em especial, aos meus pais que ousaram me criar com amor e virtude ímpar, aos meus irmãos, fonte da justificação da exterioridade de outrem em mim desde a mais tenra idade e que sem dúvida há uma coloração forte da existência deles no meu ser. Ainda que a convivência seja breve, minha luta cotidiana no trabalho social e na política busca garantir um mundo melhor, mais igual e democrático, aos meus e muito amados 8 (oito) sobrinhos, os de linhagem sanguínea (Milene, Emerson, Eduardo, Carolina, Tarcísio e Olívia), e os que me tomaram pelo coração (Gabriel e João Augusto). Obrigado por me tornarem o que sou!

Ao meu avô, José Romeiro, fonte de admiração e amor a quem agradeço à Natureza pela genuína benesse de me fazer neto.

Aos meus amigos e amores. Agradeço enormemente à Donaria Aparecida Bruno, pelo afeto, acolhida e melhores conversas sobre todos os assuntos e nenhuns assuntos possíveis. Meu caminho seria triste sem sua existência, Obrigado! Gratular aos irmãos que constituí ao longo da trajetória de trabalho na NUVEM ONG, (André, Fabiana, Isabel, Gilmara e Priscila), aos quais lanço meu sincero carinho e penhoro meus sentimentos e afeição.

Ao meu amigo e amado Pedro Gonçalves pelo companheirismo e leituras de meus textos e pela presença.

Como agradecer a Luciana, Lucinda e quais sejam os nomes que a ela dei durante este profícuo período em que ela me aceita como amigo, e quem sabe enfim ela nos

responda. Está na Reitoria Luciana? A você entreguei minha alma, e agora coladinha na sua ela vai seguir. Muito obrigado por fazer parte dessa minha vida!

À minha orientadora, a maravilhosa, Professora Dr^a Maria Isabel Limongi – para nós, Bel. Que contribuiu e continuará a participar da minha trajetória de vida, de luta e acadêmica. Agradeço, pelo trabalho Hercúleo a mim dispensado com dedicação e paciência na correção e orientação dos meus textos, dos meus anseios, me trazendo para o chão nos meus devaneios mais juvenis, não que a idade me favoreça nesse aspecto. Mas em razão da sua presença, lhe atribuo não só o reconhecimento em favor da profissional que é, mas todo o afeto e admiração pela companheira que tem se tornado a cada dia, e que além de nos ensinar, possa brilhar nos palcos com seu canto sereiano. Obrigado!

Ao meu amigo/amado/irmão, Jucie Parreira dos Santos, quão bela é sua existência de frente aos meus olhos e quão profícua é sua função de me potencializar a cada conversa cotidiana sobre a vida, a sociedade e porque não sobre quem queremos ser. Se conheço uma palavra que possa compreender o apreço que tenho por vossa existência, sem dúvida esta palavra é amor. Sem sombra de dúvidas uma potência de vida me toma na sua presença. Obrigado por existir e fazer parte da minha vida!

Aos servidores públicos da UFPR pela atenção e presteza de sempre. Ao povo brasileiro que paga seus impostos que mantém as Universidades em pé.

Enfim, que nós privilegiados de ter a nossa disposição, mesmo que tendo que passar pelo infortúnio das formas de seleção descabidas pela não universalização do acesso à educação superior pública neste país, os conhecimentos da humanidade com valorosos professores a quem dedico meu maior respeito, possamos devolver à sociedade em que vivemos, atitudes éticas e virtuosas no fazer do nosso trabalho e convívio social.

Ao devir da nossa conjuntura política resguardo com apreensão o meu sincero agradecimento!

O leão, terror das selvas, de idade avançada e recordando em vão suas façanhas, foi atacado no fim por seus próprios súditos, que ficaram fortes diante de sua fraqueza. O cavalo lhe deu um coice; o lobo, uma mordida; o búfalo; uma chifrada. O infeliz leão, abatido e pesaroso, apenas tinha ânimo para lançar um rugido, estava quase morto. Sem queixar-se, aguardava seu fim, quando viu o jumento entrar em sua caverna. “Ah, assim já é demais!”, exclamou. “Estou conformado em morrer, porém, sofrer um coice de um asno é igual a morrer duas vezes.”

O Leão envelhecido
Jean de La Fontaine

RESUMO

Esta dissertação de mestrado pretende investigar sobretudo a relação entre Sociedade e Estado. A sociedade sob a perspectiva de Tocqueville enquanto corpo coletivo democrático, ou igual. A igualdade é entendida pelo autor como um “fato social”. Tocqueville chama de estado social de igualdade de condições a conjuntura política organizacional do povo americano por ele encontrado à época de sua visita aos EUA. Já o Estado, visto pelo autor como resultado das condições da sociedade, sendo este, instituição arquitetada dentro de parâmetros democráticos de igualdade e liberdade, pelo próprio povo, que se auto governa, não apenas como instituições ou órgãos de governo. O filósofo francês desenvolve essa teoria na obra *A Democracia na América*, resultado de uma viagem que fez aos Estados unidos em 1830. A discussão que se pretende nesta pesquisa, é, em primeiro lugar, apresentar a concepção de estado social e democracia de Tocqueville, prioritariamente na obra aqui citada, e diz respeito à investigação sobre em que medida o estado social de uma nação determina o surgimento de sua democracia. Em outros termos, dispomo-nos a indagar as características tidas como imprescindíveis para que o estado social americano, por exemplo, naquele contexto e naquela época, inaugurasse uma democracia efetiva. Em seguida, procurar-se-á esclarecer as hipóteses causais sobre certa conjuntura sócio política que tem como pressuposto a igualdade de condições, resguardada a liberdade política de cada indivíduo para o processo-regime democrático. Após justificadas todas estas engrenagens que formatam o retrato da democracia como regime político, avançar-se-á nas indagações sobre em que medida a democracia, conforme o conceito tocquevilleano, poderá ter lugar nos Estados-nações onde a premissa de igualdade não está posta em sua gênese e que encontram-se cada dia mais desiguais.

Palavras-chave: Tocqueville; Democracia; Sociedade; Estado; Igualdade; Liberdade; Política.

ABSTRACT

This work intends to investigate the relationship between Society and the State. The society under the perspective of Tocqueville as a collective, democratic body, or equal. Equality is understood by the author as a "social fact." Tocqueville calls the organizational political conjuncture of the American people he encountered at the time of his visit to the United States by the social state of equality of conditions. The State, seen by the author as a result of the conditions of society, is this institution, built within democratic parameters of equality and freedom, by the people themselves, which governs itself, not as instructions or government agency only. The French philosopher develops this theory in *The Democracy in America*, the result of a trip he made to the United States in 1830. The discussion intended in this research is, firstly, to present Tocqueville's conception of social state and democracy, primarily in the work cited here, and concerns the investigation into the extent to which the social state of a nation determines the emergence of its democracy. In other words, we are willing to investigate the characteristics considered essential for the American social state, for example, in that context and at that time, to inaugurate an effective democracy. Next, it will be tried to clarify the causal hypotheses on a certain socio-political conjuncture that assumes the equality of conditions, safeguarding the political freedom of each individual for the democratic process and regime. After justifying all these gears that shape the portrayal of democracy as a political regime, we will advance inquiries about the extent to which democracy, according to the Tocquevillean concept, it may take place in nation-estates where the premise of equality is not put in their genesis is that find themselves more and more unequal.

Key-words: Tocqueville; Democracy; Society; The State; Equality; Freedom; Politics

Sumário

INTRODUÇÃO.	10
I – LEIS E COSTUMES - A NOÇÃO DE ESTADO SOCIAL EM TOCQUEVILLE E AS FORMAS INSTITUCIONAIS DA SOCIEDADE POLÍTICA.	15
1.1 A lei de sucessão.	21
1.2 A educação.	22
1.3 Constituição da soberania do povo.	26
II SENTIMENTOS E OPINIÕES - DEMOCRACIA E SOCIEDADE - DOS DOGMAS DO POVO E SUAS APTIDÕES.	34
III A DEMOCRACIA TOCQUEVILLIANA.	49
3.1 A Liberdade e a Igualdade	67
IV À DESIGUALDADE E OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA.	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO.

DEMOCRACIA E ESTADO SOCIAL EM ALEXIS DE TOCQUEVILLE

As discussões a seguir buscam em primeiro lugar apresentar a concepção de estado social e democracia de Alexis de Tocqueville, prioritariamente na obra *A Democracia na América*, e diz respeito à investigação sobre em que medida, segundo Tocqueville, o estado social de uma nação determina o surgimento de sua democracia. Em outros termos, dispomo-nos a indagar as características tidas como imprescindíveis para que o estado social americano, naquele contexto e naquela época, inaugurasse uma democracia efetiva.

Em seguida, procurar-se-á esclarecer as hipóteses causais sobre certa conjuntura sócio política que tem como pressuposto a igualdade de condições para o processo-regime democrático. A questão seria: poderíamos afirmar que, para Tocqueville, um estado social capaz de gerar uma democracia já disporia em certa medida de uma base democrática? Se determinados aspectos de um estado social podem definir a noção de democracia, na ausência desses aspectos, um estado dito “democrático” poderia, então, ser definido como não democrático, a partir do pensamento toquevilleano?

Tocqueville aponta que essas particularidades são de modo geral aquilo que engendra o tecido social de forma orgânica, tendo como “função” dar conformação a essa sociedade. Estes aspectos não só emolduram o corpo político social, mas também são a essência de sua composição. Para o autor, alguns dos principais aspectos da formação da sociedade americana daquele contexto são mais evidentes. Alguns são acidentais, mas não menos significativos, como é o caso da situação geográfica que independe da ação dos americanos. No entanto, sua história, o sistema moral-religioso dos fundadores da nação e dos seus imigrantes, que tem peso expressivo na condução da sociedade e, finalmente, os hábitos, costumes, e, principalmente as boas leis, são decorrência dos fatos gerados pelas ações do conjunto daquele povo.

Embora Tocqueville enfatize a realidade dos americanos como um estado social igualitário, ao final da obra *Democracia na América*, livro I, o autor tece algumas considerações sobre o estado atual e o futuro das três raças que habitam o território dos Estados Unidos. A respeito dessa passagem, nos interessa saber se o filósofo trata ou traz em sua obra algum recurso ou, ao menos sinaliza uma forma com que os americanos e conseqüentemente sua democracia serão capazes de resolver as desigualdades abissais

que assolam as “duas raças” que o próprio autor aponta como “deixadas de fora” da sociedade naquele contexto.

Nesse panorama, nos interessa saber se e como a democracia, a partir de um contexto desigual, poderá ou não fortalecer-se enquanto regime político que de fato caminha para uma sociedade mais igual. Se Tocqueville diz que a democracia germina em um estado igualitário, como pensar a democracia em contextos em que há desigualdade? A pergunta se coloca para a própria América de Tocqueville.

Já no primeiro capítulo tentamos estabelecer um texto instrutivo de como Tocqueville observa e descreve o estado social americano e sua formação, naquele contexto e época, a ponto de enxergar ali um estado de igualdade de condições, mesmo que formal, e um regime político o qual ele denomina democrático. Interessou-nos saber como e por quê os anglo saxões arquitetaram essa sociedade de igual oportunidades. Quais leis, costumes, hábitos, sentimentos e opiniões, para seguir a terminologia do filósofo, deram base a essa engenharia social que de algum modo será para Tocqueville o devir da sociedade moderna no que concerne aos regimes políticos.

Já no início da obra tocquevilliana nos chama a atenção algumas características que parecem óbvias aos olhos de hoje e que sem dúvida foram basilares na sociedade americana do século XVIII e XIX. A educação básica universalizada a todos os indivíduos e, a mudança na lei de sucessão – que saiu do formato da sucessão assegurada apenas ao primogênito para a sucessão partilhada de igual forma entre os filhos - foram sem dúvida decisivas na composição da sociedade, sendo a lei de sucessão uma mudança brusca frente aos costumes aristocráticos ingleses.

Compreendemos também a necessidade de visitar a constituição da ideia de soberania do povo americano, pois essa é parte definitiva na formação da conduta política daquele povo, fator crucial na perspectiva de deliberação e participação social na coisa pública e de interesse coletivo.

Obviamente, as leis trazidas na bagagem, os costumes e a religião são bastante importantes. No entanto, é possível perceber que, para o francês, os três outros elementos é que deram a “nova” roupagem a essa sociedade, a saber, a educação, a lei de sucessão e a ideia de soberania do povo.

Desse modo, trata-se inicialmente de fazer uma leitura da obra sob a perspectiva da relação Sociedade – Estado, tentando mostrar como a formação social (estado social) e a participação dos sujeitos na vida pública (num sentido bem ampliado) configuram o

regime político e suas instituições. Esta leitura está centrada no livro I de *A Democracia na América, leis e costumes*.

No Capítulo II, faremos uma leitura do segundo livro, *A Democracia na América, sentimentos e opiniões*, tendo como foco compreender como os dogmas, os sentimentos e opiniões permeiam as estruturas sociais, organizam o pensamento, as ações e o político a ponto destes elementos influenciarem no modo de vida dos indivíduos, nas decisões do Estado, na organização da sociedade. Fatos esses que têm interferência direta na vida do sujeito, nas suas leis e instituições. A chave de leitura deste capítulo é a de entender que a democracia não é um mero produto mecânico de um estado social específico, mas é fruto da ação política livre, ou seja, a democracia não é um mero produto de certas condições sociais, mas ela depende também de uma certa configuração do campo político, de um certo modo de organizar o poder político.

Já na sequência, no Capítulo III, vamos tentar demarcar as bases e especificações, que, para Tocqueville, são elementares, a fim de clarear o seu conceito de democracia. Eis aqui, talvez, o maior desafio, pois não nos parece muito claro uma definição do termo na obra. O autor aponta de modo continuado elementos, processos, fatos sociais, estruturas mínimas que compõem um regime político capaz de se fazer democrático, no entanto já podemos apontar que, talvez até pela sua metodologia descritiva, Tocqueville entende que a democracia é um processo histórico que se faz no cotidiano e na efervescência da sociedade.

No capítulo IV, a tarefa é entender se há na obra do francês, com ajuda dos comentadores e estudiosos, a indicação dos caminhos que a democracia deverá percorrer ao longo da sua trajetória para romper com as desigualdades postas nas mais discrepantes realidades sociais, além daquelas que ela mesma gera, como é o caso, para o autor, da questão das raças e etnias que a sociedade americana daquela época deixou à margem. Esta desigualdade pode ser reparada e finalmente equiparada no princípio de igualdade por ele revelado de forma tão expressiva?

Aqui se fará necessário entender como para o autor está definida a questão da igualdade social – estado social – e quais as causas da não inserção dos “marginalizados” ali, e que a democracia deverá dar conta.

O pressuposto de que a igualdade de condições e a liberdade são necessárias ao regime político democrático não se enunciou aos americanos de modo espontâneo, foi razão de muita luta e conflito até consolidar-se na conjuntura encontrada por Tocqueville

na ocasião de sua visita. Em *Os Federalistas* encontramos uma breve contextualização histórica desse processo e como a elaboração da constituição e as leis que regiam aquele Estado-nação foram se compondo, ora com descentralização do poder político e das formas de governo, ora com a centralização do poder a fim de controlar a sociedade por meio do Estado.

É certo que no início da formação do estado social americano, houve aqueles que tinham predileção por um modelo aristocrata voltado à origem anglo-saxã, mas houve também aqueles que defenderam maior liberdade e igualdade de condições a todos os indivíduos, sobretudo, que a vontade do povo fosse cumprida e suas liberdades individuais fossem garantidas. Isto é, na medida em que a liberdade dos indivíduos era nutrida, o processo de igualdade era levado adiante no corpo da sociedade na mesma grandeza. Ou seja, a democracia se cumpria como profetizado por Tocqueville, providencialmente e em conjunto com a liberdade, estabelecendo o encontro dos diferentes níveis sociais postos naquele tecido social, como explicita o autor,

“Mas eis que as posições se confundem; as barreiras erguidas entre os homens se abaixam; dividem-se os domínios, o poder se partilha, as luzes se difundem, as inteligências se igualam; o estado social torna-se democrático e o império da democracia se estabelece por fim calmamente nas instituições e nos costumes.”(TOCQUEVILLE,1998, p. 14).

Tocqueville estabelece aqui então o recorte de seu interesse pelos Estados Unidos e principalmente por sua democracia, visto que é sabido por ele que o processo de igualdade se fará conforme proferido como um caminho irresistível a todas as nações.

“Portanto, não é apenas para satisfazer a uma curiosidade, de resto legítima, que examinei a América; quis encontrar ali ensinamentos que pudéssemos aproveitar. Enganar-se-ia estranhamente quem pensasse que quis fazer um panegírico; quem ler este livro ficará convencido de que não era esse o meu desígnio. Meu objetivo não foi tampouco preconizar determinada forma de governo em geral, porque sou dos que acreditam que não há quase nunca uma qualidade absoluta nas leis; nem mesmo pretendi julgar se a revolução social, cuja marcha parece-me irresistível, era vantajosa ou funesta para a humanidade; admiti essa revolução como um fato consumado ou prestes a consumir-se e, entre os povos que a viram produzir-se em seu seio, procurei aquele em que ela alcançou o desenvolvimento mais completo e mais pacífico, a fim de discernir claramente suas consequências naturais e perceber, se possível, os meios de torná-la proveitosa para os homens. Confesso que vi na América mais que a América; procurei nela uma imagem da própria democracia, de suas propensões, de seu caráter, de seus preconceitos, de suas paixões; quis conhecê-la, ainda que só para saber pelo menos o que devíamos dela esperar ou temer.” (TOCQUEVILLE,1998, p. 19, p 20).

Delimitado por Tocqueville o objetivo da viagem que se consolida nas obras que guiarão esta pesquisa, iniciamos então as discussões propostas.

I – LEIS E COSTUMES - A NOÇÃO DE ESTADO SOCIAL EM TOCQUEVILLE E AS FORMAS INSTITUCIONAIS DA SOCIEDADE POLÍTICA.

O vir a ser de uma sociedade é sem imprecisão o efeito das particularidades dos indivíduos que a fizeram surgir. Se estes a constituem de modo em que a liberdade e a igualdade são características alicerçadoras, então, o porvir certamente se dará sobre os fatos que essa sociedade produzirá.

O estado social é, podemos afirmar, sem dúvida, para o autor, a força motriz do processo democrático dos Estados Unidos, um regime político como se propõe a democracia de Tocqueville e por ele observada na ocasião de sua viagem é respaldado pela constatação de que “[o estado social] uma vez que existe, podemos considerar ele mesmo como a causa primeira da maioria das leis, costumes e ideias que regem a conduta das nações; o que ele não produz, ele modifica” (TOCQUEVILLE, 2001, p. 55), (grifos nossos).

Esta análise de como o tecido social americano forjou-se, feita por Tocqueville, pode ser associada a imagem de uma via de mão dupla como forma de evidenciar o fluxo entre as esferas, ora sociedade, ora Estado. Tal movimento quando iniciado por parte do corpo da sociedade é entendido como uma das características basilares do regime político democrático, tem papel cumpridor na arquitetura não só das instituições daquele Estado-nação, pois o afeta de modo direto, mas também, no seu inverso.

Observada no seu inverso, essa movimentação age de modo direto na maneira da organização das instituições civis e na organização do tecido social, esta ação agora gerada pelas estruturas estatais por meio de suas leis e normas, etc. atinge de modo direto a sociedade e a transforma.

Assim, a ação do Estado nas formas da composição social e na sua dinâmica cotidiana a altera de modo significativo, pois um é criado pelo outro na mesma proporção. O que se modifica no domínio de um, reverbera no outro e vice-versa.

Consideramos que o ponto central na teoria da democracia tocquevilliana está calcada nesta tensão, [Sociedade – Estado], essa concepção é certamente o que torna sua obra paradigmática. Evidenciando-se o que a sociedade por meio de sua ação gera no Estado ou até mesmo produz nele.

Ainda a fim de esclarecer essa expressão reveladora do que vem a ser para Tocqueville a democracia e colocando sob o prisma do autor, é a causalidade social uma via de mão dupla; a democracia é consequência do estado social que se encontra e da qual

se originou. Disso infere-se que por haver diversos padrões de estado social, uns mais e outros menos ativos e participantes da coisa pública, há também paralelamente diversos níveis de democracia. Refazendo o caminho, todo ato social inclina-se a materializar-se nas instituições do Estado, e todo ato Estatal tende a ganhar corpo no tecido social, por vezes, como é no caso das leis, modifica os hábitos e costumes daquele povo.

O estado social dos americanos no contexto em que Tocqueville elabora sua obra é específico e retrata de algum modo a estrutura social posta nos seus mais diversos espaços geográficos. O francês descreve de maneira habilidosa, com riqueza de detalhes, a chegada dos anglo saxões no novo mundo. A bagagem trazida por esses tem nada menos que ideias rígidas oriundas de uma moral religiosa dogmática e sem sombra de dúvidas vontade de liberdade e igualdade.

O retrato revelado por Tocqueville da emigração traz na sua feitura um grupo bastante diverso de indivíduos e com esses muitos costumes, ideias e opiniões, cada qual levado para uma região da extensa área territorial dos EUA. Nessa numerosa quantidade de emigrantes encontra-se uma diversidade de o que poderíamos chamar de “valores”, essa moral tinha em sua raiz princípios não aristocráticos e que somados à vontade de liberdade e igualdade para todos fez revelar ali um regime político democrático.

A insistência do autor em mostrar que a condição inicial ou ponto de partida da sociedade americana é sem dúvida crucial ao que ela virá a ser ou já é na época de sua estadia é justificável, pois com isso ele esboça como construiu sua teoria e como entende a questão da igualdade de condições. Alexis de Tocqueville escreve;

“A fundação da Nova Inglaterra proporcionou um espetáculo novo; tudo nele era singular e original [...] os emigrantes que vieram estabelecer-se na costa da Nova Inglaterra pertenciam todos às classes abastadas da mãe-pátria. Sua reunião no solo americano apresentou, desde a origem, o singular fenômeno de uma sociedade em que não havia nem grandes senhores, nem povo, e por assim dizer nem pobres, nem ricos. Havia, guardadas as devidas proporções, maior massa de luzes difundida entre esses homens do que no seio de qualquer nação europeia de nossos dias. Todos, sem nenhuma exceção talvez, haviam recebido uma educação bastante avançada e vários deles tinham-se tornado conhecidos na Europa por seus talentos e suas ciências.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 40).

As bases religiosas dogmáticas, o espírito livre para a política são características que se complementam sob a ótica de Tocqueville, esses elementos dão corpo às ideias democráticas que a sociedade americana tem presente em seus hábitos, atos e deliberações, sejam essas características conscientes ou não, elas entremeiam o tecido social e estruturam o estado social americano.

A forma de governo aplicada na Nova Inglaterra é sem dúvida segundo o autor original em sua implementação, a forma de concepção e aplicação das leis austeras resultado do puritanismo religioso trazido da Inglaterra - que tinha como uma das bases o texto bíblico na formulação das leis - em conjunto com o poder soberano das comunas apresentaram resultados muito diferentes dos já visto até então. Além desses elementos, há também enraizada na sociedade ainda em fase inaugural um aspecto bastante significativo, a saber a educação de todos os membros da sociedade. A ignorância é combatida de modo severo a ponto de o Estado assumir o papel da família quando essa não supre às suas crianças a educação, os magistrados têm como obrigação e, portanto, podem multar os indivíduos, tributar e construir escolas em todas as comunas,

“considerando que a educação das crianças é um dos primeiros interesses do Estado, [...] seguem-se as disposições que criam escolas em todas as comunas e obrigam os habitantes, sob pena de fortes multas, a tributar-se para sustentá-las. Escolas superiores são fundadas da mesma maneira nos distritos mais populosos.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 49).

Para corroborar com essa ideia, Tocqueville também afirma que o estado social quase sempre é o efeito ou o resultado de duas causas (fatos e leis) concomitantemente. Desse modo, para o pensador francês, um estado social concreto, ao mesmo tempo em que se vale de leis para se constituir também se torna gerador delas, assim como é capaz de modificá-las.

Tal concepção de estado social de Tocqueville poderia ser ilustrada pela imagem de uma via de mão dupla, visto que ele é um produto de fatos e leis, mas também é gerador dos mesmos, ou melhor, um efeito que se volta para suas causas quer modificando-as, quer produzindo-as. Como afirma o filósofo,

“[o estado social] uma vez que existe, podemos considerar ele mesmo como a causa primeira da maioria das leis, costumes e ideias que regem a conduta das nações; o que ele não produz, ele modifica” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 55, grifos nossos).

É importante observar desde já que essa noção de estado social tocquevilleana foi elaborada a partir de um contexto concreto e com o seguinte propósito: analisar a gênese da democracia na América do Norte. Foi, sobretudo, a partir da análise do estado social dos anglo-americanos que o pensador recolheu exemplos e argumentos que contribuíram para definir, em certa medida, a sua noção de democracia no interior de sua filosofia política:

“Poderíamos fazer várias observações importantes acerca do estado social dos anglo-americanos, mas há uma que domina todas as demais. O

estado social dos americanos é eminentemente democrático. Teve esse caráter desde o nascimento das colônias e o tem mais ainda nos dias de hoje”. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 55).

A análise de Tocqueville sobre o estado social dos anglo-americanos coincide com o seu interesse em estudar a democracia americana, ou melhor, a eficácia da democracia, - em geral - quando inserida numa época e num contexto definidos. Em *Democracia na América* – obra que baliza nossa pesquisa –, a principal tese de Tocqueville é a de que a democracia é efetiva quando tem como origem um estado social igualitário que se constitua de forma “espontânea” no processo de formação da sociedade a partir de leis e costumes, ou das duas causas, simultaneamente.

Desse modo, o pensador francês se refere à atividade política como ações coletivas e objetivos comuns que possibilitam um estado social mais igual, abrangente. Em certa medida, a análise tocquevilliana do estado social que promove uma democracia real pode ser definida pela igualdade de condições entre os integrantes desse estado. Aliás, como salienta o autor,

“entre os novos objetos que me chamaram a atenção durante minha permanência nos Estados Unidos nenhum me impressionou mais do que a igualdade de condições. Descobri sem custo a influência prodigiosa que exerce esse primeiro fato sobre o andamento da sociedade; ele proporciona ao espírito público certa direção, certos aspectos às leis; aos governantes, novas máximas e hábitos particulares aos governados” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 7).

Compreendemos que Tocqueville se refere à igualdade de condições como um fato por tê-la observado na sociedade norte-americana. Ou seja, não se trata de um princípio que fundamentaria um ideal de democracia, mas uma realidade social constatada a partir de seu método filosófico-sociológico¹.

Com isso, o pensador francês percebe que existe uma tendência à igualdade entre os homens que os destina² ao regime democrático, pois este consiste na continuidade do

¹ Segundo Claude Lefort, Tocqueville não pode ser acusado de historicismo ou de sociologismo por ter averiguado a eficácia de uma ideia, quando inserida numa época e contextos definidos, pois, “o que é justo não é relativo a um dado tempo ou uma dada forma de sociedade; a verdade que advém põe os homens em condições de pensar o que antes era impensável (LEFORT, 1999, p. 59-60)”.

² De acordo com Helena Esser dos Reis, Tocqueville assume, em certa medida, uma perspectiva providencialista em sua obra *Democracia na América*, visto que defende “uma inevitabilidade do vir-a-ser da igualdade de condições e considera condição social como o ‘fait générateur’ de tudo o mais, inclusive das relações políticas (REIS, 2009, p. 99)”. Sobre o tema da providência em Tocqueville conferir também JASMIN, 2005, p. 153.

nivelamento das condições. Desse modo, os aspectos descritivos³ do estado social americano são evidenciados por Tocqueville sempre em consonância com uma igualdade social que não significa apenas a ausência de diferenças hereditárias de condições, mas que todos os cargos, as profissões, títulos, privilégios estão disponíveis a todos. Neste caso, pensar um governo democrático, a partir da filosofia tocquevilleana, é descrever uma sociedade mais igualitária, que por não possuir uma desigualdade essencial entre os membros da coletividade, permite que a soberania desta sociedade passe naturalmente a pertencer a seus indivíduos.

Desse modo, como o estado social também é produtor de legislação, a igualdade social, ao se constituir como lei, promove direitos que permitem a participação dos indivíduos na eleição de seus governantes e no exercício do poder.

Dessa perspectiva, consideramos, que - para Tocqueville, estado social e democracia são noções correlatas que não podem ser analisadas dissociadamente. Mais que isso, poderíamos considerar a nossa hipótese segundo a qual o estado social que propicia o nascimento de uma democracia pressuporia, em certa medida, uma base democrática tendo como premissas fundamentais a igualdade e a liberdade. E isso implica afirmar que quando Tocqueville dirige seu olhar para o corpo social americano, já percebe nele uma democracia. Nas palavras do pensador,

“confesso que vi na América mais que a América; procurei nela uma imagem própria de democracia, de suas propensões, de seu caráter, de seus preconceitos, de suas paixões; quis conhecê-la, ainda que só para saber pelo menos o que devíamos dela esperar ou temer”. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 20).

Um dos nossos interesses é estabelecer como que, para Tocqueville, e se possível de qual maneira os aspectos descritivos, a saber, situação geográfica, histórica, sistema moral-religioso dos fundadores da nação e dos imigrantes, os hábitos e costumes, a religião, e, principalmente as boas leis, (ARON, 1999, p.208.) foram fundamentais para o estabelecimento daquele estado social.

Para o autor, uma das principais características para a formação de um estado social igual é a educação que propicia um “nivelamento” intelectual, mas é também a lei de sucessão que dá um caráter substancial às peculiaridades da formação deste, pois

³ Tocqueville descreve diversos aspectos do estado social americano que contribuíram para que igualdade de condições se desenvolvesse, como a situação geográfica e histórica, o sistema moral-religioso dos fundadores da nação e dos imigrantes, os hábitos e costumes, a religião, e, principalmente as boas leis (Cf. ARON, 1999, p.208).

“O povo, em nome da qual se tinha combatido, o povo, que se tornara potência, concebeu o desejo de agir por conta própria; os instintos democráticos despertaram; rompendo o jugo da metrópole, tomou-se gosto por toda espécie de independência; as influências individuais cessaram pouco a pouco de se fazerem sentir; os hábitos, assim como as leis, começaram a caminhar concordes em direção ao mesmo objetivo, *em acordo com a vontade do povo* [grifos nossos]. Mas a lei de sucessões é que fez a igualdade dar seu último passo” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 56, 57).

Os elementos que compõem a estrutura do estado social observada e explicitada por Tocqueville são fatores que definiram o sucesso do nascimento de um regime político democrático. Disso não se segue que em outro contexto a democracia não seja capaz de se fazer, afinal ela é um processo histórico. No entanto, a situação encontrada pelo autor favoreceu enormemente a realização da democracia daquele Estado-nação.

Os imigrantes trouxeram consigo mais que a vontade de um mundo novo conforme era a promessa da América. Levaram consigo noções de igualdade, de liberdade e logo na chegada entenderam que deveriam se reunir na coletividade para poder formar uma sociedade. É obvio que essa decisão de apoiar-se em conjunto não surge de modo espontâneo, mas sim da necessidade de agrupar-se a fim de conquistar objetivos que beneficiariam a todos.

A dura moral religiosa em conjunto com a vontade de liberdade individual fez com que fossem elaboradas leis e regras rígidas com punições firmes, mas também ampliou a participação na vida da coisa pública. Ao mesmo tempo em que se constituía uma sociedade moral com regras fundamentadas na religião se constituía em outra medida uma sociedade participativa com desejo de liberdade civil e política ao ponto de gestar ali a democracia, até então não vista na Europa.

“Assim, na ordem moral, tudo é classificado, coordenado, previsto, decidido de antemão; no mundo político, tudo é agitado, contestado, incerto. Numa obediência passiva, embora voluntária; no outro, independência, desprezo da experiência e despeito de toda autoridade. Longe de se prejudicarem, essas duas tendências, em aparência tão opostas, caminham em concórdia e parecem prestar-se um apoio mútuo. A religião vê na liberdade civil um nobre exercício das faculdades do homem; no mundo político, um campo entregue pelo Criador aos esforços da inteligência. Livre e poderosa em sua esfera, satisfeita com o lugar que lhe é reservado, ela sabe que seu império está ainda mais bem estabelecido por ela reinar apenas graças a suas próprias forças e dominar sem outro apoio os corações. A liberdade vê na religião a companheira de suas lutas e de seus triunfos, o berço da sua infância, a fonte divina de seus direitos. Ela considera a religião como a salvaguarda dos costumes; os costumes como a garantia das leis e penhor de sua própria duração.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 52).

Além dessas duas características, o espaço geográfico foi também determinante na gestação desse regime político, pois as grandes distâncias fizeram com que houvesse

a necessidade de descentralização dos poderes, logo esse atributo “natural” colaborou com a aptidão do indivíduo americano tomado pela ideia de soberania do povo em participar de todos os aspectos da vida política da sociedade, fosse ele candidatando-se aos cargos e funções públicas, fosse deliberando sobre quem os ocupam.

Contudo, como já mencionamos, para o autor os três elementos agiram ainda de forma mais significativa na formatação do modelo do estado social americano, elementos que se tornaram o fator inicial do como o francês o encontrou na ocasião de sua visita. Foram estes: a lei de sucessão, a educação e a ideia de soberania do povo, aspectos sobre os quais nos fixaremos um pouco mais a ponto de entender porque segundo Tocqueville foram decisivos no processo de nascimento de uma sociedade democrática naquele contexto.

1.1 A lei de sucessão.

Para Tocqueville a grande e basilar mudança na estrutura social americana e que deu cabo às suas discrepâncias naquele contexto foi, sem dúvida, a lei de sucessões, pois está com seu caráter “distributivo” redesenhou a faceta econômica das famílias e dos grandes proprietários, diferentemente da lei que estabelece o direito de herança ao primogênito, que era então, via de regra, o modelo europeu.

A lei estabelecida na sociedade americana distribui de forma igual os bens entre os filhos, e este com maior ou menor virtude lhes conserva ou deles se desfaz. O traço mais marcante dessa estrutura de lei é que ela, em pouco tempo, é capaz de estabelecer na sociedade certa igualdade de condições entre os indivíduos, pois sua característica principal é a ação sobre a estrutura das famílias e das propriedades:

“a lei da partilha igual não exerce sua influência apenas sobre a sorte dos bens; ela também age sobre a própria alma dos proprietários e chama as paixões deles em seu auxílio. Seus efeitos indiretos é que destroem rapidamente as grandes fortunas e, sobretudo, as grandes propriedades fundiárias”. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 58).

Assim, como já afirmado anteriormente as leis e os fatos sociais permeiam e formatam a sociedade dissociadamente, um é premissa para o outro e vice-versa. Cabe talvez reforçar que a mudança no formato da lei de sucessão causou também o desmembramento paradigmático das famílias conforme se via nas aristocracias, a manutenção do grupo social denominado família em torno das grandes propriedades e

latifúndios se rompem. Com isso se desfaz também os laços e costumes mantidos pela lei do primogênito, o que exponencia ainda mais a mudança no corpo social americano.

A lei de sucessão é talvez uma das primeiras leis através da qual os anglo-americanos fizeram valer sua vontade frente aos costumes da terra por eles deixada.

Essa alteração tem por si só grande força sobre a estrutura sócio econômica, e apresenta também grande influência sobre as tradições e a formação do espírito da família. Por motivo evidente, segundo Tocqueville, as famílias abastadas de posse de grandes latifúndios, têm por costume manter-se unida por gerações no molde de sucessão de herança do primogênito. Contudo no modelo em que a herança é distribuída igualmente entre os filhos essa unidade não permanece. Com o recebimento da herança, os descendentes, por vezes, têm condições de não ser menos rico que o genitor. Em outros casos, não raramente, sem a mesma sorte, estes tendem a se desfazer das terras a fim de atender necessidades outras, pondo assim fim na propriedade fundiária.

Essa prática, além de desfigurar a dimensão das fortunas em torno de uma única família rompe também com a ideia do espírito de família, pois a manutenção da honra e do nome em torno da terra que a representava já não existe mais. Sendo assim já não há mais a necessidade de se perpetuar a família por esses laços – origem, glória, potência e virtude - ou ao menos isso não se faz mais pela propriedade fundiária.

“Assim, não apenas a lei de sucessões torna difícil para as famílias conservar intactas as mesmas terras, como tira-lhes o desejo de tenta-lo e leva-as, de certa forma, a cooperar com essa lei para a sua própria ruína. [...] A lei da partilha igual procede por dois caminhos: agindo sobre a coisa, ela age sobre o homem; agindo sobre o homem, ela chega à coisa. [...] Das duas maneiras, ela consegue atacar profundamente a propriedade fundiária e fazer desaparecer com rapidez tanto as famílias como as fortunas.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 59).

Resultado dessa lei é a reestruturação do corpo social e das posses no território americano. A lei de sucessão se estabeleceu sobre a maioria dos Estados americanos e num intervalo de apenas sessenta anos o aspecto da sociedade é totalmente outro, a condição das famílias e dos grandes latifúndios é outra e quase todos têm agora funções sociais muito próximas da grande massa. São estes agora comerciantes, advogados, médicos, etc. o que nos conduz ao elemento da igualdade de condições do estado social americano.

1.2 A educação.

Em paralelo à lei de sucessão - transferência de bens e propriedades - Tocqueville demonstra que o aspecto intelectual dos americanos naquele contexto social tem em certa medida, semelhanças:

“não só as fortunas são iguais: a igualdade se estende até certo ponto às próprias inteligências. Não creio que haja país no mundo em que, guardada a proporção com a população, encontremos tão poucos ignorantes e menos sábios do que na América.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 61).

Este aspecto está estabelecido na sociedade americana daquela época e já é um valor evidente. Logo, ressaltava Tocqueville, devido à disponibilidade de recursos, os americanos em sua maioria podem ter acesso a uma educação básica sem muito esforço. Tal possibilidade esbarra na necessidade de se obter ainda na idade juvenil uma colocação profissional, o que faz com que os indivíduos deixem de lado a possibilidade de um estudo mais avançado e ingressam de maneira prematura na vida laboral. Essa condição fez com que a sociedade americana estabelecesse um nível médio de conhecimentos humanos, pois todos se dedicam de forma mais dispendiosa a um ofício e, quando se interessam por uma ciência, têm em mente aquela cuja utilidade é mais reconhecida ou que demonstra maior possibilidade lucrativa.

No entanto, é manifesto o interesse pela educação da sociedade americana do contexto da visita do francês conforme citamos na introdução desse trabalho,

“considerando que a educação das crianças é um dos primeiros interesses do Estado, [...] seguem-se as disposições que criam escolas em todas as comunas e obrigam os habitantes, sob pena de fortes multas, a tributar-se para sustentá-las. Escolas superiores são fundadas da mesma maneira nos distritos mais populosos.” (TOCQUEVILLE, 2001, p. 49).

As disposições de fundação de escolas em todos os níveis e nas comunas torna indubitável que a educação para os americanos era um valor social. Parece-nos que a não dedicação a uma vida de estudos está entrelaçada à necessidade de trabalho, logo na medida em que se atinge certa idade e se desenvolve capacidade laborativa, os estudos acadêmicos são postos de lado e na idade avançada já não há mais interesse por essa atividade. Essa peculiaridade da sociedade não fez nascer ali a cultura da necessidade ou incentivo da transmissão dos prazeres dos estudos da cultura e da ciência, nem certo apreço pelos gostos dos trabalhos da inteligência. Toda essa conduta fez com que se estabelecesse no que tange aos conhecimentos humanos certo nível mediano. Todos têm aproximadamente os mesmos conhecimentos;

“Estabeleceu-se na América, nos conhecimentos humanos, certo nível mediano. [...] Encontramos assim uma imensa multidão de indivíduos que tem

mais ou menos a mesma quantidade de noções em matéria de religião, história, ciências, economia política, legislação, governo.” (TOCQUEVILLE, 2001, p. 62).

Sem demora, resgatando as duas dimensões mais evidenciadas pelo autor até então quanto à estrutura do estado social americano, a primeira é o padrão econômico estabelecido pela lei de sucessão, de acordo com a qual os homens demonstram certa similaridade em suas fortunas, o que os impele a encontrar e desenvolver meios de sobrevivência inserindo-os nas funções e responsabilidades da sociedade, como a grande maioria das pessoas.

A segunda é a educação que confere aos indivíduos certo nivelamento dos conhecimentos oferecidos nas instituições de ensino a disposição da sociedade, nivelamento este, que pode ainda, ser entendido como consequência da lei de sucessões, pois esta, implica diretamente na permanência ou não destes indivíduos nos trabalhos da inteligência (permanência na vida acadêmica), mesmo que em alguns casos, isso se dê pela não vontade de se dedicar a essa dimensão. Em vista disso é possível entender como Tocqueville entende o estado social que ele denomina de igualdade de condições. Vale relembrar também que isso se dava na maioria dos Estados americanos, mas não em sua totalidade geográfica e nem para todos os povos que ali habitavam, como os; negros e indígenas.

Essas duas características estruturantes da base do estado social americano são para o filósofo, em conjunto com a ideia de soberania do povo, tópicos que possibilitaram a arquitetura da democracia, pois

“o tempo, os acontecimentos e as leis, ao contrário, tornaram o elemento democrático ali não apenas preponderante, mas por assim dizer único. Nenhuma influência de família nem de corpo se deixa perceber; muitas vezes até não seríamos capazes de lá descobrir uma influência um tanto duradoura. A América apresenta, pois, em seu estado social, o mais estranho fenômeno. Lá os homens se mostram mais iguais por sua fortuna e por sua inteligência, ou, em outras palavras, mais igualmente fortes do que são em qualquer outro país do mundo e do que foram em qualquer outro século de que a história conserve lembrança. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 62, 63).

Desta maneira, nos parece que os aspectos apresentados por Tocqueville, ao menos no capítulo três de *A Democracia na América*, esboçam a estrutura básica de formação do estado social americano naquele contexto. Obviamente, não se pode deixar de lado as outras e importantes características, no entanto, o autor enfatiza essas duas causas e mostra também como elas influenciam na engenharia político-social daquela nação.

Se essa base social igualitária é premissa para a instituição e fortalecimento de um regime democrático, é também justificada pela vontade de igualdade e liberdade individual dos americanos. Essa vontade e busca por igualdade permeia as relações postas, sejam elas entre indivíduos, seja entre indivíduos e instituições. Isso deu aos americanos a clareza de que para se manter o estado de igualdade era necessário a articulação e união da sociedade, o que fez com que se unissem nos mais diversos tipos de associações e filiações políticas. Essa condição de associativismos dos mais diversificados amplia de modo significativo a abertura para tomadas de decisão coletivas, e de certo modo, para o bem comum.

Todo esse descritivo de como se dá a formação do estado social americano naquela época e em um contexto específico parece engendrar os elementos de um regime democrático. Disso não se segue que estado social e democracia estão um para outro na mesma proporcionalidade. Sendo uma premissa e causa da outra.

Ainda que pareça frágil pressupor esses dois aspectos como base estruturante de uma sociedade, não nos parece inviável, pois ambos condicionam o comportamento e o tecido social a buscar formas coletivas de deliberação da coisa pública, sempre resguardando a igualdade de oportunidades em seus mais diversos caminhos e de forma ainda mais acentuada a liberdade individual de cada um. Se esse desenho engendra um regime político democrático, certamente isso se dá na medida em que os primeiros ingleses chegaram na América, não deixando que ali se implementassem os ideais aristocráticos, mesmo que possa ainda ter sido mantida muitas das nuances desta forma de organização da sociedade.

Quaisquer que sejam as mudanças sociais através de seus fatos, novos ou antigos, estes propiciam a forma participativa, na perspectiva de fortalecer e garantir as liberdades e igualdades – gerar novas leis e costumes é incumbência do corpo social através do tensionamento do Estado. Isso tem efeito similar nas esferas administrativas do Estado.

Quando este produz normativas, leis e regimentos a fim de conduzir o corpo social, ele também produz e modifica o comportamento da sociedade, e assim o é nas gerações subsequentes, pois os novos sujeitos que aportam na nação se encontram por assim dizer submetidos não só ao padrão social, cultural, moral estabelecido nos costumes, mas também e fundamentalmente às leis e normativas estatais.

Logo podemos reiterar que o corpo social em relação ao Estado é o elo sintetizador da vontade, dos costumes e hábitos da sociedade e que estes têm papel fundamental na

organização e produção de novos mundos possíveis, a partir das leis e fatos que produz cotidianamente. Desse enfoque é lícito afirmar que Tocqueville pensa o Estado a partir da sociedade.

Não parece óbvio, mas o pano de fundo não arraigado aos paradigmas aristocráticos pôde estabelecer, nos Estados Unidos daquele contexto e época, condições para tal organismo vivo como é um regime democrático. Quaisquer outros elementos que não estes constituídos pela participação da sociedade e formatação de suas leis impediriam o seu avanço.

1.3 Constituição da soberania do povo.

Mais um elemento que compõe o estado social americano é a soberania do povo. A significação da ideia de soberania do povo nos Estados Unidos do contexto de 1830 é mais que uma racionalização de pertencimento e engajamento, ele é real e produz fatos na sociedade.

É pertinente entender como se desenha o tecido social americano a fim de elucidar como operava o princípio da soberania daquele povo no cenário da viagem de Tocqueville. A ideia de soberania do povo não é naquela circunstância apenas uma perspectiva ideal a se realizar, ela se faz, verifica-se fortemente nos indivíduos em suas mais diversas camadas sociais. O povo faz valer sua vontade nacional nas mais diversas instituições públicas, nas leis, nos costumes e consequentemente nas ações tomadas por seus representantes eleitos.

“Na América o princípio da soberania do povo não é oculto ou estéril, como em certas nações; ele é reconhecido pelos costumes, proclamado pelas leis; estende-se como liberdade e chega sem obstáculos às últimas consequências.” (Tocqueville, 1998, p. 65).

Ainda não há o voto universal, mas alguns Estados já instituíram esse direito e inseriram no seu governo formas de representação da vontade do seu povo;

“O Estado de Maryland, que fora fundado por grandes senhores, foi o primeiro a proclamar o voto universal e introduziu no conjunto de seu governo as formas mais democráticas.” (TOCQUEVILLE, 1998, p.67).

O poder social gerado pelo reconhecimento e o sentir-se pertencente nas decisões da coisa pública e nos caminhos que o Estado-nação deve seguir, é uma marcha que não recua, é nas palavras de Tocqueville “providencial”. O fato de que a soberania do povo rege as normas, as leis e os costumes sociais é irreversível no Estado americano. Essa

força social está tão arraigada no tecido social que ninguém se quer conjura outra possibilidade. O povo participa de todos os níveis de decisão e nas escolhas de seus representantes e os investiga de perto e a todo o momento, podendo se dizer até que governa a si mesmo;

“O povo participa da composição das leis pela escolha dos agentes do poder executivo; [...] a tal ponto ela é marcada por sua origem popular e obedece ao poder de que emana. O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. Ele é a causa e o fim de todas as coisas. Tudo provem dele e tudo nele se absorve (H). (TOCQUEVILLE, 1998, p. 68).

O autor é repetitivo em seus exemplos para demonstrar a aproximação entre o percurso histórico da democracia e a apropriação da ideia de soberania do povo na sociedade americana ao ponto de enfatizar a sua força de modo tão evidente que não há contramedida que possa conter esse percurso. Logo escreve o autor,

“As altas classes submeteram-se pois sem murmúrio e sem combate a um mal dali em diante inevitável [...] como não podiam mais arrancar a força das mãos do povo [...] não pensaram em outra coisa que não conquistar a qualquer preço o seu beneplácito.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 67).

Presumir que a questão do estado social de igualdade de oportunidades formalizado na obra por Alexis de Tocqueville se espelha no modo com que a sociedade americana se vê perante os organismos estatais nos seus mais diversificados aspectos não nos parece um equívoco. No entanto cabe ressaltar que essa situação pode e certamente é fruto da via de mão dupla da constituição da sociedade em questão, logo poder-se-ia imaginar que a sociedade opera na composição do Estado e o Estado na forma de organização da sociedade, essa ação se dá de forma aproximada em seus resultados.

Se o povo americano tem na sua constituição de governança a máxima de que o povo deve exercer sua vontade, seja de forma direta ou através de seus “representantes”, isso se deve à formatação do seu corpo social, à força que o conjunto de indivíduos tem nas deliberações da cidade e da vida coletiva, mas também na alicerçada convicção de que se não respeitada à soberania do povo, destitui-se os seus “representantes”.

Entendemos aqui que a sociedade americana de 1830 não considera o conceito de representação conforme a representação com a qual as democracias operam no século XXI. Os americanos elegiam para execução das mais diversas funções do poder público aqueles que iriam concretizar suas leis, normativas e acima de tudo sua vontade. Este ato de transferir a outro a função de desempenhar certo papel na sociedade não retirava da população a possibilidade de atuar em conjunto na deliberação das ações da coisa pública e nos interesses coletivos de forma direta. A ideia de representação aqui está longe de ser

a transferência de autoridade sobre sua vontade e interesses, mas sim de outorgar sobre a ação pública daquele que agora é funcionário do povo a execução que a eleição lhe encarrega para cada ofício específico na estrutura da sociedade.

Com a mesma dinâmica que a ideia de soberania do povo e seguindo talvez padrões parecidos se deu o nascimento e constituição das comunas no território americano. As comunas são a base do corpo político, tudo é discutido e deliberado nessa instância pela maioria dos habitantes, tudo que compreende a atuação do Estado passa antes pelas assembleias comunais.

As decisões, as indicações e destituição de seus representantes – magistrados – as nomeações dos cargos que serão ocupados nas responsabilidades do governo local, etc. Antes de qualquer ato, são objeto de discussão e decisão do povo. Mesmo que composta pelos mais diversos componentes e que estes possam por vezes não compartilhar dos mesmos anseios, a comuna é soberana na coisa pública.

Dotada de enorme liberdade as deliberações desta quase nunca sofrem interferência de instâncias outras, tais como; o Condado, o Estado ou a União. Estas últimas só instituem diretrizes a serem seguidas, mas quanto a execução se volta para a comuna, essa tem poder de instituir as regras de como se farão o cumprimento do bem que vamos aqui chamar de “*social* “. No caso de uma nova estrada, por exemplo, essa por ser de interesse coletivo não pode ser “proibida” sua execução pelo poder comunal. Uma escola segue o mesmo roteiro, entretanto, é na comuna que se discutirão a localidade, as formas de tributação para construção e manutenção destas instituições.

A ideia é que a coisa pública, o bem coletivo e as deliberações do destino da comuna são tão íntimas aos costumes e hábitos dos seus moradores que estes vigiam de perto tudo o que ocorre. O povo faz cumprir sua vontade de modo particular e sem necessidade de representantes, esse mesmo delibera sobre os caminhos da sociedade em que está inserido,

“na comuna, como em tudo mais, o povo é a fonte dos poderes sociais, mas em nenhuma outra parte ele exerceu seu poder de maneira mais imediata.”
(TOCQUEVILLE, 1998, p. 72).

Parece redundante enfatizar tanto a formatação como a configuração da organização da sociedade daquele contexto. Mas não o é, pois é importante para o autor que isso seja evidente, é importante ver que um pujante e pulsante regime político democrático se faz perante bases fortes com elementos dos costumes e concepções firmes o que para Tocqueville, no caso dos EUA, na ocasião de sua visita pode ser constatado

na forma orgânica das comunas, no seu advento quase que espontâneo. Ela se faz, não se pode dizer que os indivíduos a planejaram para ser o que é, mas agora que é, faz parte da cultura, do imaginário, ideias e sobretudo dos costumes e leis que regem esta sociedade. Com isso é circular que o poder do povo impere sobre suas instituições, posto que é assim que está determinado sob a ideia de soberania do povo.

As comunas são acima de tudo soberanas, logo instituídas de autoridade e essa autoridade é acima de tudo a lei. Com relação à pergunta recorrente – como fazer com que os moradores e funcionários da comuna obedeçam? - a estratégia aplicada na Nova Inglaterra é sobretudo perspicaz, embora passível de críticas, segundo o autor.

O sistema de hierarquias praticamente inexistente, posta a condição de soberania comunal. Logo, instituiu-se regras para conservar a liberdade e a ordem social, o sistema judiciário e punitivo na esfera administrativa é efetivado pela corte das sessões, quase sempre na forma de multa.

Os juízes de paz são nomeados a fiscalizar, e se for o caso, punir os atos fora do esperado na conduta do indivíduo, do funcionário e do político, cada uma na sua esfera respeitada a forma do delito.

No caso do indivíduo sob pena de multa ou de prisão, caso este não obedeça a lei, o funcionário e o político, por não desempenhar com dedicação ou zelo a função para qual foi eleito, e no caso de fazer o contrário do que diz a lei, por vezes, são multados quando a infração é constatada. Outras vezes, sofrem, apenas a pena da não reeleição ao cargo que se dá anualmente, uma forma de punição da própria comuna e uma maneira do povo exercer sua vontade.

O que nos parece importante ressaltar sobre essa forma de administração da Nova Inglaterra é que acima de tudo a lei é a forma de autoridade maior, autoridade essa que não tem um agente central e menos ainda hierarquizado, pois o poder está no povo, soberano, detentor dos costumes a partir dos quais se faz a lei.

A forma descritiva nessa obra do francês, assim como a quantidade de exemplos que ele dá sobre o poder comunal perante as outras esferas federativas, só mostra o quanto isso é significativo na estrutura social, e como isso reverberou em todas as instituições administrativas do Estado, sem deixar de lado a necessidade de uma regra que coaja a todos a obedecer às leis respeitando o coletivo em detrimento do interesse particular.

Em análise secundária, Tocqueville se volta para outros Estados americanos e neles percebe pequena diferença na aptidão de participação dos indivíduos na coisa

pública. Essa atividade moderada não faz da realidade social destes Estados algo muito diferente da estrutura organizacional política da Nova Inglaterra, mas, muda um pouco a configuração no exercício das funções.

De modo geral, a constituição da comuna se dá na mesma forma já mencionada anteriormente. O povo ainda elege seus representantes e acompanha a execução das tarefas, mas também, delega a deputados e magistrados a administração como um todo.

O modo diversificado da configuração político administrativa destes Estados não altera a ideia de soberania do povo nem destitui as não hierarquias entre os cargos e funções. O magistrado e os deputados assumem papel importante na administração e estes aplicam multas e sanções administrativas. No entanto, é o povo que tem o poder de exoneração por meio das eleições.

Essa situação americana encanta Tocqueville, que a vê como um fato a se expandir a outros Estados-nação. Embora não esteja ele preocupado em levar o exemplo americano para a França, ele demonstra apreço pelo formato do estado social americano e como este se deu. Sobretudo ele dá ênfase aos “valores” por esta sociedade conservados, aplicados, transformados e ressignificados. Suas leis, seus costumes e seus hábitos são estruturantes de um governo descentralizado e democrático sob o prisma desenhado pelo autor.

Pensar a sociedade americana sob a ótica tocquevilliana é considerar as ações da sociedade como modeladora de um Estado-nação.

O fato social transforma a realidade em que se dá, modifica os agentes que o vivenciam e deixa um legado às gerações futuras. Por mais perigoso que pareça ser esta afirmação, o fato social é também a força motriz de um Estado democrático. Os fatos sociais são o pulsar de um regime fluido como é a democracia, consequentemente emolduram a sociedade e o Estado.

O Estado por sua vez é um gerador de fatos sociais de forma institucionalizada. Ele elabora um conjunto de instrumentos, tais como a educação, as leis, as normativas e outras regras, que assim inseridas no tecido social dão novas formas ao estado social atual.

Retomar aqui a questão da lei de sucessão, da educação e da ideia de soberania do povo como fatos sociais que na medida em que foram sendo implementados acabaram

por modificar a realidade posta, nos parece pertinente, pois isso transforma o tecido social de forma significativa. Essa intervenção se torna parte dos costumes e hábitos ao ponto de não ser mais sentida como uma ação isolada, mas um bem social que faz parte da cultura da sociedade.

A educação nessa perspectiva aqui apresentada vai além do letramento e da incorporação dos conhecimentos humanos produzidos e sistematizados, ela passa por aspectos da vida em sociedade, da necessidade de interação e ação na coisa pública e nos interesses coletivos.

Esta atividade é, sem medo de errar, executada pelo povo americano por meio da sua característica associativa. Este dispositivo tem caráter relevante na estrutura social e política daquele país, pois além de ser um fato social coletivo, os americanos se associam de modo a agir em prol da coletividade. Isso deu aos americanos a clareza de que para se manter o estado de igualdade era necessário a articulação e união da sociedade, o que fez com que se unissem nos mais diversos tipos de associações e filiações políticas. Essa condição de associativismo dos mais diversificados amplia de modo significativo a abertura para tomadas de decisão coletivas e de certo modo, voltadas para o bem comum.

Compreendidas as características do estado social, seus elementos principais, mas não únicos, o papel dos fatos na estruturação do tecido social americano e de suas instituições, cremos que se faz necessário abordar de modo breve e até mesmo com a possibilidade de crítica, comentadores da noção de democracia tocquevilliana, suas contribuições para esta pesquisa, para a partir daí então adentrarmos no próximo assunto.

As contribuições da obra de Tocqueville para a filosofia política e as ciências humanas são inegáveis. Autores como Raymond Aron, Marcelo Gantus Jasmim, Célia Quirino Galvão, Helena Esser dos Reis e Claude Lefort, são alguns dos estudiosos de sua obra na atualidade. Resguardadas as inquietações e interesses particulares de cada estudioso, podemos destacar que os conceitos de democracia, liberdade e igualdade são centrais em todos.

A perspectiva de cada um destes autores aponta para linhas do pensamento político filosófico de modo geral, mais evidenciadas a política e a ética. No entanto, todos

entendem o conceito de democracia tocquevilleano como sendo um processo histórico em andamento, um fazer-se cotidiano.

Os pilares centrais de uma democracia, para Tocqueville, são a igualdade e a liberdade. Tidos também como alicerces da subjetividade dos sujeitos de direitos, a violação de tais condições implicaria na não promoção de um estado social que potencialize a efetivação da democracia. De acordo com Raymond Aron, pesquisador da obra tocquevilleana, “as verdadeiras causas da liberdade que goza a democracia americana são as boas leis e, mais ainda, os hábitos, os costumes e as crenças, sem as quais não pode haver liberdade” (ARON, 1999, p. 208).

Desse modo, percebemos que, por um lado, Tocqueville busca, em certa medida, apreender a essência democrática da América, partindo de causas históricas e atuais, a região geográfica e a tradição histórica a ação das leis e dos costumes. Por outro, enfatiza como elemento fundamental a participação da sociedade no fazer do regime político.

Ainda, Aron é talvez um entusiasta da teoria de Tocqueville, pois ele a apresenta seguindo as teorias de Montesquieu, Comte e Marx, colocando cada um com suas características, e faz isso para interpretar e analisar os fenômenos econômicos e o regime político ou Estado. Ele claramente aceita a teoria de Tocqueville em detrimento dos demais. Pois, na perspectiva de Marx o fator preponderante é o capital, na de Comte o industrial, o que para Aron, parece ser insuficiente ou inadequado, já a leitura feita por Tocqueville, este atribui como fato base da sociedade o elemento democrático.

Para tanto, se faria necessário delimitar as particularidades da relação entre democracia efetiva e democracia real, principalmente na observância do vínculo entre os conceitos de igualdade e liberdade intrínsecos ao sistema democrático, que de acordo com a teoria tocquevilleana é imprescindível. Como salienta Célia Quirino, trata-se de “encontrar a possível coexistência harmônica entre um processo de desenvolvimento igualitário e a manutenção de liberdade” (QUIRINO, 1999, p.152).

Este desafio, de certa forma, também perpassou a tradição contratualista em vista de enfrentar a “questão da liberdade e da igualdade como categorias não contraditórias de um mesmo todo” (QUIRINO, 1999, p.152). Ademais, observar os limites da compatibilidade entre igualdade e liberdade num processo democrático seria fundamental para compreender o próprio significado de democracia em Tocqueville.

Para Lefort, o pensamento tocquevilleano no que diz respeito aos regimes políticos, antes de qualquer coisa, trata dos homens e da humanidade. Nisto está para ele

a real importância do texto, das mutações do mundo e dos homens enquanto seres que buscam liberdade e igualdade. Portanto, falar de democracia é falar de movimento, de transformação, de processo histórico, pois a igualdade é ponto de partida. Porém, a igualdade não está posta nem finalizada, mas é algo que se vigia de perto. Assim como no caso dos regimes políticos democráticos, entendidos como uma invenção cotidiana.

II SENTIMENTOS E OPINIÕES - DEMOCRACIA E SOCIEDADE - DOS DOGMAS DO POVO E SUAS APTIDÕES.

Poder-se-ia crer, com base no que precede este capítulo, que a democracia americana ou outras democracias, de modo geral, são fruto da organização social que a instituiu como regime político. Ou que os regimes políticos democráticos são fruto das sociedades organizadas de modo coletivo.

Pensar a sociedade democrática é pensar fundamentalmente em princípios como igualdade e liberdade. Mas, é necessário também, pensar quais foram as motivações, os sentimentos, opiniões, leis e costumes que a trouxeram do seu nascimento enquanto forma coletiva de existência à sua atualidade.

Logo, entender como se dão os pensamentos que amarram as ideias e mantém uma multiplicidade de indivíduos vivendo coletivamente é fundamental para compreender a noção de sociedade.

O entendimento de Lefort quanto a essa constituição está antes de tudo em pensar o político, buscar compreender o funcionamento do social a partir dos dados da experiência, ou seja, ao longo da sua constituição e história. A dimensão política do social é o que guia a busca de Lefort por compreender quais mecanismos tornam possível a instituição da vida coletiva, ou ainda, quais mecanismos levam um conjunto de indivíduos a participarem de uma mesma comunidade política.

Segundo Lefort, não existe sociedade que não faça referência a um lugar de poder, ou seja, o poder político se constitui como condição para que haja vida social, na medida em que é ele quem conforma a sociedade – para que não seja uma mera multidão.

“Não se trata de afirmar banalmente que a sociedade precisa da política para subsistir, e sim de sustentar que a sociedade é produto de um trabalho prévio de sua conformação a partir de um lugar de poder, que constitui o epicentro daquilo que Lefort denomina o político. O político é, deste modo, anterior ao social”. ((LINCH, 2010, p. 23).

Essa afirmação de Lefort não nos parece distante da de Tocqueville, que no livro I de *A Democracia na América, leis e costumes*, evidencia a igualdade como fator principal, mas não único, que faz com que indivíduos cooperem na causa comum. Sem ingenuidade ele adverte o leitor, agora no início do livro II, sobre o que pode ter sido entendido da sua concepção, quanto ao uso do termo.

“Vendo-me atribuir tantos efeitos diversos à igualdade, o leitor poderia concluir que considero está a causa única de tudo o que acontece em nossos dias. Seria supor-me dono de uma visão deveras estreita.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, advertência).

Feito isso, o autor de *A Democracia na América*, traz para primeiro plano, agora no livro II da mesma obra, a necessidade de compreender os mecanismos que unem os sujeitos e os mantém em sociedade. A hipótese de Lefort citada acima, não parece distante da compreensão tocquevilliana. Explicamos: O que para Lefort confere unidade à sociedade ou o que mantém uma sociedade unida é o poder político, ou, o político. Para Tocqueville, poderíamos assim compreender, seria a vontade.

Essa vontade de juntar-se é uma forma de articulação política de indivíduos que se sabem sozinhos e que na busca de igualdade e liberdade, além do bem comum, unem-se em comunidade, antes de mais nada, para se auto governarem. Esta estratégia é produzida na ideia de soberania do povo, soberania esta fabricada pelas leis, costumes, sentimentos e opiniões ao longo de sua trajetória.

Logo que essas dimensões se estabelecem no tecido social, formata-se um estado social, uma sociedade. Cada estado social tem suas particularidades, seus princípios, suas contradições e suas crenças. Essa movimentação dá a roupagem de cada Estado-nação.

“os americanos têm um estado social e uma constituição democráticas, mas não tiveram uma revolução democrática. Chegaram ao solo que ocupam mais ou menos como os vemos. Isso é considerável. Não há revoluções que não revolvam as antigas crenças, debilem a autoridade (*poder*) e obscureçam as ideias comuns. Grifos nossos. [...] Toda revolução tem mais ou menos como efeito entregar os homens a si mesmos e abrir diante do espírito de cada um deles um espaço vazio e quase ilimitado. Quando as condições se tomam iguais, em consequência de uma luta prolongada entre as diferentes classes de que a velha sociedade era formada, a inveja, o ódio e o desprezo pelo vizinho, o orgulho e a confiança exagerada em si mesmo invadem, por assim dizer, o coração humano e fazem dele, por algum tempo, seu domínio. Isso, independentemente da igualdade, contribui poderosamente para dividir os homens, para fazer que desconfiem do juízo uns dos outros e busquem a luz tão-só em si mesmos.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 7).

Não parece absurdo inferir das palavras acima que, se os indivíduos não têm causa comum, não tem sentimentos e opiniões, não terão um “poder político” ao qual possam recorrer. E, sendo assim, resta a si mesmo resolver todas as suas questões, logo, não há existência coletiva ou sociedade.

A sociedade americana ou o estado social de igualdade daquele povo, no processo de fazer-se enquanto sociedade, provém de características e elementos desde a chegada

dos colonos, algumas atribuídas ao puritanismo religioso, ao dogma da soberania do povo e aos fatos sociais que lhe impuseram leis e costumes.

No entanto, talvez, a noção de coletividade se deu na forma como constituíram suas verdades, sentimentos e opiniões a partir de seus aspectos descritivos de formação e de suas crenças. É verdade que Tocqueville diz que o povo americano não tem como gosto as coisas do intelecto e que se dirige mais pelos sentimentos e opiniões. No entanto, isso não é nem todo para o mau, nem todo para o bem da sociedade.

As crenças são embutidas na sociedade e nos “recém-chegados” pelo nascimento sem possibilidade de questionamento, os indivíduos aceitam de modo geral os dogmas já instituídos preteritamente e o seguem.

“As crenças dogmáticas são mais ou menos numerosas, conforme os tempos. Elas nascem de diferentes maneiras e podem mudar de forma e de objeto; mas não há como fazer que não existam crenças dogmáticas, isto é, opiniões que os homens recebem em confiança e sem discutir.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 09).

Fazem isso por motivos diferentes, pela incapacidade individual de se pensar sobre tudo o que já opera na vida social, ou pela compreensão de que se a maioria aprova e aplica tais dogmas, é então a verdade coletiva, verdade, não havendo necessidade de se pôr a refletir sobre.

No entanto, para o autor, essa situação só se dá quando existe condições de igualdade e semelhança entre os indivíduos do tecido social, o que para ele era fato nos Estados Unidos.

A ausência de um “tutor” intelectual gera também certa desconfiança no outro, o que faz com que cada indivíduo aceite como verdade a opinião do coletivo e cada vez mais ideias pontuais.

“À medida que os cidadãos se tomam mais iguais e mais semelhantes, a propensão de cada um a crer cegamente em certo homem ou em certa classe diminui. A disposição a crer na massa aumenta, e é cada vez mais a opinião que conduz o mundo. Não apenas a opinião comum é o único guia que resta para a razão individual entre os povos democráticos, como possui, entre esses povos, uma força infinitamente maior do que em qualquer outro.[...] Nos tempos de igualdade, os homens não têm nenhuma fé uns nos outros, por causa da sua similitude; mas essa mesma similitude lhes proporciona uma confiança quase ilimitada no juízo do público, porque não lhes parece verossímil que, tendo todos luzes idênticas, a verdade não se encontre na maioria.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 11).

Essa visão de Tocqueville aponta que a liberdade intelectual por vezes coloca os homens a pensar sobre suas realidades, em outras, os coloca em condição de comodidade, apenas na aceitação da opinião pública.

“Vejo claramente na igualdade duas tendências: uma, que leva o espírito de cada homem a novos pensamentos; a outra, que o reduziria de bom grado a não mais pensar. E percebo como, sob o império de certas leis, a democracia ampliaria a liberdade intelectual que o estado social democrático favorece, de tal sorte que, após ter rompido todas as peias que certas classes ou homens outrora lhe impunham, o espírito humano se encadearia estreitamente às vontades gerais da maioria.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 12,13).

A aceitação desmedida da opinião da maioria é também perigosa, assim como o é a crença total no déspota. Tocqueville adverte para a necessidade de se refletir seriamente sobre essa temática, a fim de não viver os povos democráticos em uma outra forma de servidão. É portanto, “necessário livrar-se dos grilhões e não se submeter ao jugo dos que oprimem só porque milhões assim o oferecem” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014), afirma o francês.

Pensar a sociedade americana sob esse viés é tarefa de Tocqueville a fim de entender quais os caminhos seu país de origem vai, como afirma ele, necessariamente passar com o avanço das igualdades em todas as nações, já que este é um caminho irreversível.

Tocqueville preocupa-se também com as possíveis formas de despotismo e de tirania da maioria, que esse estado de igualdade de condições e de intelecto pode gerar. É fruto de sociedades democráticas o aumento da individualidade, o voltar-se para si mesmo a fim de dar cabo a todas as questões que se vive, o que é ao mesmo tempo fruto de uma liberdade política e a consequência da igualdade de condições. E ambas têm de ser monitoradas.

Para mais além é fato que, se há o entendimento que a sociedade enquanto corpo social instituído, que se faz com base nos seus aspectos descritivos, como nos afirmou Tocqueville, e que disso, rompe um estado social de igualdade, estado este que, para o autor é sinônimo da democracia aceitar que os processos históricos, a dinâmica social, movimentos sociais é quem desenha a sociedade enquanto corpo político não parece dificultoso.

Se são as leis e costumes, os sentimentos e opiniões, bem como as crenças e “valores” que são intrínsecos ao dogma instituído no Estado-nação americano, se são estes os elementos culturais que arquitetaram uma sociedade igual, livre e democrática. Também é aceitável que todos esses elementos estejam presentes em sua constituição e instituições.

“Os americanos são um povo democrático que sempre dirigiu por si só os negócios públicos, e nós somos um povo democrático que, por muito tempo,

só pôde pensar na melhor maneira de conduzi-los. Nosso estado social já nos levava a conceber ideias muito gerais em matéria de governo, enquanto nossa constituição política ainda nos impedia de retificar nossas ideias pela experiência e de descobrir pouco a pouco a insuficiência delas, ao passo que entre os americanos essas duas coisas se equilibram sem cessar e se corrigem naturalmente.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 22).

“É assim que as instituições democráticas, que forçam cada cidadão a se ocupar praticamente do governo, moderam o gosto excessivo das teorias gerais em matéria política, que a igualdade sugere.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 22).

Levar em conta que os processos oriundos da igualdade de condição, da liberdade do indivíduo nas sociedades democráticas, formatam, modificam e influenciam o modo com que a sociedade se comporta parece obvio quando acompanhamos Tocqueville no tecer de sua teoria da igualdade/democrática. Pois, essas características conduzem a sociedade na busca constante da igualdade e da liberdade, concomitantemente.

“os homens serão perfeitamente livres, porque serão todos inteiramente iguais; e serão todos perfeitamente iguais porque serão inteiramente livres. É para esse ideal que tendem os povos democráticos.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 113).

As citações acima demonstram que, para o autor, é um reflexo do estado social que, no caso americano, os indivíduos estejam mais voltados para as coisas práticas da vida e de algum modo para a sua utilidade quanto a vida laboral e financeira, e que, portanto, não tendam muito para as coisas do intelecto. Generalizar essa afirmação a todas as sociedades democráticas não é recomendável, pois o próprio Tocqueville não concorda com tal afirmação quando extrapolamos as fronteiras da América.

Logo, nos parece que a costura da teoria democrática tocquevilliana, desde o início da sua obra, vem se configurar nos modos como as sociedades agem. Característica desse regime, tanto a igualdade quanto a liberdade, estabeleceram os modos de pensar e agir daquele Estado-nação.

A sociedade é, portanto, desde sua gênese, mesmo que de forma não planejada, estimulada nas suas engrenagens, estruturas, tecido social/cultural a ser o que é. A igualdade de condições e sua liberdade lhe permite e ao mesmo tempo lhe força para esse porvir.

É preciso, no entanto, considerar que o encadeamento das ações tomadas no seio da sociedade, seja civil, ou estatal, através de indivíduos ou instituições, todas estas ações então carregadas das ideias gerais que formam o pensamento deste ou daquele Estado-Nação.

Desde as práticas do cotidiano às ações mais complexas, tais dogmas estão por assim dizer, dirigindo a sociedade. E isso reverbera em várias esferas do corpo social como nos aponta Tocqueville.

2. 1 A vida social

Os traços da vida cotidiana e da cultura de um povo democrático se faz gradualmente no seu dia a dia conforme as estruturas simbólicas dos seus sujeitos, estes se movimentam para lá ou para cá de acordo com suas crenças, seus hábitos, leis, etc. Portanto, o seu estado social é por assim dizer a imagem de seus dogmas e da sua atitude enquanto sociedade.

Tocqueville, em seu interesse de descrever as diversas facetas do povo americano e consequentemente sua democracia, o faz, em comparação ao modelo de sociedade francês, logo, revela as principais distinções entre o paradigma americano de democracia, o modelo francês de democracia e seu modelo aristocrata.

A vida social desses modelos comparados, é segundo o autor, discrepantes nos modos em que se apresenta. Enquanto um modelo tem a família estável e permanente, que, permanece por longos períodos na mesma região e está calcada em um núcleo familiar, que preza pela manutenção da história dos indivíduos que a compõem, ao ponto de uma geração preocupar-se com a seguinte, sem preterir a antecessora, no outro, o americano, os modelos de famílias são quase que contraposto ao francês aristocrático,

“Nas eras democráticas, ao contrário, em que os deveres de cada indivíduo para com a espécie são muito mais claros, a dedicação para com um homem se toma cada vez mais rara: o vínculo das afeições humanas se estende e se relaxa. Nos povos democráticos, novas famílias saem sem cessar do nada, outras nele caem sem cessar, e todas as que permanecem mudam de fisionomia; a trama dos tempos se esgarça a cada instante, e o vestígio das gerações se apaga. As pessoas esquecem facilmente os que precederam, e não têm a menor ideia dos que sucederão. Apenas os mais próximos interessam.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 120).

Tocqueville se utiliza dessas comparações, a fim de explicar como as condições de igualdade tornam os homens, menos interessados em outrem e mais em si mesmo. Tal característica é, segundo o autor, atributo das eras de igualdade.

“À medida que as condições se igualam, encontramos um número maior de indivíduos que, apesar de já não serem ricos nem poderosos o bastante para exercer uma grande influência sobre a sorte de seus semelhantes, adquiriram ou conservaram luzes e bens suficientes para poderem se manter por si sós. Não devem nada a ninguém, não esperam, por assim dizer, nada de ninguém;

acostumam-se a se considerar sempre isoladamente, imaginam de bom grado que seu destino inteiro está em suas mãos. Assim, não apenas a democracia faz cada homem esquecer de seus ancestrais, mas lhe oculta seus descendentes e o separa de seus contemporâneos; ela o volta sem cessar para si mesmo e ameaça encerrá-lo, enfim, por inteiro, na solidão de seu próprio coração.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 121).

Para o filósofo a questão do individualismo é também característica de sociedades democráticas e consequência de um estado de igualdade, pois ao perceber-se em uma situação de equivalência ou de nivelamento perante seus pares os sujeitos tendem a, ou não se furtam em pensar cada vez mais em si próprios e a se estabelecer como único mantenedor de sua condição e ou auto conservação, aspecto este que o torna cada vez mais isolado.

“Eles concebem uma presunçosa confiança em suas forças e, não imaginando que possam, dali em diante, necessitar de requerer o socorro de seus semelhantes, não opõem dificuldade a mostrar que só pensam em si.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 123).

Cabe trazer a luz que Tocqueville através de seu método descritivo, demonstra do seu ponto de vista como percebeu a sociedade americana na época de sua visita. Sempre de modo comparativo trata do regime político francês e o americano, os exemplos de cada modelo de governo e tecido social. Disso aponta os múltiplos e dispares resultados.

Afirma o autor que a individualidade é de certo modo exponenciada no processo histórico dos americanos pelo fato de estes já nascerem em um regime democrático e iguais, diferentemente da França que teve que alcançar sua democracia por meio da revolução. A não necessidade de se estabelecer uma ruptura no processo de forjamento da estrutura política viabiliza a concepção de soberania do povo, dos seus dogmas instituídos a partir dos hábitos e costumes, mas também torna a semelhança entre os indivíduos uma causa de desassossego intrínseco a esse modelo de governo, pois a mesma igualdade que revela a condição de nivelamento e acesso torna o sujeito individualista e produz o governante despótico.

“Portanto é, comumente, na origem das sociedades democráticas que os cidadãos se mostram mais dispostos a se isolar. A democracia leva os homens a não se aproximar de seus semelhantes; mas as revoluções democráticas dispõem-nos a fugir uns dos outros e perpetuam no seio da igualdade os ódios que a desigualdade fez nascer. A grande vantagem dos americanos é terem chegado à democracia sem terem precisado passar por revoluções democráticas e terem nascido iguais, em vez de terem se tomado.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 124).

De todo modo, estes mesmos sujeitos encontraram uma peculiar maneira para ultrapassar as barreiras do individualismo e combater o despotismo, isso deu-se no uso das associações. A necessidade de encontrar alternativas perante as dificuldades em manter a liberdade isoladamente na medida em que se tornava mais fraco na esfera do privado, incorreu na urgência da formação das associações de caráter civil.

A conveniência da aglutinação dos sujeitos é sem dúvida evidenciada por Tocqueville já no livro um de *A Democracia na América* no qual ele apresenta a formação do novo mundo com a chegada dos anglo saxões. Traço importante da formação do estado social americano a participação na vida coletiva e na coisa pública estabeleceu laços entre os recém-chegados. Firmou-se enquanto meio de inserção em espaços deliberativos, eletivos e organizações com fins de execução dos projetos comuns.

O uso das associações tem caráter sistemático na vida da sociedade americana, Tocqueville aponta esse traço como fator constitutivo do modo com que os americanos organizam a vida social, coletiva, civil e política, mesmo que, por vezes, o associativismo tenha apenas por finalidade a função civil. Em outros termos, o associativismo revela-se como importante mecanismo político.

Não é preciso afirmar que os americanos se utilizaram das associações de modo consciente para combater os despotismos presentes nas sociedades democráticas. Portanto, é razoável aceitar que organismos estruturados como são os corpos associativos, têm mais êxito na sua existência a longo prazo, mais respeitabilidade perante as estruturas institucionalizadas do Estado. E assim sendo, maior força na inserção dos espaços, melhor aplicabilidade da vontade coletiva e maior influência contra atos em desfavor das minorias.

Sem demora, as associações são um corpo social sólido que além de suas atribuições civis, contribuem fortemente para a manutenção da igualdade, liberdade e no enfrentamento das tiranias constantemente presente em regimes democráticos.

“A igualdade coloca os homens um ao lado do outro, sem vínculo comum a retê-los. O despotismo ergue barreiras entre eles e os separa. A primeira os dispõe a não pensar em seus semelhantes; o segundo faz da indiferença, para eles, uma espécie de virtude pública. O despotismo, que é perigoso em todos os tempos, é pois, particularmente temível nas eras democráticas.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 125).

Salientar que é, sobretudo, atributo ímpar da sociedade americana o poder associativo, estes se juntam nas mais diversas e dinâmicas formas de agremiação e

participação coletiva da vida civil e política a fim de alicerçar as vontades coletivas e transformar as realidades a partir das necessidades primárias da comunidade.

“Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, se unem sem cessar. Não apenas têm associações comerciais e industriais de que todos participam, mas possuem além dessas mil outras: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito particulares, imensas e minúsculas; os americanos se associam para dar festas, fundar seminários, construir albergues, erguer igrejas, difundir livros, enviar missionários aos antípodas; criam dessa maneira hospitais, prisões, escolas. Enfim, sempre que se trata de pôr em evidência uma verdade ou desenvolver um sentimento com o apoio de um grande exemplo, eles se associam. Onde quer que, à frente de um novo empreendimento, você vê na França o governo e, na Inglaterra, um grão-senhor, pode estar certo de que, nos Estados Unidos, perceberá uma associação. Encontrei na América certas espécies de associações de que, confesso, nem tinha idéia, e admirei com frequência a arte infinita com a qual os habitantes dos Estados Unidos conseguiam fixar um objetivo comum para os esforços de um grande número de homens e fazê-los caminhar livremente. (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 131, 132).

Ao percorrer a vida social a cultura e o modo com que os americanos estabeleceram seu estado social, e resultado disso seu regime político, é marcante o ordenamento privado do modo de existência daquele povo. A individualidade, tal como concebe Tocqueville, como sendo o fruto da condição de igualdade dos sujeitos, revela uma faceta não menos importante.

O despotismo e a tirania têm como seu fator primordial o ódio e o egoísmo perante os demais sujeitos da sociedade. São estas duas características que fazem permanecer o individualismo e favorecer a fuga dos sujeitos da coisa pública e do bem coletivo. Porém, o caráter desmedido do individualismo não é o único agente condutor da atitude dos homens, há muitos entre estes que desejam associar-se.

O elemento associativo reorganiza o tecido social a fim de estabelecer mecanismos de equiparação e manutenção da liberdade e igualdade de condições entre os indivíduos.

Em contraponto a isso, é quase que natural que o déspota queira manter-se no seu lugar de destaque e poder, logo, faz com que todos os que por ele são governados não se interessem pela coisa pública e ou pelos negócios gerais do Estado. Utiliza-se de estratégias de conservação do status de cada um dos sujeitos, pois assim inalterado fica o seu. É preciso estabelecer que para Tocqueville o déspota não é alguém, para ele há impessoalidade, podendo ser um governo ou o poder social.

O exercício feito pelas associações no contexto americano transporta o sujeito individual para o coletivo de modo significativo, lhe dá “consciência” de que deste modo

pode operar o poder político, as engrenagens do Estado e influenciar no bem maior. Instantaneamente lhe coloca para além do lugar estático em que um governo déspota o quer ou que o poder social o coloca.

Tocqueville contrasta as associações dos americanos com as inglesas e denota uma diferença potencial no modo com qual estas são utilizadas. No caso da primeira, as associações são aproveitadas para movimentar e agir na sociedade. Sob alguns aspectos, os americanos parecem ver nesse modo de agir o único modo de que dispõem, recorrem ao corpo coletivo para fazer e refazer as mais diversas ações, inclusive as operam nas lacunas do Estado ou até mesmo para auxiliá-lo. Já os ingleses reconhecem que o associativismo é um poderoso instrumento de ação, mas o utilizam apenas para grandes ações.

A liberdade de associação civil e política é para o autor razão cabal no que versa o combate aos males que a igualdade de condições pode gerar. Quando falamos da forma com que os sujeitos agenciam suas vidas privadas frente a vida pública, a liberdade política é acima de tudo um método de inserção nos labirintos da vida pública de combate às discrepâncias e tiranias gestadas nos regimes despóticos.

“Muita gente na França considera a igualdade das condições um primeiro mal, e a liberdade política, um segundo. Quando são obrigados a suportar uma, esforçam-se ao menos para escapar da outra. E eu digo que, para combater os males que a igualdade pode produzir, há um só remédio eficaz: a liberdade política.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 129).

A livre associação é em posição elevada, dentre os valores dos povos democráticos, provavelmente a mais bem estimada, equiparada apenas à igualdade. Os americanos entenderam isso desde sua aurora e a conservaram bem e em alto grau, pois os reveses e contratempos dos menos amparados, seja em riqueza, seja em condições de manter sua liberdade, lhes proporcionaram a ocasião favorável à cooperação coletiva. Assim, os americanos descobrem o proveito e o benefício do fazer em conjunto.

“Nos povos democráticos, ao contrário, todos os cidadãos são independentes e fracos; não podem quase nada por si mesmos e cada um deles não poderia obrigar seus semelhantes a lhe prestar seu concurso. Assim, caem todos na impotência se não aprendem a se ajudar livremente.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 132).

A liberdade associativa é mecanismo de ação e coletivização das sociedades eminentemente democráticas, mas não somente. Posto que, em algumas nações e regimes há uma escala dessa liberdade, há casos em que é permitido a livre associação civil e política, em outros apenas a civil é concedida à sociedade. Contudo, para Tocqueville,

quando ambas são estimuladas, especialmente a associação política, se obtém resultados positivos. Há nessa relação uma espécie de reforço mútuo pois uma impulsiona a outra, e, por conseguinte, também os indivíduos que se associam.

“Assim, a política generaliza o gosto e o hábito da associação; ela cria o desejo de se unir e ensina a arte de fazê-lo a uma multidão de homens que, do contrário, teriam sempre vivido sozinhos. A política não apenas faz nascer muitas associações, como cria associações, vastíssimas. (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 142).

Na América, a participação da sociedade em benefício coletivo remonta a sua fundação e a maneira como isso se deu é expressiva na vida social, a chegada dos migrantes, os hábitos, costumes, religião e a instituição das comunas reforçam a ideia de espaço coletivo e objetivos comuns. As necessidades do cotidiano, bem como a carência de serviços à sua disposição, fizeram com que os americanos se colocassem em conjunto, inserindo todos os perfis de indivíduos e propósitos, e isso se deu sob o paradigma associativo.

Este foi também o modo com que se utilizaram para combater o individualismo.

“Uma associação política tira ao mesmo tempo uma multidão de indivíduos para fora de si mesmos; por mais separados que sejam naturalmente, pela idéia, pelo espírito, pela fortuna, ela os aproxima e os põe em contato. Eles se encontram uma vez e aprendem a se encontrar sempre”. (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 142).

Regimes políticos mais centralizados considerariam a liberdade associativa algo a ser vigiado de perto, pois ela incita a sociedade a reivindicar os direitos e serviços que lhes parecem conveniente. Todavia, há também de se considerar que esta tão perigosa liberdade traz consigo benefícios múltiplos. Se quisermos elencar apenas um, poderíamos destacar o quão significativo é o despertar do indivíduo que ao se ver membro da comunidade, imediatamente, acarreta inúmeros proveitos dessa tomada de consciência para o coletivo (civil ou político). Dito de outro modo, o processo de associação investe o indivíduo da causa comum coletiva.

A partir disso, os perigos da democracia se minimizam, pois quando se faz bom uso dos mecanismos associativos, se estimula o aprendizado coletivo com vistas ao bem comum e, aquilo que se apresentava como temerário acaba por ser virtuoso.

“É no seio das associações políticas que os americanos de todos os Estados, de todos os espíritos e de todas as idades adquirem, cada dia, o gosto geral da associação e se familiarizam com seu emprego. Na associação eles se veem em grande número, se falam, se entendem e se animam em comum para todo tipo de empreendimentos. Transportam em seguida para a vida civil as noções que adquiriram assim e as fazem servir a mil usos. Portanto é desfrutando de uma

liberdade perigosa que os americanos aprendem a arte de tomar os perigos da liberdade menores.”[...]Se escolhermos um certo momento da existência de uma nação, é fácil provar que as associações políticas conturbam o Estado e paralisam a indústria; mas, se considerarmos a vida inteira de um povo, talvez seja fácil demonstrar que a liberdade de associação em matéria política é favorável ao bem-estar e até à tranquilidade dos cidadãos. (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 145).

Se o interesse privado, o individualismo, o ódio, o buscar-se a si mesmo para realizar as tarefas e resolver os desafios da vida são comuns à conduta dos americanos, há de se encontrar como romper com esses padrões. O povo americano fez o que há muito tempo Montaigne disse: “Se, por sua retidão, eu não seguisse o caminho reto, segui-lo-ia por ter descoberto, por experiência, que no final das contas é comumente o mais feliz e o mais útil.” A sociedade americana se utiliza da doutrina do interesse bem compreendido para dentro de suas possibilidades tornar-se mais virtuosa.

É compreensível que a estratégia do interesse bem compreendido não esteja presente em todo o território americano, mas encerra grandemente o conjunto da sociedade. Essa filosofia é facilmente assimilada por todos nos mais diversos níveis, ricos, pobres, etc. Portanto, coopera para que a sociedade de modo geral a aplique, fazendo isso produz um fato que modifica a conduta e os hábitos dos indivíduos.

Ainda que de modo elevado a doutrina do interesse bem compreendido esteja operando mais pela utilidade do que pela virtude dos atos, ela ensina a partir de exemplos a possibilidade da realização do bem comum, mesmo que este bem seja em benefício próprio, pois ao fazer um bem mais geral acaba-se por ser beneficiado, e os americanos entenderam logo tal dinâmica.

“A doutrina do interesse bem compreendido não produz grandes devoções, mas sugere todos os dias pequenos sacrifícios; ela sozinha não seria capaz de fazer virtuoso um homem, mas forma uma multidão de cidadãos regrados, temperantes, moderados, previdentes, senhores de si; e, se não leva diretamente à virtude pela vontade, aproxima insensivelmente dela pelos hábitos. Se a doutrina do interesse bem compreendido viesse dominar inteiramente o mundo moral, as virtudes extraordinárias seriam sem dúvida mais raras. Mas penso também que, então, as grosseiras depravações seriam menos comuns. A doutrina do interesse bem compreendido talvez impeça alguns homens de subir muito acima do nível ordinário da humanidade; mas um grande número de outros que caíam abaixo a encontram e agarram-se a ela. Considere alguns indivíduos: ela os rebaixa; focalize a espécie: ela a eleva”. (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 149).

Essa inclinação para realização do bem comum, ora desencadeada pelas necessidades de soluções para as contrariedades no percurso da sociedade e da vida privada, concebeu de forma impositiva o fazer coletivo, e o interesse bem compreendido tem função pedagógica,

“não vejo em torno de mim senão pessoas que parecem querer ensinar cada dia a seus contemporâneos, por sua palavra e por seu exemplo, que o útil nunca é desonesto.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 150).

Essa função ecoa em cada sujeito de moto significativo, ainda que a o uso dessa doutrina entre o povo americano esteja alicerçada na concepção de utilidade e não de virtude.

“Cada americano sabe sacrificar uma parte de seus interesses particulares para salvar o resto.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 150).

Tocqueville, está convencido de que a igualdade de condições é quem conduz cada vez mais o homem para si próprio, e dependendo de como cada sujeito se posiciona perante essa circunstância se permitirá o modo de agir coletivamente, é para o autor o interesse bem compreendido um caminho a ser seguido.

“Não há poder na terra capaz de impedir que a igualdade crescente das condições leve o espírito humano à busca do útil e disponha cada cidadão a se fechar em si mesmo. Deve-se contar, portanto, com que o interesse individual se tome, mais que nunca, o principal, se não único, móvel das ações dos homens; mas resta saber como cada homem entenderá seu interesse individual. (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 150).

No decurso da obra, Tocqueville nos traz de modo recorrente que os aspectos descritivos da formação da sociedade americana e seu estado social são as estruturantes daquele povo. Seus dogmas, crenças, hábitos e costumes estão representados em suas leis, e essas são de modo expressivo solidificadas na religião. A doutrina do interesse bem compreendido é fruto da religiosidade e, sobretudo, é aplicado na operacionalização desta. Os sujeitos adeptos ao cristianismo estão acostumados por assim dizer a agir bem em benefício do outro, não só por sua fé, mas pela utilidade de tal ação, afinal, o outro mundo (ou o paraíso) disso resulta, não só obviamente.

Apreendido isso, o cristianismo de modo mais acentuado dentre as religiões, serve-se da doutrina do interesse bem compreendido na medida em que encorajam os sujeitos a agir em prol do bem comum e da sociedade como um todo. Não só fazem isso a fim de buscar o outro mundo a partir das ações neste, mas por compreender que a felicidade está também em fazer o bem ao próximo conforme “Deus quer”.

O cristianismo nos diz, é verdade, que devemos preferir os outros a nós mesmos, para merecer o céu; mas o cristianismo também nos diz que devemos fazer o bem a nossos semelhantes por amor a Deus. É uma expressão magnífica; o homem penetra por meio de sua inteligência no pensamento divino; ele vê que a finalidade de Deus é a ordem, associa-se livremente a esse grande desígnio e, sacrificando seus interesses particulares a essa ordem admirável de todas as coisas, não espera outras recompensas além do prazer de contemplá-la. (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 152).

Diante disso, absorvido nos dogmas, nos costumes e nos exemplos, o povo, é invadido pelos hábitos, pela religião e por suas manifestações a agir e agir bem. Os pregadores da fé empregam a doutrina do interesse bem compreendido de forma a garantir a felicidade aqui neste mundo e quiçá até mesmo no outro plano.

“Para melhor atingir os ouvintes, mostram todos os dias como as crenças religiosas favorecem a liberdade e a ordem pública, e costuma ser difícil saber, ouvindo-os, se o objeto principal da sua religião é proporcionar a eterna felicidade no outro mundo ou o bem-estar neste”. (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 153).

Os dogmas do povo, ou de uma sociedade específica, desempenha papel orientador em seu destino. Imaginar que não há intencionalidade nos padrões sociais é pôr de lado à prática política intrínseca ao homem. Certamente a composição inicial de um povo desempenha a atribuição de dar forma à conduta moral, cultural, dos costumes, hábitos, etc., até institucionalizar-se nas leis e estruturas governamentais. E, com suas devidas funções desempenham sua finalidade de resguardar, proteger e instituir a vontade do povo que é soberano e se auto governa.

Todo esse arcabouço descritivo, desde a conformação social, os aspectos legais e normativos, a conduta moral e cultural do povo, produz incessantemente novos fatos sociais, que consequentemente ressignificam a ação política. A política por sua vez através do corpo político age na sociedade. Estes entes em conjunto – política – sociedade – político, produzem novos fatos sociais.

Este circuito é particular a regimes políticos democráticos. Uma sociedade ativa no que se refere a coisa pública que age bem e tendo como base os princípios da liberdade, da igualdade e do interesse bem compreendido, tende a avançar enquanto corpo social, o que para Tocqueville os americanos realizam com maestria em suas associações civis com seus mais distintos intentos.

O que nos parece ser o fio condutor ou a teia que estrutura a sociedade, além é claro dos princípios acima citados, é a ação política através do interesse bem compreendido, ou seja, uma espécie de associativismo cívico que traz benefício individual e que tem como consequência o todo, ou vice-versa.

Nesse roteiro desenhado por Tocqueville é possível perceber que a democracia não é um mero produto de certas condições sociais, mas ela depende também de uma certa configuração do campo político, de um modo de organizar o poder político. A liberdade de ação política, os mecanismos de associação são claro, frutos dos dogmas,

sentimentos, opiniões, mas são também consequência da ação livre e da movimentação do corpo político e social.

III A DEMOCRACIA TOCQUEVILLIANA

A originalidade da obra tocquevilleana está, sem dúvida, no entendimento de que a participação dos indivíduos de forma ampla e coletiva foi o que arquitetou o regime político democrático americano. Essa singularidade do seu pensamento nos interessou exatamente por ter proximidade com aquilo que acreditamos ser o modelo mais bem-sucedido na dinâmica pujante de uma democracia viva e robusta.

A compreensão de que a democracia se faz a partir da participação da sociedade nas mais diversificadas estruturas estatais (instituições), e em sua movimentação ordinária é sem imprecisão peculiar. Tocqueville é perspicaz ao fazer constar que esta atuação vem de algum modo dos elementos que formaram os indivíduos dessa sociedade, revelando então por que existe enorme diferença entre uma nação e outra, o que é evidente quando estudamos a história das suas fundações. A composição deste tecido social singular nos coloca perante os mais diversos modelos de sociedade, aquelas em que a participação é pulsante e aquelas em que a passividade perante os governos é mais notória.

A não participação coloca o Estado e conseqüentemente a sociedade em modo estático. A não ativa presença dos indivíduos nas esferas de discussão e deliberação da coisa pública quase que inviabiliza a vivacidade imperiosa da democracia. Isso por si só conduz às sociedades a diversos nivelamentos de suas democracias – um corpo social mais ativo tem um regime político mais fervoroso e força o Estado a caminhar a passos largos, um corpo social menos vigoroso detém a ação esperada de um organismo vivo conforme são as democracias.

Nos parece que o desafio, em sociedades em que a característica predominante é a menos ativa no que se refere à participação social para o bem coletivo, é o de inserir através de elementos culturais fundamentos que possam romper com essa anestesia social, processo esse que é função da própria democracia que se refaz paulatinamente. Mas essas ponderações são ainda precipitadas. E para formularmos quaisquer desdobramentos se faz necessário termos bastante claro o conceito de democracia que está em jogo.

Apresentar aqui o motivo pelo qual precisamos tornar claro o conceito de democracia com o qual seguiremos no percurso desta pesquisa parece ser produtor, haja vista que o tema percorre todo o texto. Com isso já claro, não terá o leitor dificuldades para ter justificado em sua memória o significado da nossa linha de pensamento, pois como sabemos há várias interpretações, outros modelos e modos de conceber a

democracia além de Tocqueville. A visão tocquevilliana é contextual e não opera em uma só perspectiva, entrelaça a visão sociológica da democracia com a visão política.

De início é compreensivo que se imagine que ambas são correlatas e que não podem ser pensadas dissociadamente. Devido a isso, exporemos de modo breve as principais características dessas duas visões.

“O desenvolvimento gradual da igualdade das condições é um fato providencial. Possui suas principais características: é universal, é duradouro, escapa cada dia ao poder humano; todos os acontecimentos, bem como todos os homens, contribuem para ele. Seria sensato acreditar que um movimento social que vem de tão longe possa ser suspenso pelos esforços de uma geração? Alguém acredita que, depois de ter destruído o feudalismo e vencido os reis, a democracia recuará diante dos burgueses e dos ricos? Irá ela se deter agora, que se tornou tão forte e seus adversários tão fracos?” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 11).

O tema da democracia é recorrente em diversos contextos, sejam eles políticos, econômicos, sociais, etc. A democracia é tomada muitas vezes na forma com que é reconhecida pelo senso comum, por vezes trivializada, o que a empobrece e esvazia. Esse enfraquecimento também é reforçado, em certa medida, pela dificuldade de reconhecer a operacionalização do conceito na prática, no cotidiano dos indivíduos, de tal modo que gera a sensação de que a democracia não possa ser posta em prática, sendo apenas passível de racionalização.

Para nós, a tarefa é dar a esse conceito, corriqueiramente entendido por todos, um caráter empírico, a fim de tentar demonstrar com exemplos como o conceito de democracia se dá no “mundo da vida”. De modo mais específico, compreender, sob a perspectiva tocquevilliana, a partir da tensão Sociedade – Estado, se o conceito como percebido por todos é um ideal - um vir a ser - ou se já está posto e real.

Partindo desses pressupostos, podemos tentar sintetizar alguns elementos que produzem tal percepção do conceito de democracia, noções essas que fazem parte do vocabulário não só acadêmico, mas que de modo amplo permeia também a linguagem da sociedade em geral ao abordar o tema da democracia. E que, no entanto, desenha nossa retórica, pois é na palavra, escrita ou falada, que se dão os debates com os quais se arquitetam um regime político democrático.

O diálogo é, portanto, uma das maiores “ferramentas” de trabalho no exercício fazedor de sujeitos políticos. Sujeitos esses que conhecem seus lugares sociais, ou seja, sujeitos políticos capazes de diálogo – debatedores de ideias que argumentam sobre seus interesses individuais e interesses públicos, mas que fundamentalmente são capazes da

convivência ética em sociedade, por meio da participação direta na coisa pública e não apenas por meio do voto.

O vocabulário que permeia e dá forma à concepção de democracia tem em seu escopo conceitos estruturantes e basilares deste regime político, tais como: (1) a ideia de governo do povo ou de soberania popular, ideia esta que traz consigo a expressão da vontade política na figura de um governo/legislador que exerce e efetiva vontade da sociedade; (2) o direito de associar-se, talvez um dos mais importantes mecanismos de um regime político que se busca democrático, (3) eleições livres e periódicas, elemento fundamental, pois é na possibilidade de alternância de governo que o povo escolhe e delibera sobre o formato de sociedade; (4) e o direito de expressão, etc. Todos esses princípios surgem de modo espontâneo quando se fala de democracia. Discorre-se abertamente sobre ela, mas sua definição nem sempre é explicitada.

Para algumas teorias, a democracia está na presença das eleições. Para outras, há democracia quando a maioria decide o que é verdadeiro e fundamental. No entanto, a democracia não se resume a isso. A ideia mais difundida é talvez a que a democracia é o governo do povo. Mas esta ideia tampouco esgota o sentido desse regime político.

Deste modo, há muitas concepções de democracia. O conceito de democracia pode ser definido por diversos aspectos. Existem várias teorias da democracia (este conceito tão importante na vida política de uma nação), teorias que tentam caracterizar e descrever os sistemas democráticos.

Uma linha de pensamento que pode ser apresentada, mesmo que só como exemplo, é o oferecido pelo teórico político Robert Dahl, modelo moderno que elenca as condições necessárias para que os processos de escolha representem ao máximo a vontade das pessoas. Ele apresenta um sistema que traz todas essas condições e foi intitulado por ele de poliarquia, um governo de muitos.

Para Dahl, as características da poliarquia são: Liberdade de formar e aderir à organizações; Liberdade de expressão; Direito de voto; Elegibilidade para cargos públicos; Direito de líderes políticos disputarem apoio e, conseqüentemente, conquistarem votos; Garantia de acesso a fontes alternativas de informação; Eleições livres, frequentes e idôneas; Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência do eleitorado.

Atualmente, essa maneira de se pensar a democracia parece ser a mais difundida, pois está posta por meio de instituições formais que dão a “cara” do regime político, essas

instituições regimentam o fazer da democracia e têm a aparente chancela das sociedades. Porém, temos de considerar que as democracias se anunciam em níveis diferentes de desenvolvimento, desde aquelas com características autoritárias até as democracias mais desenvolvidas. E para agravar ainda mais a possibilidade de se dar uma definição, a concepção de democracia vem mudando continuamente no seu processo histórico.

Exposto isso, de modo breve, nos lançamos agora a investigar a perspectiva de Tocqueville, sobre qual seria sua definição de democracia, de que modo o filósofo desenhou sua visão e quais elementos compunham essa figura. O autor não nos parece deixar de fora as estruturas tais como as estipuladas por Dahl, mas é enfático na radical necessidade da participação do indivíduo na construção da coisa pública e de modo direto.

Tocqueville explicita que a organização política dos americanos naquele contexto é guiada e vigiada de perto pela sociedade, em geral, os americanos, concebem, traçam, idealizam e projetam os caminhos os quais se deve seguir, e, cumprem esse papel participativo com uma proximidade ímpar. Os governos e estruturas agem forçosamente sob o olhar atento do povo, que tem em si a enraizada ideia de soberania do povo e que faz valer sua vontade.

Daí porque Tocqueville afirme que o estado social dos americanos se forma, ora como um produto de fatos, ora como um produto de leis. Essa afirmação é sem dúvida uma das mais fortes e significativas na tensão entre sociedade e Estado. É nessa relação que se dão os elos, as potencialidades e também se desconstroem as barreiras para o fazer do Estado através da vontade do povo. É nessa instância que se debatem e se arquitetam as leis baseadas nos costumes e hábitos do tecido social. É nela que se regimentam as estruturas estatais a fim de dar conta das demandas sociais.

Então, se estamos certos em entender que o debate, a participação e, principalmente, o reconhecer-se parte da sociedade é um dos meios mais eficazes de estabelecer uma democracia, podemos concordar que, quanto mais equânime o acesso aos direitos sociais, a maximização das escolhas, das oportunidades na decisão de futuro do indivíduo que uma democracia pode produzir e garantir, mais esta se fortalece e se produz. Em outras palavras, estamos de acordo com a ideia de que o processo histórico realizado cotidianamente pelos indivíduos é que produz seu regime político, consequentemente este processo provoca novos “fatos sociais” que promove novos hábitos, novas leis e sucessivamente outra sociedade. Importante enfatizar que a noção

tocquevilliana de democracia se equivale a esse movimento factual dos sujeitos no seu tempo e espaço.

Assim, pensar a política como ação coletiva, com objetivos e direitos comuns a todos, um estado social mais abrangente, e igual, é uma concepção de democracia que encontra respaldo e pode ser fundamentada a partir da definição de estado social que nos apresenta Tocqueville. Podemos atentar para a ideia segundo a qual aspectos como igualdade e liberdade seriam quase suficientes para a promoção de uma democracia real, pois, segundo o autor, esta é a forma de governo à qual as sociedades modernas estariam destinadas.

No entanto, seria preciso ponderar, conforme sustenta Tocqueville, que “a grande obra da sociedade realiza-se dia a dia sob os seus olhos e, por assim dizer, entre suas mãos (TOCQUEVILLE, 2001, p. 358)”, ou seja, um dos pilares mais relevantes do processo democrático são as transformações que a democracia opera também nos seus integrantes a partir de instituições políticas fundamentais capazes de criar leis e oportunidades, assim como instituições educacionais capazes de estimular novos hábitos de cidadania em sentido concreto.

De acordo com esse raciocínio, seria pertinente ter presente que, de acordo com o pensamento tocquevilleano, um estado social concreto – estabelecido numa certa região geográfica com indivíduos, leis, hábitos e costumes – se faz soberano ao possibilitar que seus integrantes participem da escolha de seus governantes, que se candidatem ao exercício do poder. Além disso, esse estado social apresentaria uma certa equivalência de oportunidades que promoveria o desempenho profissional e intelectual de seus indivíduos. E é justamente a partir de um tal estado social concreto que Tocqueville evidencia uma democracia efetiva, mas que não pode ser expressa num conceito fixo, visto que a observa enquanto um processo em curso naquele tecido social.

Ora, analisar a relação entre estado social e democracia no pensamento político tocquevilleano, tal como nos propomos aqui, pressupõe abarcar, em certa medida, a fluidez dessas noções, visto que uma interfere na outra, isto é, o pensador francês teria buscado definir sua noção de democracia a partir da ideia de um estado social sempre sujeito a mudanças, que têm consequências no processo democrático, restando quase sempre uma noção de democracia em processo. Por isso, o autor não deixa de apontar os vícios e as virtudes de um sistema democrático, assim como aquilo que podemos esperar ou temer dele.

Desse modo, o autor pode diagnosticar, por exemplo, no contexto da América do Norte, a forma da realização do conceito de democracia, imprescindível às sociedades modernas – a democracia como sendo uma experiência política em construção, um processo sócio histórico – e, assim, como demonstrar que o conceito de democracia pode ser observado enquanto um processo propiciado por determinado estado social a partir de seus aspectos e da composição do seu tecido social.

Seria conveniente, de alguma maneira, compreender que a democracia não se limitaria apenas a um regime político, mas poderia ser considerada primeiramente uma forma social de “existência coletiva” por meio da qual se institui uma sociedade, plural, livre e igualitária. Quanto mais ativa é a movimentação social, mais pulsante é seu regime político, em consequente, sua democracia. Neste caso, prerrogativas como igualdade, liberdade e participação são inerentes de um tecido social que mantém ou gesta uma democracia.

Raymond Aron destaca o trecho adiante de *A democracia na América* como expressivo do entendimento de Tocqueville do que seria o regime democrático:

“Se vos parece útil desviar a atividade intelectual e moral do homem para atender às necessidades da vida material, empregando-a na produção do bem estar; se a razão vos parece mais útil aos homens do que o gênio; se vossa finalidade não é criar virtudes heroicas mas hábitos tranquilos; se tendes preferência por ver vícios em vez de crimes, e se preferir encontrar menos ações grandiosas a fim de encontrar menos ações hediondas; se em lugar de agir no seio de uma sociedade brilhante vos parece suficiente viver no meio de uma sociedade próspera; se, por fim, o objetivo principal do governo não é, segundo vossa opinião, dar a maior força ou a maior glória possível a todo o corpo da nação, mas sim garantir a cada um dos indivíduos que a compõem o maior bem estar, resguardando-o da miséria, neste caso deveis igualar as condições para constituir o governo democrático. Se não há mais tempo de fazer uma escolha, e uma força superior à dos homens vos arrasta, sem consultar vossos desejos, a um dos dois tipos de governo, procurai, pelo menos, extrair dele todo o bem de que é capaz, conhecendo seus bons instintos, e também suas más inclinações, esforçai-vos por promover os primeiros e restringir estas últimas.” (ARON, 2008, p. 320).

Do texto citado, Aron extrai a seguinte definição de democracia;

“é a sociedade onde não subsistem distinções de ordens e de classes; em que todos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais, o que não significa que sejam intelectualmente iguais, o que é absurdo. Ou economicamente iguais, o que, para Tocqueville, é impossível.” (ARON, 2008, p. 320, 321).

Claude Lefort, em seu artigo *Liberalismo e democracia*⁴ defende a originalidade da democracia dos americanos, pois segundo ele, está se constitui da efervescência social, na sua pluralidade e, principalmente do movimento da sociedade e da sua mutação, características essas, das sociedades modernas, que tem como eixo estruturante a ideia de soberania do povo.

“Os americanos não se detêm apenas no princípio de soberania do povo e dos direitos dos indivíduos, tampouco no princípio da separação dos poderes. Eles forjam a Imagem de uma sociedade plural, que é legitimamente o teatro dos interesses, de crenças e de opiniões divergentes; eles elaboram instituições que tendem a multiplicar os órgãos de poder, a fazer de cada um deles um órgão representativo, controlado pelos governados, e a impedir que possam se concentrar e se apartar do conjunto social. Na democracia americana – seja qual for sua especificidade – reconhece-se o sentido de mutação que será a característica em todos os lugares. [...] A democracia moderna realiza o luto da crença numa comunidade à imagem do corpo. A sociedade não aparece como homogênea, nem como orgânica, mostra-se diferenciada; verifica-se que ela só atinge a unidade por meio de suas divisões; só atinge a paz por meio da efervescência. Seu equilíbrio vence constantemente o desequilíbrio; sua estabilidade vence a mobilidade. (LEFORT, 2007, p. 15).

Embora a atualidade do texto de Lefort possa causar estranhamento quanto a leitura dos escritos de Tocqueville sobre a democracia americana, Lefort concorda com a noção de democracia proposta por Tocqueville, principalmente no que diz respeito à movimentação social e o que isso faz *nas coisas*. Em outras palavras, entender que fatos sociais produzidos na efervescência do cotidiano, quando transbordam das camadas populares para as instituições estatais, provocam mudanças no coletivo, nos indivíduos e nos regimes políticos.

Esse fato novo produz seus efeitos de modo expressivo e de modo bilateral, mais notadamente, da sociedade para o Estado, enquanto o Estado imprime por meio da institucionalização (leis e normas) a soberania do povo. Ressalvada as particularidades de cada regime, essa efervescência é o espírito da democracia e um processo que pode ser reinventado cotidianamente.

Com intuito de extrair a definição da concepção de democracia de Tocqueville, como já citamos em outros momentos, trazemos Quirino que corrobora a ideia de que a democracia é um processo histórico permanente que busca a igualdade de condições.

⁴ Comunicação apresentada em 1994, em Colóquio organizado pela Universidade de Amsterdã, Holanda. Artigo originalmente publicado na coletânea reunida pelo autor. LEFORT, Claude. *Le Temps Présent*. Paris: Belin, 2007.

Segundo ela, ao elaborar seu conceito de democracia, Tocqueville o faz com um caráter universal, ao ponto que;

“a Democracia não seria um fenômeno que apenas surgiu e se desenvolveu nos Estados Unidos. Embora as condições nesse país tenham sido excepcionais para o seu desenvolvimento, o processo democrático, que ele define como um constante aumento da igualdade de condições, diz respeito a toda a humanidade. Como tal, a democracia é vista como inevitável e mesmo providencial, pois ela seria a própria vontade divina, realizando-se na história da humanidade. Assim, ela ‘é universal, durável e todos os acontecimentos, como todos os homens, servem ao seu desenvolvimento. Querer parar a democracia pareceria então lutar contra Deus’. Esse é, portanto, o eixo fundamental para se entender o significado de democracia para Tocqueville: a existência de seu processo igualitário, como se fosse uma lei necessária para se compreender a história da humanidade” (QUIRINO, 2006, p. 153- 4).

No entanto, não cabe dizer que este processo de elevação do estado igualitário se repetirá de igual maneira em outros Estados-nação. Para Tocqueville, cada lugar terá seu próprio avanço democrático. Indiferente da diversidade de trajetos que as nações deverão percorrer, o fator mais importante para defini-los é a ação política do seu povo. Em conformidade a isso escreve Furet.

Assim a “democracia” não é o fim da história, ou uma das suas figuras universais, menos ainda a reconciliação da humanidade consigo mesma. Esse é um conceito que permite a Tocqueville pensar um estado de sociedade e de costumes próprio da Europa, e mais particularmente próprio desse prolongamento inglês no Novo Mundo que é a República americana. Ali, com efeito, a experiência histórica da democracia foi feita de um modo tão radical, no nível social e cultural, que toda a esfera da política é por ela penetrada e investida, a ponto de lhe estar completamente subordinada. (FURET, 1998, p. XXIV).

Essa linha teórica nos permite agora desenhar com segurança aquilo que define mesmo que por proximidade a concepção de democracia para Tocqueville.

A democracia como igualdade é resultado de um processo e de uma movimentação, que atrelados aos costumes, hábitos, dogmas da sociedade, aporta nas leis e instituições as vontades da soberania do povo. É uma forma de vida coletiva que investida de autoridade através das instituições estatais e civis torna real e produz uma conformação ordenada e organizada de viver no coletivo, com objetivos comuns e participativo.

A igualdade e a liberdade são fundamentos dessa forma de existência coletiva, a igualdade como objetivo a se cumprir no culminar do regime político democrático e a liberdade como mecanismo de ação civil e política de transformação social, através das quais se produz novos fatos sociais, esses geradores de novos estados sociais e resultante disso novas sociedades.

É intuitivo que com a gradação dos regimes políticos através do tempo, novas teorias sobre as democracias se fazem necessárias hoje, e que compõem um grande arcabouço no pensamento político filosófico. Em *Teorias Da Democracia*, Cunningham contextualiza as diversas maneiras do realizar-se dos regimes democráticos, optamos aqui por trazer para a discussão dois destes modelos; Democracia participativa⁵ e Democracia deliberativa⁶.

Cunningham resgata também Tocqueville em sua contextualização do conceito de democracia.

“A democracia americana se torna possível para ele pela “igualdade de condição”, sendo essa na realidade uma condição necessária, isto é, pela igualdade de acesso das pessoas não somente para votar ou ocupar cargos públicos, mas também uma igualdade de vantagens econômicas e, culturalmente, em atitudes antiaristocratas. Diferentemente de Deus em relação ao mundo, a igualdade que os americanos contemporâneos a Tocqueville desfrutavam não tinha sido criada por eles independente de tudo, mas como o produto de uma longa evolução na Europa, começando com a extensão dos postos do clero para além da nobreza e pela usurpação do poder das famílias reais por advogados e comerciantes ricos. Para encontrar uma situação completamente antidemocrática, Tocqueville teve, então, de olhar cem anos atrás, quando sua França nativa era governada por algumas famílias em virtude das propriedades de terras herdadas⁷. (CUNNINGHAM, 2009, p.17)

Já na questão da democracia participativa, Cunningham retoma Rousseau nas discussões acerca da vontade geral. Esta é o resultado de um contrato de todos os indivíduos de um Estado-nação, que de comum acordo aceitam, em nome da coletividade e do bem comum, destituir-se de sua vontade privada, agindo de modo ético e sob um imperativo moral e em conjunto, para promoverem os interesses comuns.

Tal perspectiva, ao mesmo tempo que parece destituir a liberdade de ação na vida privada, altera significativamente a ação em sociedade e está em conformidade com a prescrita por Tocqueville. É também aquela esperada como conduta característica nos indivíduos dos regimes democráticos. Ao tempo em que a liberdade de ação coletiva parece subtrair a liberdade privada é possível compreender que há certa operacionalização

⁵ CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da Democracia. Uma introdução crítica*. (Cf. Cunningham, 2009, p. 148).

⁶ CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da Democracia. Uma introdução crítica*. (Cf. Cunningham, 2009, p. 194).

⁷ TOCQUEVILLE, Alexis. *Democracia na América. Leis e Costumes*. (Cf. Tocqueville, 1998, p. 8).

destas abstrações no agir do interesse bem compreendido proposto por Tocqueville, na forma de existência coletiva dos americanos. Ou seja, o indivíduo agora age de modo a cooperar em conjunto e com a coletividade.

O ponto trazido por Cunningham quanto às formas de governabilidade na democracia participativa não nos parece distante das formas de governo instituídos pelas comunas nos EUA à época da visita de Tocqueville. A principal característica da democracia participativa está em o governante não ser representante, ou não apenas. A democracia participativa está antes na atribuição de controle e execução dos afazeres do Estado ao próprio povo que se autocontrola e prescreve seus desejos a serem realizados pelo Estado, o que era para Rousseau a principal função do Estado.

“Na perspectiva participativo-democrática, a democracia é o controle pelos cidadãos de seus próprios afazeres, que algumas vezes, embora nem sempre, envolve instituir os corpos governamentais a realizar os desejos dos cidadãos. Essa perspectiva conota uma relação de continuidade entre pessoas e governo que é quebrada quando este é visto como um representante daquelas. É, então, um passo curto para conceber o governo como um corpo com seus próprios interesses e poderes estatais especiais e com os quais os cidadãos têm de negociar ou fazer contratos”. (CUNNINGHAM, 2009, p.152)

A ideia de soberania do povo que dispõe das esferas estatais a fim de realizar sua vontade enquanto corpo social existente de forma coletiva está vigorosamente entrelaçado com a efetivação dessa vontade pelo corpo político, que fora, pelos indivíduos, eleito. Ainda que exista necessariamente algumas posturas e articulações das quais o indivíduo tenha que integrar a fim de participar do governo, não há uma linha que separe o sujeito civil do Estado, ou seja, conforme escreve Cunningham.

“para a democracia participativa, Estado e sociedade civil não são entidades distintas.” (CUNNINGHAM, 2009, p.152)

Essa afirmação parece problemática, pois junta em um corpo só formas de organização com características particulares e diversas, mas se consideramos que ambas são um só enquanto sociedade torna-se mais clara a ideia proposta por Cunningham, por mais que sejam instituições dessemelhantes, ambas atuam de modo conjunto e um mesmo objetivo as conduz. A participação da sociedade civil nas estruturas do Estado que tem suas mais diversas formas de incorporação do sujeito em suas instancias, sejam de deliberação ou de consulta, torna-os de alguma maneira um e a mesma coisa.

Essas discussões sempre trazem à tona a apatia das pessoas quanto aos espaços de discussão e participação para resolução dos problemas comuns. Para Cunningham, a questão principal, e ele está em acordo com Barber, é que não é o sujeito que é apático, é

a ausência de poder ou de efetivação das decisões tomadas no coletivo que torna a apatia característica desse modelo de governo. Como afirma Barber, cita Cunningham, “as pessoas são apáticas porque não tem poder, e não sem poder por serem apáticas”. (CUNNINGHAM, 2009, p.153).

Ainda que o modelo participativo-democrático tenha tomado seu lugar dentre os regimes políticos e as teorias democráticas, ele também precisa ser vigiado de perto para não se acometer dos problemas que gera por si e para si próprio, e que são também comuns aos outros processos democráticos.

Admitindo variações entre as concepções de democracia, entramos agora na democracia deliberativa. Esta que é por muitos atribuída a Habermas, tem por escopo a questão de legitimidade das instituições em seus processos de decisão no qual os indivíduos são colocados na condição de iguais e livres. Característica esta em que os sujeitos constroem de modo coletivo e efetivam sua vontade de forma discursiva.

“aquelas com as quais devem concordar os envolvidos em um procedimento democrático se eles puderem participar como livres e iguais na formação discursiva da vontade” (CUNNINGHAM, 2009, p.194).

Além dessa premissa de liberdade e igualdade conforme escreve Cunningham, há também que se considerar que não só as pessoas devem participar das deliberações e ou tomadas de decisão frente aos problemas que se coloca a sociedade, a fim de buscar o bem comum e estabelecer a vontade do corpo social, mas também há que se proporcionar em comum acordo as regras e mecanismos pelos quais se chegará ao “consenso” às respostas quanto ao tema discutido nos fóruns e assembleias formadas para tais pautas.

Estes mecanismos é que vão legitimar a construção do discurso de uma associação democrática, como prevê o paradigma deliberativo democrático que atua por meio do diálogo e razão pública entre sujeitos semelhantes.

A democracia deliberativa é também de modo aproximado uma forma de participação direta do governo. Os cidadãos são convocados a discutir os rumos dos serviços e bens públicos quando não há consenso entre todos sobre qual caminho seguir. O funcionamento é formalizado a partir dos debates, das barganhas multilaterais possíveis e, quando superados os mais diversos aspectos de governo, viabilizando-se todas as instancias, financeiras, jurídicas, etc., as deliberações, em sua maioria ganham força de lei.

É este um momento propício para criação de novos fatos sociais, conforme sugere Tocqueville. Já que nessa oportunidade pode-se também de modo integrado, e certamente

conflituoso, colocar em pauta os dogmas e sentidos comuns presentes na cultura de um povo e, ao fim, após as negociações e votações, implementar os novos processos que irão encorajar as mudanças ali deliberadas.

Utilizada para tratar de um dos problemas da democracia, o modelo deliberativo-democrático tem como alvo a ser alcançado a superação do “conflito”(através do discurso e consenso) que, frente as vontades e desejos mais diversos da sociedade, são gerados. Este modelo é equacionado de modo a amenizar o embate no momento de decisão que deve respeitar o desejo do povo. Propõe-se assim, a formação de acordos que contemplem a multiplicidade de vontades dos indivíduos desta sociedade.

Pelo que dissemos até então, dir-se-á que são necessárias que todas estas características sejam encontradas em conjunto no mesmo espaço tempo para a realização de um regime político democrático? Para Tocqueville, não. A democracia para Tocqueville é, podemos agora afirmar, um processo histórico em permanente transformação.

Os elementos singulares a esse processo e que são necessários na perspectiva do autor, são; um estado social com condições de igualdade de oportunidades a todos os indivíduos, hábitos e costumes e de igual modo, dogmas e boas leis que regimentam o tecido social e político do Estado-nação, a possibilidade de associações civis livres e associações políticas, eleições livres e regulares para a alternância de governos que organizam e atendam as demandas da sociedade sob o olhar atento dos populares, liberdade de imprensa e instituições estatais fortes e autônomas, uma aplicação real e ativa da soberania do povo e uma atitude política perante os negócios do Estado pela população.

Parece uma lista enorme de requisitos para a realização da democracia tocquevilliana, no entanto, quase todas, se não todas, são geradas pela atitude política ativa e pulsante dos sujeitos, atitude essa que produz fatos sociais e produzem ações que movimentam o Estado e a sociedade de modo geral.

Já afirmamos a tese de que a criação de novos fatos sociais, gerados a partir da movimentação da sociedade trazem resultados bilaterais, pois agem no corpo social, no corpo político e nas estruturas do Estado. Essa movimentação é premissa em regimes políticos que são ou se pretendem democráticos, isso agregado à busca incessante pela igualdade de condições e oportunidades faculta a liberdade política de ação no íntimo dos

organismos vivos como são as sociedades democráticas nas quais a ideia de soberania do povo prevalece acesa, é sempre profícua.

Concordando com essa tese, aceitaremos que para Tocqueville a ação do fazer da democracia é antes de tudo um posicionamento, uma atitude política, uma liberdade que quando bem aplicada, transforma as realidades existentes sempre na busca do bem comum e da igualdade de condições que é a realização da democracia. Ou seja, para Tocqueville, o agir bem é agir politicamente de modo organizado, com uma conduta apropriada a cada realidade e contexto, de tal modo que, no apogeu desse bem agir, a ação na esfera pública seja o ato mais valoroso de cada sujeito, e por fim, a realização da democracia.

Tocqueville não estava alheio às esferas administrativas de governo que a democracia requer para seu funcionamento, não fica despercebido de sua análise que o Estado precisa ser presente na aplicação da vontade corrente da soberania do povo. O Estado, consequentemente, tem de estar preparado para realizar a vida política pulsante nesta sociedade que acabamos de descrever.

“Entre todas as liberdades, a das comunas, que se estabelece tão dificilmente, é também a mais exposta às invasões do poder. Entregues a si mesmas, as instituições comunais não seriam capazes de lutar contra um governo empreendedor e forte; para se defenderem com êxito, precisam ter-se desenvolvido plenamente e incorporado às ideias e aos hábitos nacionais. Assim, enquanto a liberdade comunal não estiver arraigada nos costumes, é fácil destruí-la, e ela só se pode arraigar nos costumes depois de haver subsistido por muito tempo nas leis. A liberdade comunal escapa, por assim dizer, ao esforço do homem. Por isso é tão raro ser criada: ela nasce, de certa forma, de si mesma. Ela se desenvolve quase em segredo no seio de uma sociedade semibárbara. A ação contínua das leis e dos costumes, as circunstâncias e, sobretudo, o tempo é que conseguem consolidá-la. De todas as nações do continente europeu, podemos dizer que não há uma só que a conheça. No entanto, é na comuna que reside a força dos povos livres. As instituições comunais estão para a liberdade assim como as escolas primárias estão para a ciência: elas a colocam ao alcance do povo, fazem-no provar seu uso tranquilo e habitua-no a empregá-la. Sem instituições comunais uma nação pode se dotar de um governo livre, mas não possui o espírito da liberdade. Paixões passageiras, interesses de um momento, o acaso das circunstâncias podem lhe dar as formas externas da independência; mas o despotismo reprimido no interior do corpo social cedo ou tarde volta à tona.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 71).

De maneira dispendiosa o autor de *A Democracia na América* insiste em desenhar de modo claro o poder deliberativo e constitutivo das comunas no fazer das leis, que sempre tem em suas bases, os hábitos e os costumes, bastante consolidados naquele contexto da sociedade americana. Ele também sustenta que este poder do que

chamaríamos hoje de “democracia direta” é frágil e pode ser solapado a qualquer momento se não estivermos atentos a sua manutenção.

“Na comuna, como em tudo o mais, o povo é a fonte dos poderes sociais, mas em nenhuma outra parte ele exerce seu poder de maneira mais imediata. O povo, na América, é um amo ao qual foi necessário agradar até os extremos limites do possível.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 72, 73).

Estes atributos corroboram, carregam e envolvem muitos dos aspectos descritivos da formação do estado social americano evidenciados pelo autor, mas sem dúvida o mais presente é a ideia de soberania do povo e seu “espírito” democrático. Conforme escreve Tocqueville, “o estado social dos americanos é eminentemente democrático.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 56).

Estes atributos patenteiam até a atualidade a configuração dos regimes políticos democráticos, consolidados ou em estruturação, observada cada especificidade de seus estados sociais, suas trajetórias históricas e de formação enquanto Estado-nação.

É oportuno visitar os impulsos e tendências de que os regimes democráticos se avizinham por seu caráter constitutivo, são eles; A corrupção na democracia, e a tirania da maioria.

Tocqueville coloca em paralelo – aristocracia/democracia – demonstrando que o vício da corrupção não é apenas características dos governos democráticos, mas, que também o é, nas aristocracias, segundo o autor, em menor grau e menos funesto que nas democracias. Nos regimes aristocratas a corrupção causa maior dano no aspecto moral da sociedade, afeta os costumes e degenera o político o que de algum modo enfraquece o povo. Enquanto nas democracias o pesar é maior e devastador, pois além de afetar o político e o povo, como na aristocracia, na democracia a corrupção ultrapassa as esferas dos costumes e avança sobre as finanças da nação.

Tocqueville escreve que esta diferença se dá devido ao fato de que nas aristocracias, os governantes em geral já são muito ricos, então quando são corrompidos é com o objetivo de manter-se com um grupo no poder. Já nas democracias, segundo o autor, as ambições são maiores.

“se os homens que dirigem as aristocracias às vezes procuram corromper, os líderes das democracias mostram-se eles mesmos corruptos. Em umas ataca-se diretamente a moralidade do povo; exerce-se em outras, sobre a consciência pública, uma ação indireta que se deve temer mais ainda. Nos povos

democráticos, os que se acham na direção do Estado, por se verem quase sempre às voltas com suspeitas incômodas, dão de certa forma o apoio do governo aos crimes de que são acusados. Apresentam assim perigosos exemplos à virtude que ainda luta e fornecem comparações gloriosas ao vício que se oculta.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 256, 257).

Assim, Tocqueville escreve que,

“O que se deve temer, por sinal, não é tanto à vista da imoralidade dos grandes quanto a da imoralidade que conduz a grandeza. Na democracia, os simples cidadãos veem um homem que sai de entre eles e que alcança em poucos anos a riqueza e o poder; esse espetáculo provoca sua surpresa e sua inveja; procuram saber como aquele que ontem era igual a eles vê-se hoje investido do direito de dirigi-los. [...] Atribuir sua elevação a seu talento ou a suas virtudes é incômodo, porque é confessar que eles mesmos são menos virtuosos e menos hábeis do que ele. Assim dão como causa principal alguns de seus vícios, e muitas vezes tem razão de fazê-lo. Produz-se desta forma não sei que odiosa mistura entre as ideias de baixaza e de poder, de indignidade e de sucesso, de utilidade e de desonra.” (TOCQUEVILLE, 1998, p.257).

O regime político democrático para Tocqueville é componente de um processo igualitário que não poderá ser interrompido. Contudo, será na ação pública, a atitude política dessa sociedade que irá estabelecer se essa democracia será ou não tirânica. A tirania como probabilidade dos regimes democráticos é uma das inquietações da teoria tocquevilliana.

Tocqueville dá especial atenção a dois pontos que para ele podem ser perniciosos na marcha do devir democrático; uma sociedade de massa que permitisse surgir a tirania da maioria; e o surgimento de um Estado autoritário despótico.

“O que mais crítico no governo democrático, tal como foi organizado nos Estados Unidos, não é, como muitos na Europa pretendem, sua fraqueza, mas, ao contrário, sua força irresistível. E o que mais me repugna na América não é a extrema liberdade que lá reina, mas a pouca garantia que encontramos contra a tirania.” (TOCQUEVILLE, 1998, p.296).

Conforme citamos no primeiro capítulo, os hábitos, os costumes, os valores religiosos etc., de modo geral, os aspectos descritivos que formam o estado social de um povo dão o tom do desenvolvimento dessa sociedade. Se estes elementos fossem definidos por uma maioria, quaisquer atividades ou manifestação de ideias que escapassem ao que a massa da população acreditasse ser a normalidade poderiam ser impedidas de se realizar.

Tocqueville está sobretudo preocupado com a possibilidade de as artes, a filosofia e mesmo as ciências sem imediata aplicação prática não encontrarem campo para se desenvolver na democracia. Afinal, nos afirmou Tocqueville, os americanos tendiam aos trabalhos do intelecto que trouxessem maior rentabilidade e resultados em curto prazo.

Esse caráter imediatista será combatido por Tocqueville, assim como ele investe contra o individualismo, que para ele, foi criado e alimentado pelo desenvolvimento do industrialismo capitalista, no qual o interesse mais alto é o do lucro. Tocqueville procura demonstrar que os cidadãos, como apresentamos anteriormente, à medida em que se dedicam cada vez mais aos seus afazeres enriquecedores, vão abandonando seu interesse pelas coisas públicas e terminam por possibilitar o estabelecimento de um Estado que aos poucos tomará para si todas as atividades e irá também intervir nas liberdades fundamentais.

De modo aproximado dá o ‘controle’ social sob todas as esferas, incluindo as do pensamento. Há um poder quase que absoluto instituído que vigia de perto os limites nos quais se pode atingir. Não que haja lei que impeça o livre pensamento, mas há a censura imediata da maioria, o que por si só desenha um poder simbólico sobre o que se expressa na vida pública. Segundo Tocqueville, nenhum soberano tem em sua mão tal controle sobre seus súditos, como o tem a maioria sobre a conduta de uma nação. A imposição da maioria cala qualquer um e a todos que contra ela ousa bradar.

“Na América, a maioria traça um círculo formidável em torno do pensamento. Dentro desses limites, o escritor é livre; mas ai dele, se ousar sair! Não que deva temer um auto-de-fê, mas vê-se diante de desgostos de todo tipo e de perseguições cotidianas. A carreira política lhe é vedada: ele ofendeu o único poder que tem a faculdade de abri-la. Recusam-lhe tudo, até a glória. Antes de publicar suas opiniões, pensava ter partidários; parece-lhe não os ter mais, agora que se revelou a todos, porque aqueles que o criticam se exprimem em alta voz e os que pensam como ele, sem ter sua coragem, calam-se e afastam-se. Ele cede, dobra-se enfim sob o esforço de cada dia e entra no silêncio, como se sentisse remorso por ter dito a verdade. [...] Grilhões e carrascos são instrumentos grosseiros, que a tirania empregava outrora; mas em nossos dias a civilização aperfeiçoou até o próprio despotismo, que parecia contudo nada mais ter a aprender.” (TOCQUEVILLE, 1998, p.299).

Seguindo o pressuposto de que as mudanças necessárias a fim de encerrar com as desigualdades dos Estados-nação está fundamentalmente na força da ação política do coletivo, e que é, conforme descreve o autor de *A Democracia na América*, nas eras de igualdade que se constituem os maiores níveis de individualismos e conseqüentemente suas categorias de tirania, se faz necessário encontrar também as alternativas propostas ou encontradas pelo autor para resolver esse paradoxo.

Tocqueville infere que uma das possíveis formas que os americanos encontraram para solucionar essa questão foi a livre associação. A sociedade americana encontrou uma peculiar maneira para ultrapassar as barreiras do individualismo e combater o despotismo, isso deu-se no uso das associações.

A necessidade de encontrar alternativas perante as dificuldades em manter a liberdade isoladamente, na medida em que se tornava mais fraca na esfera do privado, incorreu na urgência da formação das associações de caráter civil. A conveniência da aglutinação dos sujeitos é sem dúvida evidenciada por Tocqueville já no livro um de *A Democracia na América*, no qual, ele, apresenta a formação do novo mundo com a chegada dos anglo-saxões. Traço importante da formação do estado social americano, a participação na vida coletiva e na coisa pública estabeleceu laços entre os recém-chegados. Firmou-se enquanto meio de inserção nos espaços deliberativos, eletivos e organizações com fins de execução dos projetos comuns. O uso das associações tem caráter sistemático na vida da sociedade americana.

Tocqueville aponta esse traço como fator constitutivo do modo com que os americanos organizam a vida social, coletiva, civil e política, mesmo que, por vezes, o associativismo tenha apenas por finalidade a função civil. Mas em outros casos, revela-se como importante mecanismo político. Não é preciso afirmar que os americanos se utilizaram das associações de modo consciente para combater os despotismos e as formas de tirania presentes nas sociedades democráticas.

Com intuito de advertência quanto a aplicação dos conceitos de despotismo e tirania conforme aplicados aqui, entendemos por despótico uma forma de governo, e por vezes, também a ação de parte de conjunto desta sociedade, que não representa a vontade da coletividade, portanto se coloca perante os demais de modo hierarquizado e distante dos anseios da totalidade do povo. E por tirania, a relação de um contingente da sociedade que por força do volume de indivíduos que congrega, delibera sobre os demais sujeitos, sem representar e respeitar suas liberdades individuais.

Portanto, é razoável aceitar que organismos estruturados como são os corpos associativos têm mais êxito na sua existência a longo prazo, mais respeitabilidade perante as estruturas institucionalizadas do Estado, e assim sendo, maior força na inserção dos espaços, melhor aplicabilidade da vontade coletiva e maior influência contra atos em desfavor das minorias.

As associações são um corpo social sólido que, além de suas atribuições civis, contribuem fortemente para a manutenção da igualdade, liberdade e no enfrentamento das tiranias constantemente presente em regimes democráticos.

“A igualdade coloca os homens um ao lado do outro, sem vínculo comum a retê-los. O despotismo ergue barreiras entre eles e os separa. A primeira os dispõe a não pensar em seus semelhantes; o segundo faz da indiferença, para

eles, uma espécie de virtude pública. O despotismo, que é perigoso em todos os tempos, é pois, particularmente temível nas eras democráticas.” (TOCQUEVILLE, L. II. 2014, p. 125).

Outro componente da organização social dos americanos é a descentralização administrativa que também tempera a tirania da maioria e a possibilidade do despotismo nos Estados Unidos, talvez pelo fato de que esta situação não seja consciente da parte da administração central, que ainda não descobriu que em um governo único e centralizado teria o poder para penetrar na vida de cada indivíduo do corpo social, se fosse assim operado, executando de modo mais eficaz seus projetos.

A manutenção do poder comunal e das esferas de deliberação, ainda que seja sob a chancela do governo central, impede o avanço da tirania da maioria e da usurpação do poder sobre a minoria em um governo despótico e, conserva a soberania do povo ao mesmo tempo em que auxilia na administração do Estado-nação.

Devido ao fato de a operação das leis e das vontades populares estarem de modo mais direto a cargo das comunas e das municipalidades, o governo central se ocupa de poucos objetos na sua esfera administrativa. Essa conjuntura político-organizacional condiciona os poderes e faz com que, a operacionalização de projetos de grupos específicos ou até mesmo uma ação despótica seja inviabilizada.

Seria quase que impossível a realização de projetos de sociedade que deixem de lado a universalidade de vontades presentes na sociedade, a ação de grupos específicos mesmo quando no poder é impedida de acontecer devido ao número de instâncias de deliberação direta que as comunas e condados representam. Além disso, Tocqueville revela que é também este um fato desconhecido pelo governo central, ao menos ainda não percebido.

“De resto, por mais arrebatada que possa ser por suas paixões, por mais ardente que seja em seus projetos, a maioria nacional não poderia fazer que, em todos os lugares, da mesma maneira e no mesmo momento, todos os cidadãos se dobrassem a seus desejos. Quando ordena soberanamente, o governo central que a representa deve remeter-se, para a execução de seu comando, a agentes que muitas vezes não dependem dele e que ele não pode dirigir a cada instante. Os corpos municipais e as administrações dos condados constituem, pois, como que obstáculos ocultos, a retardar ou a dividir o fluxo da vontade popular. Fosse a lei opressiva, a liberdade ainda encontraria abrigo na maneira como a executaria; e a maioria não poderia descer aos detalhes, e, se ousar dizer, as puerilidades da tirania administrativa. Ela nem sequer imagina que possa fazê-lo, pois não tem plena consciência de seu poder. Ela só conhece por enquanto suas forças naturais e ignora até onde a arte poderia estender os limites destas.” (TOCQUEVILLE, 1998, p.308).

É significativo precisar que todo esse desmembramento das instituições e condutas da sociedade americana observada por Tocqueville foi feito no propósito de apontar as prerrogativas positivas e negativas de um regime político democrático. Toda a busca do autor está dedicada em expor de modo claro os vícios e virtudes daquele que segundo ele é o dever dos regimes políticos modernos.

Logo não é dispendioso ilustrar quais segundo ele foram as causas da manutenção da república democrática nos Estados Unidos.

“A situação particular e acidental em que a Providência colocou os americanos é a primeira; A segunda provém das leis; A terceira decorre dos hábitos e dos costumes.” (TOCQUEVILLE, 1998, p.325).

Por mais que pareçam esgotados estes elementos anteriormente neste trabalho é salutar evidenciar-los mais uma vez, a fim de rememorar e dar base ao que vamos “definir” como sendo o conceito de democracia para Tocqueville.

Talvez, tenhamos até aqui dito o suficiente sobre os parâmetros que delineiam o conceito de democracia, retomamos sempre a análise de contexto histórico, geográfico, etc. e que toda a sua aplicação conforme salientou Tocqueville é sensível ao contexto em que se gesta e se produzem os regimes políticos assim como são os democráticos. No entanto além dos aspectos descritivos propostos por Tocqueville, as noções de igualdade e liberdade têm papel central em sua teoria democrática e na tentativa de demonstrar qual seu papel constitutivo no regime democrático tocquevilleano trataremos deles em seção específica.

3.1 A Liberdade e a Igualdade

“o preço da liberdade é a eterna vigilância” (Thomas Jefferson).

Incorporada em suas principais obras, Tocqueville, acentua e se mostra preocupado com dois elementos constitutivos do homem em todos os Estados-nação que se pretendem democráticos e promotor de sujeitos livres, são eles: a liberdade e a igualdade.

“Segundo a noção moderna de democracia – e eu me atreveria a dizer que é a noção mais justa da liberdade –, todo homem, pressupondo-se que recebeu da natureza as luzes necessárias para conduzir-se por si mesmo, tem de nascimento um direito natural e imprescritível de viver com independência de seus semelhantes em tudo o que se relaciona com sua pessoa, e a ordenar segundo lhe convém seu próprio destino.” (TOCQUEVILLE, 1988, p.94).

A liberdade é para Tocqueville, e isso é consenso entre os estudiosos que debruçaram-se sobre sua obra, uma liberdade política, liberdade para agir e agir bem na sociedade, dentro das esferas civis e estatais. É sobretudo, liberdade de ação.

Nos textos de Tocqueville, permeia a preocupação com o tema da liberdade e como será possível a sua manutenção, para tanto ele faz análises das realidades políticas, econômicas, culturais em diversos cenários.

Concomitante a essa preocupação, está ele ocupado em entender e evidenciar como a partir da democratização dos regimes políticos seria possível o avanço da igualdade e a preservação das liberdades individuais. Não obstante isso, colocava-se a pergunta de quais as ações políticas para a construção de uma conjuntura social que propiciasse o nascimento e a permanência desta liberdade nas realidades que ainda não era presente.

“Enquanto esta noção de liberdade penetra profundamente no espírito do povo e se assenta nele, o poder absoluto e arbitrário se torna um simples fato material ou um acidente passageiro, pois ao ter cada um direito absoluto sobre si mesmo, resulta que a vontade soberana não pode emanar senão da união da vontade de todos. Assim, a partir desse momento, a obediência perde sua moralidade e deixa de haver um termo médio entre as virtudes varonis e ativas do cidadão e baixa as complacências do escravo. [...] À medida em que as classes se igualam em um povo, esta noção de liberdade tende a prevalecer naturalmente.” (TOCQUEVILLE, 1988, p.94).

A produção de fatos sociais é sem dúvida para o autor o que pode transformar as realidades postas bem como alterar dogmas, costumes, hábitos, etc., já é manifesto neste ponto que a ação política livre e articulada é quem produz estes fatos, logo, conforme afirma Quirino,

“a atividade mais importante de qualquer ser humano é a atividade da política, na sua conotação do público e universal, ou seja, aquela atividade que se exerce no espaço público da palavra e da ação.” (QUIRINO, 1998, p.248).

As análises das realidades sociais, estruturais e econômicas são ponto de atenção de Tocqueville para a consumação do ideal de liberdade, no entanto, as situações contextuais dos Estados-nação nos quais as condições não parecem favoráveis para tal, não pode ser impeditivo para a concretização deste.

“É, entretanto, a partir da realidade tal como ela se apresenta que, pela ação dos homens, o seu ideal de liberdade vai encontrar uma forma de existência ao construir uma nova realidade. (QUIRINO, 1998, p.248).

O efeito que o elemento providencial de democracia gera na sociedade é para Tocqueville o ideal a ser cumprido e essa realização vem sempre em primeiro lugar e tem de ser colocado sempre como meta final de toda ação política. Logo, precisa receber a

atenção que lhe é devida e na mesma proporção a liberdade é a conquista que deve ser observada, pois diz respeito a toda a humanidade e todas as ações precisam ser feitas no sentido de manter os homens livres.

“Essa liberdade, embora pudesse aparecer como genérica e vaga, era fundamentalmente a liberdade política, por que é esta que permite aos homens manter sua liberdade. Isto é, poderem ser livres para se manifestar social e politicamente, livres para se realizar como cidadãos de uma nação livre e independente.” (QUIRINO, 1998, p.252).

Por mais redundante que se apresente desde Maquiavel a necessidade de se conhecer bem a realidade do povo e sua história traz reais benefícios na execução de uma ação política acertada. De igual maneira este conhecimento se mostra como determinante em Tocqueville e como mostra o autor de *A Democracia na América*, essa mesma realidade pode ser modificada pela ação do homem.

“ No entanto, pelo menos em relação à política, essa ação é própria de todo cidadão e deve ser realizada como uma constante na sua vida social e política para atingir e manter o ideal de liberdade, para que a liberdade não se perca por acomodação ou abandono.[...] a atividade principal e mais importante de todo cidadão deva ser a atividade política.” (QUIRINO, 1998, p.252, 253).

Logo, a ação política em Tocqueville, segundo Quirino, tem caráter de transformação social e de suas realidades postas, a ação para o bem comum, na coisa pública, através de um interesse bem compreendido é virtuosa e deve ser executada paulatinamente no cotidiano das sociedades, modificando assim, de forma significativa as conjunturas sociais, suas condições, normas, costumes, hábitos, costumes e leis.

Se a igualdade de condições produz, para além de um estado de semelhança entre os sujeitos, um grande individualismo, é também este mesmo sentimento que mantém a busca constante pela manutenção do corpo coletivo, pois, ao perceber a fragilidade privada, os sujeitos se reportam ao corpo político, que age livremente nas estruturas da sociedade a fim de promover e garantir a igualdade. Parece haver um paradoxo, mas os conceitos estão associados e não agem dissociadamente.

Assim, essa liberdade de ação política é também sinônimo daquilo que se constituirá como sendo a concepção de democracia, pois a igualdade de condições e a liberdade política de ação na sociedade é o que interligados formam a base do regime democrático.

“pode-se dizer que para Tocqueville a democracia consiste, primeiro, “no desenvolvimento gradual e progressivo de igualdade”, permitindo a todos e a cada um, acima das diferenças hereditárias e das desigualdades de fortuna, alcançar um bem-estar comum, graças, sobretudo, à aquisição de riquezas materiais” (GILBERT, 1988, p.12).

A igualdade de condições permeia todas as esferas do tecido social e sua dinâmica chancelada pela liberdade política influencia na manutenção e transformação das realidades sociais postas. Alteram-se os dogmas, os costumes, as leis, etc. Tocqueville está claramente convencido de que os tempos de igualdade de condições são os tempos dos regimes políticos democráticos. Democracia essa viva e pulsante regida pela liberdade política que se investe de autoridade a partir da vontade do povo que se auto governa para se refazer cotidianamente.

Em *O Antigo Regime e a Revolução* Tocqueville retoma a questão da liberdade como valor e expressa sua preocupação com a questão do despotismo nos regimes democráticos.

“Em meio às trevas do futuro já é possível discernir três verdades muito claras. A primeira é que em nossos dias todos os homens são arrastados por uma força estranha que se pode ter esperança de regular e retardar, mas não de vencer, que ora os impele suavemente, ora abruptamente para a destruição da aristocracia. A segunda é que, entre todas as sociedades do mundo, as que sempre encontrarão maiores dificuldades em escapar por muito tempo do governo absoluto serão precisamente aquelas em que não existe mais e não pode mais existir a aristocracia. A terceira, por fim, é que em parte alguma o despotismo produzirá efeitos mais perniciosos do que nessas sociedades; pois, mais que nenhuma outra espécie de governo, ele favorece o desenvolvimento de todos os vícios aos quais essas sociedades estão especialmente sujeitas e, assim as impele justamente para o lado ao qual já pendiam por uma inclinação natural.” (TOCQUEVILLE, 2017, p.45, 46).

Esta preocupação perpassa suas obras e sua vida enquanto político por estar entrelaçada com o desenvolvimento da igualdade de condições e a manutenção das liberdades, política e privada. Como já desenvolvemos anteriormente, segundo Tocqueville o individualismo gerado nas eras da igualdade gesta este mal recorrente em regimes políticos democráticos. Então na obra *O Antigo Regime e a Revolução* ele reitera.

“Não havendo mais nenhum laço de castas, de classes, corporações, e famílias entre os homens, estes se encontram fortemente inclinados a só se ocupar de seus interesses particulares e sempre demasiadamente levados a só pensar em si mesmo, refugiando-se num individualismo estreito em que toda virtude pública é sufocada. Longe de combater essa tendência, o despotismo torna-a irresistível, pois retira dos cidadãos qualquer paixão comum, qualquer necessidade mútua, qualquer obrigação de se entenderem, qualquer ocasião de agirem em conjunto, enclausurando-os, por assim dizer, na vida privada. Os homens já tendiam a apartar-se: ele os isola. Se já eram frios uns para com os outros, ele os congela.” (TOCQUEVILLE, 2017, p. 46).

As proposições e indagações feitas por Tocqueville mostram sua preocupação em todos os seus textos e sua vida política com o andamento da sociedade. O descontentamento ou sua preocupação com a necessidade de um cuidado específico ao

que se dará como destino das sociedades democráticas, posta as situações e características que os tempos de igualdade produzem, como citamos, regimes governamentais despóticos, cidadãos individualistas e até mesmo governos totalitários, são, de modo abrangente, resultados da ação política em virtude da liberdade.

É, segundo Tocqueville, e como evidenciamos na frase de Thomas Jefferson, “o preço da liberdade é a eterna vigilância”, Precisar-se-á então, a partir disso, dar atenção ao desenvolvimento das ações políticas na sociedade como um todo a fim de estabelecer nesta sociedade os parâmetros e regramentos com os quais será estabelecido os limites da ação livre necessária e fundamental do ser humano. Há nessa afirmação, ao que parece, um paradoxo lógico, pois para manter as liberdades, é preciso vigiar a liberdade, enquanto ação que produz novos fatos sociais.

Essa movimentação na sociedade é que dá a ela seu caráter mais vital e mais pernicioso. Além disso, há ainda que se considerar a questão na democracia, conforme vista por Tocqueville em sua viagem ao Estados Unidos em 1830, o fato de que o estado social democrático se faz em uma democracia Capitalista, na qual os americanos de todo o sabor estão preocupados com a imediata acumulação de bens e com o lucro que o trabalho pode oferecer, o que faz com que as camadas da sociedade se diferenciem exponencialmente. Os americanos estão atinados na construção de suas propriedades, na ampliação e manutenção de seus recursos, esse fluxo econômico amplia ainda mais o individualismo na sociedade e coloca os indivíduos cada vez mais isolados e distantes um do outro.

Conforme já demonstramos anteriormente, é nesse tipo de situação, de movimentação da sociedade que o governo despótico se instala. Pois, coloca na mentalidade dos indivíduos que formam esta cidade que eles precisam sobre qualquer natureza e com todo o seu esforço trabalhar na busca e manutenção dos recursos para sua auto conservação e que, os negócios do Estado fiquem à caráter do Estado, estratégia que deixa os sujeitos distantes da coisa pública e cada vez menos interessados em participar do governo, abrindo caminhos para o despotismo e as tiranias.

“Nesses tipos de sociedades em que nada é fixo, todos se sentem constantemente pressionados pelo medo de descer ou pelo ardor de subir; e como nelas o dinheiro, ao mesmo tempo que se tornou a principal marca que classifica e distingue os homens entre si, adquiriu uma singular mobilidade, passando incessantemente de mãos em mãos, transformando a condição dos indivíduos, elevando ou rebaixando as famílias, não há praticamente ninguém que não seja obrigado a fazer um esforço desesperado e contínuo para conservá-lo ou para adquiri-lo. Assim, a ânsia de enriquecer a todo custo, o gosto pelos negócios, o amor pelo lucro, a busca do bem-estar e dos prazeres

materiais são ali as paixões mais comuns. Paixões estas que se espalham facilmente por todas as classes, e penetram até mesmo aquelas que até então lhes foram mais alheias, de modo que lograriam rapidamente enfraquecer e degradar a nação inteira caso nada viesse detê-las. Ora, é da própria essência do despotismo favorecê-las e difundi-las. Essas paixões debilitantes vêm em seu auxílio; pois desviam e ocupam para longe das questões públicas a imaginação dos homens, fazendo-os estremecer à simples ideia das revoluções. Só o despotismo pode fornecer-lhes o segredo e a sombra que deixam a cupidez e à vontade e permitem realizar lucros desonestos desafiando a infâmia. Sem ele, teriam sido fortes; com ele, reinam.” (TOCQUEVILLE, 2017, p. 46).

O que Tocqueville traz à tona quando compara as democracias com a França da qual se lembra é que é difícil não notar as discrepâncias dos dogmas, costumes, hábitos e dos valores que cada sociedade contempla e mantém. Retomando a questão da educação sobre a qual falamos no capítulo do estado social e da formação da sociedade americana lembramos que Tocqueville expôs que mesmo esta sendo um valor social em alta entre o povo americano, não se viu em nenhum país ou nação, povo tão mediano no quesito dos conhecimentos humanos e pelos conteúdos por eles produzidos, sejam nas matérias das ciências, da política, da filosofia e até mesmo da arte.

No entanto, não é difícil imaginar que esta questão implica diretamente na cultura e na movimentação ordinária da sociedade e no modo com o qual ela se organiza. Se estamos certos, de acordo com estes exemplos e comparativos, seríamos também capazes de reconhecer que tais referências contribuem para o modo de existência coletiva desse povo. De modo expressivo a conexão intelectual, em torno dos dogmas e forma de ver o mundo, se investe na maneira que o indivíduo age na coisa pública e nas atividades de interesse comum.

Isto evidencia claramente o individualismo que assola as sociedades democráticas, nas quais a igualdade e o despotismo andam lado a lado. Conforme dissemos no parágrafo anterior, é a liberdade de ação política na sociedade, que produz, gera, mantém, reformula e transforma de modo orgânico com base nos dogmas, costumes, leis, as estruturas estatais e civis que permeiam a vida dos cidadãos.

É também esta mesma liberdade que produz a igualdade de condições e despotismo dos governos e a tirania da maioria, quando distancia os indivíduos uns dos outros fazendo-os acreditar que sob sua própria conduta e sem a necessidade dos governos este pode manter-se, manter sua segurança e sua liberdade privada e sua vida sozinho.

E, é também esta liberdade que pode dar cabo de todas estas situações perigosas.

“Apenas a liberdade, pelo contrário, pode combater eficazmente nesses tipos de sociedades os vícios que lhes são naturais e detê-las no declive em que deslizam. Com efeito, só a liberdade pode retirar os cidadãos do isolamento no qual a própria independência de sua condição os faz viver, para obriga-los a se aproximarem uns dos outros, animando-os e reunindo-os diariamente na necessidade de se entenderem, de se persuadirem e comprazerem mutuamente na prática de tarefas comuns. Somente ela é capaz de arrancá-los do culto ao dinheiro e das pequenas atribulações cotidianas dos seus assuntos privados para que percebam e sintam a todo momento a pátria acima e ao lado deles; só ela substitui de tempos em tempos o amor pelo bem-estar por paixões mais enérgicas e mais elevadas, propondo à ambição objetivos maiores que a aquisição de riquezas e criando a luz que permite ver e julgar os vícios e as virtudes humanas.” (TOCQUEVILLE, 2017, p. 46, 47).

A solução dada por Tocqueville nesta citação para o problema da democracia, estaria na reconstituição, pela própria liberdade, das ligações perdidas entre os cidadãos, que assim passariam a participar regularmente dos assuntos da comunidade; distraíndo-os de seus negócios, do culto ao dinheiro e das preocupações cotidianas, tirando-os do isolamento e obrigando-os a se aproximarem um dos outros.

Mas, ousou dizer, o que nunca veremos em tais sociedades é grandes cidadãos e sobretudo um grande povo; e não hesito em afirmar que o nível geral dos corações e dos espíritos nunca cessará de rebaixar-se enquanto a igualdade e o despotismo estiverem juntos. (TOCQUEVILLE, 2017, p. 47).

Percorremos o capítulo VIII de *O Antigo Regime e a Revolução*, que versa sobre como a França é o país onde os homens tinham se tornado mais parecidos entre si.

Neste capítulo Tocqueville mostra que aparentemente os dois grupos de homens que vivem na França e imaginam-se diferentes, na verdade estão exatamente iguais entre si, os nobres e os burgueses se aproximaram de tal maneira que a única diferença entre estes grupos é a diferença de direitos. Até mesmo a educação tornou-se a mesma.

“A educação e o estilo de vida já tinham gerado mil outras semelhanças entre esses dois homens. O burguês era tão esclarecido quanto nobre e, o que é bem digno de nota, suas luzes provinham precisamente da mesma fonte, ambos recebiam a mesma ilustração. Para ambos a educação fora igualmente teórica e literária. Paris, que se tornara cada vez mais o único preceptor da França, lograva dar a mesma forma e uma postura comum a todos os espíritos” (TOCQUEVILLE, 2017, p. 109).

Uma das características dessa semelhança entre os homens foi o empobrecimento da nobreza, situação essa que fez com que os proprietários das terras cedessem pedaço por pedaço de suas terras, o direito sobre a terra e sobre a produção aos camponeses e vivessem apenas dos direitos senhoriais e de rendas fundiárias. Assim, conservavam, mais na aparência que de fato, a antiga posição.

“É certo que ainda se podia perceber uma diferença entre as maneiras da nobreza e as da burguesia, pois nada se iguala mais lentamente do que essa espécie de superfície de costumes que conhecemos como maneiras; no fundo,

porém, todas as pessoas situadas acima do povo se pareciam: tinham as mesmas ideias, os mesmos hábitos, seguiam os mesmos gostos, entregavam-se as mesmos prazeres, liam os mesmos livros, falavam a mesma linguagem, Já não diferiam entre si, a não ser pelos direitos. [...] Duvido que isso ocorresse no mesmo grau em qualquer outro lugar, nem mesmo na Inglaterra, onde os diferentes classes, apesar de associadas solidamente entre si por interesses comuns, na maioria das vezes ainda diferiam pelo espírito pelos costumes; pois a liberdade política, em que tem o admirável dom de criar relações necessárias e laços mútuos de dependência entre todos os cidadãos, nem por isso os torna sempre semelhantes: é o governo de um só que, ao longo dos anos, tem sempre como efeito inevitável tornar os homens semelhantes entre si e mutualmente indiferentes ao seu destino (TOCQUEVILLE, 2017, p.109).

Restabelecido a partir do desenvolvimento do texto de Tocqueville, o exposto até aqui, a liberdade e a igualdade estão intrinsecamente ligadas a regimes políticos democráticos, assim como, a questão da igualdade já vem se desenvolvendo, como previsto por Tocqueville, ao longo do tempo, em todas as nações, até mesmo nas aristocracias e governos monárquicos.

É sem dúvida, para o autor de *O Antigo Regime e a Revolução*, o individualismo e a mínima participação da coisa pública de modo coletivo e para o bem comum, além é claro da questão econômica e cultural, o que estabelece e organiza as estruturas sociais e os novos estados sociais que possibilitaram homogeneidade e a igualdade de condições entre os franceses.

Diferentemente da formação social, geográfica, territorial, dos Estados Unidos, na França, a estrutura social, se deu de modo hierarquizado, com um governo centralizado e sem a participação do povo nas suas decisões, que não foi capaz de efetivar a vontade do povo e nem lhes manter em seus níveis e classes. Logo a expansão da semelhança entre os indivíduos e seus níveis sociais fizeram com que nascesse ali uma revolução. Fosse ela baseada na vontade de igualdade entre os níveis sociais, fosse ela a partir da liberdade que o governo centralizado ali deixava operar.

As sociedades e regimes políticos estão em constante mudança, ainda que não visíveis de modo imediato, caminham em seus processos históricos de busca pela

igualdade de condições e pela liberdade de ação tanto na vida privada quanto na vida pública.

Estabelecer parâmetros de análise e comparação seria um método eficaz para identificação de como essa movimentação se dá nos seus mais diversos contextos, Tocqueville trabalha de forma magistral, através de seu método comparativo, entre os modelos de regimes políticos, as noções de estado social postos nos territórios e as perspectivas de igualdade e liberdade a fim de delinear sua noção de democracia.

O tema central das discussões desenvolvidas até aqui foi a noção de democracia para Tocqueville, a inclusão dos conceitos de igualdade, liberdade e seus pares conceituais foram necessários a fim de clarear e mostrar como proposto, exemplos do cotidiano no fazer real da democracia. Cremos que aqui podemos, a partir dos capítulos que precedem e dos argumentos trazidos, oferecer uma definição da noção de democracia tocquevilliana.

O regime político para o qual as sociedades modernas encaminham-se têm como dispositivos fundamentais a busca pela igualdade de condições, a inserção de todos os sujeitos nos seus mais diversificados mecanismos e estruturas enquanto corpo político e social. Este regime, dispõe de liberdade de ação política, princípio criador de fatos sociais que moldam e modificam as realidades e seus estados sociais de forma ampla e significativa; proporciona educação a todos os seus membros com equidade de acesso e permanência; transfere através das leis o direito de propriedade a partir de suas heranças; configura-se como espaço de debate e resolução dos assuntos públicos de forma a englobar a todos os seus sujeitos na participação ativa da sociedade que, através de sua soberania, se auto governam.

Assim, as circunstâncias, elementos, aspectos do estado social que integram a cultura do povo, formam seu regime político, sendo a democracia uma forma de existir no mundo enquanto sociedade e um organismo vivo e engenhoso. Para fazê-la e inventá-la é necessário que todos os indivíduos da sociedade gradualmente criem novos fatos sociais e novas sociedades.

IV À DESIGUALDADE E OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA

Inúmeras são as causas que dão origem e aumentam a desigualdade nas sociedades, as mais comuns são a má distribuição de renda, a má administração dos recursos, a lógica de acumulação do mercado capitalista, a falta de investimento nas áreas sociais, culturais, saúde e educação, a falta de oportunidades de trabalho e a corrupção. Todos estes fatores estão de alguma maneira na cultura do povo e nos aspectos de formação deste Estado-nação.

Uma conjuntura desfavorável à formação de uma sociedade democrática e igual, conforme a descrita por Tocqueville, é a que tem em sua gênese um processo histórico não “espontâneo” e livre. Está sociedade por sua vez movimenta-se conforme a razão daquele que coordena o seu desenvolvimento.

Nestes modelos de formação, em geral e de modo expressivo, tem no lugar do poder um governo (que não é o do povo) que por sua vez explora as riquezas naturais e as forças de trabalho da sociedade em que está posto. É comum e certamente não é preocupação deste governante o nivelamento intelectual e econômico da população, de igual modo não estabelece a participação efetiva da sociedade no corpo político.

Essa realidade parece ser, mesmo que circunstancialmente, vivida pelas sociedades que tiveram em sua gênese outros aspectos que não a experienciada pelos anglo-saxões nos EUA, situação essa que gera como resultado os mesmos aspectos que a formam, mais desigualdade.

Se esta realidade, na qual as condições de igualdade de oportunidades de acesso aos diversos espaços de poder, às funções sociais, à educação, a bens culturais e a não liberdade de ação política, conforme entendida por Tocqueville, gera efeitos de muita importância no estado social, o resultado disso é o aumento da desigualdade. Ou seja, a desigualdade inicial do estado social faz com que essa desigualdade seja lentamente exponenciada.

A desigualdade social existe em todos os continentes e os mecanismos de mudanças e os fatos sociais para reverter essa situação precisam estar contemplados no desenho da via de mão dupla de Tocqueville. No entanto, não é assim que opera as sociedades como um todo.

No início da obra *A Democracia na América*, o autor escreve que um estado social de igualdade de condição é necessário para o surgimento e manutenção de regimes

políticos democráticos. Essa afirmação desenha o seu trajeto teórico ao longo de sua vida. O autor procura afirmar frequentemente que regimes políticos democráticos livres com liberdade e igualdade são a base do que serão os regimes políticos modernos.

Toda a trajetória do livro *A Democracia na América*, 1 e 2, e do livro *O Antigo Regime e a Revolução*, mostra essa preocupação do autor, de acordo com a qual a igualdade de condições é, e será o horizonte para onde segue a sociedade enquanto forma de existência coletiva.

Neste capítulo temos como desafio buscar na obra de Tocqueville as alternativas, estratégias e apontamentos que o autor define ou indica, por quais caminhos a democracia terá de passar para realizar-se nos Estados-nações nos quais o critério de igualdade no estado social não está presente como no caso dos EUA. Também é tarefa nos colocar novos questionamentos com a finalidade de abrir espaço para a reflexão quanto ao tema que é tão caro e presente nas conjunturas políticas das sociedades modernas.

É possível entender que o objetivo desta pesquisa e o arcabouço teórico nela envolvido tem obviamente interesse particular, além da repercussão que a discussão desta temática gera. A busca por entender e estudar a relação entre sociedade e Estado nos seus mais amplos territórios e condições é tarefa que venho desenvolvendo a tempos.

A iniciativa de análise dos escritos de Tocqueville se deu pela necessidade de entender os sujeitos postos em suas localidades, distantes da realidade orçamentária, das políticas governamentais, dos debates políticos e da ideia de coletividade, aos quais falta entendimento e compreensão do que a sua ação direta gera no mundo político e consequentemente na sua vida. A base destes questionamentos e pensamentos vem de tempos e teve impulso quando nos foi apresentada as teorias de Alexis de Tocqueville. O estudo de sua trajetória teórica tem então cumprido certo alívio na busca dessas respostas.

A obviedade da não igualdade de condições em alguns dos estados nacionais, nos quais os regimes políticos democráticos governam, se instalaram ou que lá vão se instalar, são comumente discutidos a partir do ponto de vista econômico e capitalista, tarefa que não nos cabe aqui. Seguimos em conformidade com a proposta de Alexis de Tocqueville, e aqui vamos desenvolver, alinhados com este autor uma perspectiva política, da liberdade política de ação do indivíduo privado a partir do interesse bem compreendido como aplicado nos territórios da América do Norte. Cabe encarar a criação de novos fatos sociais, geradores de novos dogmas, costumes, sentimentos e opiniões que vão entrelaçar estruturas estatais associações políticas e civis, incorporando o indivíduo, e que darão

cabo da constituição e construção de um regime político democrático, que de fato busque a condição de igualdade perante todos, preservando a liberdade de ação política individual e a liberdade coletiva.

Embora Tocqueville enfatize a realidade dos americanos como um estado social igualitário, no último capítulo do primeiro livro de *A Democracia na América* Tocqueville trata do assunto da desigualdade. Propomos a discussão a partir deste trecho para delinear as hipóteses segundo as quais a democracia conforme descrita nesta obra irá tecer em seu escopo de políticas as ações que a levarão a realização de seu propósito.

Relacionado a essa passagem, nos interessa saber se o filósofo trata ou traz em sua obra algum antídoto ou, ao menos sinaliza, uma forma com que os americanos e consequentemente sua democracia serão capazes de resolver as desigualdades abissais que assolam as “duas raças” que o próprio autor deixa de fora da sociedade daquele contexto. Nos interessa saber se, e como, a democracia, a partir de um contexto desigual, poderá ou não se fortalecer enquanto regime político que de fato caminha para uma sociedade mais igual e justa.

Na segunda parte do livro I da obra, o autor discute sobre;

“o futuro provável das três raças que habitam o território dos Estados Unidos”. Segundo Tocqueville, entre esses homens tão diferentes que compõem a jovem nação “o primeiro a atrair os olhares, o primeiro em luz, em força, em felicidade, é o homem branco, o europeu, o homem por excelência; abaixo dele aparecem o negro e o índio. Essas duas raças infortunadas não têm em comum nem o nascimento, nem a aparência, nem a língua, nem os costumes. Somente suas desgraças se parecem. Todas as duas ocupam uma posição igualmente inferior no país que habitam; todas as duas sentem os efeitos da tirania; e, se suas misérias são diferentes, podem lhes ser atribuídos os mesmos autores” (TOCQUEVILLE, 1998: pág. 374).

Geralmente os costumes se adaptam às ideias com mais facilidade do que as leis. Se o princípio da democracia está baseado na igualdade de condições e na liberdade política, então é possível que essa liberdade proporcione aos menos favorecidos nesta sociedade civil ocuparem os mais amplos cargos disponíveis, que participem das eleições, seja como eleitores seja como candidatos aos cargos eletivos. Ela também é capaz de prover vantagens a fim de fazer com que estes ocupem espaços de poder que antes, ainda, não conquistaram. Espaço este que deve ser utilizando para romper com a distinção entre as “classes” na sociedade.

É importante ressaltar que, nos Estados-nação nos quais a educação foi universalizada, a lei de sucessão fez com que a propriedade fosse de igual maneira partilhada entre os herdeiros e, a ideia de soberania do povo foi contemplada na

constituição, nos dogmas e costumes desta sociedade, todos os seus sujeitos trabalham em prol bem comum, da coisa pública e nos negócios do Estado, bem como nas suas instituições. E obviamente esta sociedade cultiva as virtudes que podem auxiliá-la a alcançar a igualdade entre todos. Ajustar as desigualdades para um nivelamento social de igualdade com a criação de fatos sociais que repercutem diretamente na vida dos indivíduos não parece ser impossível.

Assim, a liberdade política dentro destes parâmetros regimentais (as leis) nas esferas estatais que dão proteção aos direitos individuais de cada um, pode prover também um impulso, um espírito de inquietude que remeta sempre os indivíduos a busca pela manutenção desta liberdade bem como os anseios de cessação das desigualdades.

Segundo Tocqueville, uma das possibilidades de organização administrativa para o avanço contra as desigualdades em regimes políticos democráticos de grande extensão territorial seria a descentralização dos governos e a inserção de grande número da população nessas administrações, no entanto, nas sociedades na qual o poder centralizado imperou por longa data nas mãos das classes mais altas, a descentralização administrativa caminha a passos lentos por questões quase que naturais.

“De uma maneira geral, pode-se dizer que não há nada mais propício para o estabelecimento e a estabilidade de um sistema de administração local que uma aristocracia. Em cada um dos lugares do território que existe, encontram-se um ou vários indivíduos que, situados naturalmente acima dos demais por causa do seu nascimento ou de sua riqueza, tomam as rédeas do governo ou se lhes outorga. Todavia, em uma sociedade em que reina igualdade de condições, parece mais natural aos cidadãos, sendo mais ou menos iguais, responsabilizar de todos os detalhes da administração o governo central, o único que, a situar-se acima de todos, os chama a atenção. Até no caso em que não estejam demasiado dispostos a que os administre, veem-se obrigados a fazê-lo graças sua própria fraqueza e à dificuldade que encontram para entenderem-se entre si” (TOCQUEVILLE, 1988, p.85).

É comum entre as classes democráticas encontrar indivíduos dispostos a participar da administração da coisa pública, no entanto nem sempre, segundo Tocqueville, há um número suficiente para constituir corpos políticos ativos e capazes em suas microrregiões do território. Ao mesmo tempo em que os indivíduos da localidade não querem e nem se deixam governar por aristocratas, também não estão preparados para se autogovernarem. Não tendo como alternativa a não ser confiar da autoridade central o exercício do poder administrativo.

“Em geral, só depois de haver destruído por completo a aristocracia, com a ajuda dos reis, um povo democrático sonha em pedir-lhes as contas do poder que se lhes deixou adquirir, esforçando-se por colocá-los sob a dependência ou por transferir a autoridade que lhes outorgaram por outros poderes, nomeados pelo povo. Mas até quando as classes democráticas da sociedade deseja dividir

o exercício do poder administrativo, depois que lograram colocá-lo em mãos de seus próprios representantes, custa-lhes muito chegar a consegui-lo, seja por causa da dificuldade que sempre existe para tirar a autoridade de quem já a possuía, seja pela dúvida quanto a quem confiá-lo” (TOCQUEVILLE, 1988, p.87).

É manifesto aos olhos de hoje que a administração descentralizada seria o ideal. No entanto, para a realidade social da França, a qual Tocqueville faz referência, não era uma realidade simples de ser alcançada. Já nos estados unidos a realidade territorial e geográfica, assim como o espírito participativo do povo propiciou na época de sua visita a organização comunal, dos Condados. Como é operacionalizada esta questão no Brasil? Traz ou traria resultados mais imediatos? A Constituição de 1988 prevê um governo descentralizado distribuído em três esferas, União, Estados e Municípios, isso acontece? Seria esta uma forma de equalizar de modo mais célere as desigualdades aqui encontradas? Mas estes questionamentos devem por ora ficar para outro momento.

Ao fazer as análises e comparativos entre os dois formatos de governo, o autor de *A Democracia na América* evidencia quais os contextos sócio culturais, assim como, a estrutura de formação das diferentes sociedades, que, claro, de modo distinto repercutem na organização e também nos nivelamentos sociais, constituindo-se como mais ou menos igualitárias.

No capítulo dez do livro I de *A Democracia na América* Tocqueville faz algumas considerações sobre as três raças americanas. Assim como fez com o estado social o autor começa descrevendo a realidade por ele encontrada e considera haver uma separação entre os povos ali existentes. Estes dois naturalmente distintos, a saber – indígenas e negros – e de algum modo inimigos.

A educação, a origem, a lei, assim como os traços exteriores formam uma barreira que dificilmente será ultrapassada em tempo próximo. A única semelhança é a posição territorial que os misturou sobre o mesmo solo, sendo assim cada uma prossegue separadamente seu destino.

Diferentemente em praticamente tudo, segundo Tocqueville, essas duas partes da sociedade sofrem todas as misérias ao ponto de referencia-las a diferenças como entre homens e animais.

“Essas duas raças infortunadas não têm em comum nem o nascimento, nem a aparência, nem a língua, nem os costumes; somente suas desgraças se parecem. Todas as duas ocupam uma posição igualmente inferior no país que habitam; todas as duas sentem os efeitos da tirania; e, se suas misérias são diferentes, podem lhes ser atribuídos os mesmos autores. Ao ver o que sucede no mundo, não diríamos que o europeu está para os homens das outras raças assim como

o próprio homem está para os animais? Ele os faz servir a seu uso e, quando não os pode dobrar, os destrói. ?” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 374).

Fora essa condição que destitui o negro de sua humanidade há também que se estabelecer quais foram as circunstâncias que o colocaram nesta situação. O fato de o negro ter sido vendido, o destituiu da sua pátria, ou da sua ideia de pertencimento a um território, a África. O fato de não lhes terem conferido os bens e os direitos sobre os quais o branco tinha por nascimento na Europa, o negro ficou entre as duas sociedades, permanecendo sozinho na lacuna dos dois povos. Perdeu então seus costumes, sua língua, sua religião e imagem completa de pátria, não lhes restando nada além do lar do seu senhor.

Tais são a obra dos males que a insensibilidade e o gosto depravado dos homens são capazes de produzir. Tais mazelas – a escravidão e extermínio dos povos indígenas – tem efeito direto nos indivíduos que a estas condições foram submetidos.

Assim como na outra sociedade, os costumes se tornam hábitos, os hábitos se tornam os costumes, estes se tornam as leis. Esses elementos juntos se tornam os dogmas, comprazem-se nas suas virtudes e vícios, sendo por fim a estrutura e cultura do povo.

Ao ser introduzido na sociedade depois que seu povo sofreu violência e situou-o na escravidão, este indivíduo, acaba por admirar seus algozes. Sem praticamente nenhuma alternativa.

“O negro entra ao mesmo tempo na servidão e na vida. Que digo? Muitas vezes compram-no ainda no ventre materno e ele começa, por assim dizer, a ser escravo antes de nascer. Sem necessidade como sem prazer, inútil a si mesmo, compreende, pelas primeiras noções que recebe da existência, que é propriedade de outro, cujo interesse é velar sobre seus dias; percebe que o cuidado com sua própria sorte não lhe cabe; o próprio uso do pensamento lhe parece um dom inútil da Providência, e ele desfruta calmamente de todos os privilégios de sua baixaza. Se se torna livre, a independência muitas vezes lhe parece um grilhão ainda mais pesado que a própria escravatura; pois, no curso de sua existência, aprendeu a submeter-se a tudo, exceto a razão; e, se a razão se tornasse seu único guia, não lhe saberia reconhecer a voz. Mil novas necessidades o assediam, e faltam-lhe os conhecimentos e a energia necessários para resistir a elas. As necessidades são amos que cumpre combater, mas ele aprendeu apenas a se submeter e a obedecer. Chegou, então, a este cúmulo de miséria, em que o cativo o embrutece e a liberdade o faz perecer. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 375).

No tocante aos povos indígenas as tramas da opressão ocasionaram mazelas um tanto quanto diferentes, mas não deixou de exercer sua influência. Como é sabido os povos indígenas antes da chegada dos europeus experienciavam um modo de vida bem diferenciado dos que então era considerado um modo de vida civilizada.

A primeira situação a ser sentida pelos povos indígenas foi a mudança geográfica, o deslocamento destes povos de seu território que a chegada dos anglo-saxões ocasionou no seu modo de vida. Não bastasse esse prejuízo, há ainda a interferência nos modos de vida, nos formatos de família, nos seus hábitos e costumes, na medida em que eram forçados a receber a influência da cultura recém-chegada.

O pensamento ocidental tentou estabelecer entre os povos que lá existiam sua condição moral, querendo modificar inteiramente o caráter dos índios, que eram até então considerados perante os europeus desordenados e menos civilizados.

Embora tenham tentado jamais puderam desempossar os povos indígenas de seu caráter, muito menos modificá-los, domesticá-los ou submete-los.

As duas raças postas no território americano passam por situações distintas, mas, não menos desagradáveis. O homem indígena em sua extrema liberdade, segundo Tocqueville, que não conhece os limites da família, das leis e se quer reconhece a autoridade das instituições estatais, este mesmo indivíduo não desenvolve quaisquer atividades em que tenha de declinar da sua vontade própria e benefícios do outro. Este homem (índio) muito menos sabe distinguir obediência voluntária da sujeição vergonhosa.

“Para ele, ser livre é escapar de quase todos os vínculos das sociedades [...] A civilização pouca influência tem sobre um homem assim”. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 376).

Já o negro está alocado nas bordas extremas da servidão, já não pode dispor de sua existência sem que se acometa de uma espécie de ilegalidade. Logo, a liberdade para um tem consequência diversa do que tem para o outro.

“O negro faz mil esforços inúteis para se introduzir numa sociedade que o repele; dobra-se aos gostos de seus opressores, adota suas opiniões e aspira, imitando-os, a confundir-se com eles. Disseram-lhe desde que nasceu que sua raça é naturalmente inferior a dos brancos, e ele não está longe de acreditar nisso, tem vergonha de si mesmo, portanto. Em cada um de seus traços, descobre um traço de escravidão e, se pudesse, aceitaria com prazer repudiar-se inteiro. Já o índio tem a imaginação cheia da pretensa nobreza de sua origem. Ele vive e morre no meio desses sonhos de seu orgulho. Longe de querer submeter seus costumes aos nossos, apegando-se a barbárie como a um signo distintivo de sua raça e repele a civilização, menos talvez por ódio a ela do que por medo de se parecer com os europeus. A perfeição de nossas artes, quer opor apenas os recursos do deserto; a nossa tática, sua coragem indisciplinada; a profundidade de nossos projetos, os instintos espontâneos de sua natureza selvagem. Sucumbe nessa luta desigual. O negro queria se confundir com o europeu, mas não pode. O índio poderia, até certo ponto, conseguir, mas desdenha tentá-lo. O servilismo de um condena-o à escravidão e o orgulho do outro, à morte.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 376, 377).

Tocqueville, faz um apanhado histórico de como para ele os povos indígenas do território americano sofreram com a influência da indústria, do comércio, e das luzes. Com isso, esboça quais são os possíveis destinos que terão de percorrer em suas trajetórias para não serem extintos ou expulsos na sua totalidade.

A introdução pelos europeus na vida dos indígenas de armas de fogo, do ferro e da aguardente, assim como a substituição do tecido das suas vestimentas por produtos industrializados, fez que de modo abrupto parte dos costumes dos povos indígenas enfraquecessem. A base de troca os indígenas também começaram estabelecer novas rotinas, por exemplo para a satisfação dos gostos mais superficiais da Europa, a caça deixa de ser apenas para a necessidade de alimentação, e sim, também, para acumulação das peles dos animais.

Um dos fatores que levaram também os povos indígenas a se distanciar dos espaços territoriais e que ocupavam à época da chegada dos anglo-saxões, foi a implantação da indústria que ocasionou o afastamento dos animais de suas proximidades. Portanto, o homem indígena que não tinha por hábito e não pensava o trabalho conforme era o padrão do homem Europeu, só tinha duas alternativas de salvação: a guerra ou a civilização.

Como homem indígena considerava o trabalho da indústria vil, cada vez mais tinha de se afastar para obtenção de seus meios de subsistência.

“Mas a desgraça dos índios é entrar em contato com o povo mais civilizado e, acrescentarei, mais ávido do globo, ao passo que ainda são semibárbaros; e encontrar em seus professores amos e receber ao mesmo tempo a opressão e a luz. Vivendo no seio da liberdade dos bosques, o índio da América do Norte era miserável, mas não se sentia inferior a ninguém; a partir do momento em que deseja penetrar na hierarquia social dos brancos, só pode ocupar nela a última posição, pois entra ignorante e pobre numa sociedade em que reinam a ciência e a riqueza. Depois de levar uma vida agitada, cheia de males e de perigos, mas ao mesmo tempo cheia de emoções e de grandeza, tem de submeter-se a uma existência monótona, obscura e degradada. Ganhar com trabalhos penosos e no meio da ignomínia o pão que deve alimentá-lo, tal é, a seus olhos, o único resultado dessa civilização que lhe gabam.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 387).

À medida que os povos indígenas se estabelecem em terras longínquas daquelas de seu nascimento são dizimados pelos europeus, fica claro que a liberdade não está atrelada à igualdade de condições, nem mesmo perante a lei para os negros e indígenas.

Tocqueville não fica indiferente a isso e dispõe um capítulo para relatar sobre esta distinção entre as raças que compõem o território americano e qual será seu futuro. Sua preocupação de que a liberdade e a igualdade de condições sofrem riscos, mas que

também produzem desigualdades, é relevante. É necessário, portanto, que na ação política da sociedade encontrem-se as estratégias a fim de restabelecer essa trajetória.

Quanto a situação do negro, essa transpassa a legalidade e certamente forjou-se nos dogmas da cultura dos americanos, os europeus e os negros do território americano estão intrinsicamente ligados um ao outro, estão selados um na cultura do outro, mas não lhes pode ser conferida a unidade de povo.

O fato de que todos os africanos que compunham a sociedade americana foram trazidos para os EUA de forma comercial os torna ou escravos ou alforriados, mesmo que em alguns dos estados americanos já não haja mais legalidade nesta atividade econômica, o poder simbólico que oprime e exclui de forma significativa está impresso na pele dos indivíduos, será preciso mais que leis para livrar estes sujeitos de tal peso, escreve Tocqueville.

“A lei pode destruir a servidão, mas só Deus pode fazer-lhe desaparecer os traços”. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 395).

A afirmação de Tocqueville para este assunto está aquém do esperado para um estudioso das sociedades políticas. Não bastasse isso, cabe trazer em tela que o lugar político de ação direta no corpo das sociedades ocupado por Tocqueville ora Deputado ora Ministro, lhe dá condições de estabelecer minimamente novos parâmetros para mudanças significativas nas realidades do negro e do índio do território americano. Atribuir a Deus a condução de tal tarefa não parece atitude de quem quer propor alternativas e ações políticas para mudar o status desta parcela da população.

A conduta dos europeus perante os negros, mesmo nos Estados em que não havia escravidão, era de opressão e desaprovação. A conduta dos negros perante os brancos era sempre a de evidenciar sua desprestigiada condição entre os membros da sociedade, uma conduta que certamente é fruto das extremas violências e depravações as quais foram acometidos.

Tocqueville retoma nessa parte do seu texto a questão da lei de sucessão de partilha de herança, traz também à disposição suas reflexões sobre educação como forma de emancipação e libertação.

Já desenhando um trajeto para a idealização de um fim da escravatura em todo o território americano, Tocqueville estabelece que a lei de sucessão é um dos fatores, que pela diminuição imediata das propriedades e dos recursos, os indivíduos terão de trabalhar

para prover-se de suas necessidades, o que gera uma espécie de concorrência livre entre brancos e negros nos mais diversos postos de trabalho.

Com a rapidez característica da economia e sempre visando o lucro, os patrões percebem que podem agora produzir mais com menor despesa e passam a empregar os brancos, mais produtivos segundo eles que os negros. Fazem uma conta rápida e chegam ao resultado que custa demasiado caro manter o negro com todas as suas despesas em comparação ao “empregado novo” que é livre.

Por fim, a escravidão começa a se apontar aos americanos mais como um interesse do senhor do que do escravizado, assim escreve Tocqueville.

“A partir do momento em que a lei das sucessões foi abolida, todas as fortunas começaram a diminuir simultaneamente, todas as famílias se aproximaram, por um mesmo movimento, do estado em que o trabalho se torna necessário à existência; muitas delas desapareceram inteiramente; todas entreviram o momento em que seria necessário que cada um provesse as suas próprias necessidades. Hoje ainda se veem ricos, mas eles não constituem mais um corpo compacto e hereditário; não puderam adotar um espírito, perseverar nele e fazê-lo penetrar em todos os níveis da sociedade. Começou-se, pois, a abandonar de comum acordo o preconceito que anatematizava o trabalho. Houve mais pobres, e os pobres puderam, sem enrubescer, ocupar-se dos meios de ganhar a vida. Assim, um dos efeitos mais próximos da igualdade das partilhas foi criar uma classe de operários livres. A partir do momento em que o operário livre entra em concorrência com o escravo, a inferioridade deste último se faz sentir, e a escravidão é atacada em seu princípio mesmo, que é o interesse do patrão.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 404).

Será difícil ao povo americano, conseqüentemente às suas instituições e leis, dar cabo da escravidão sem que isso se dê forma despótica ou na forma do conflito e da guerra. Por mais que as leis em alguns rincões do território americano estabeleçam igualdade entre os indivíduos, os costumes e preconceitos não o fazem de igual modo na conduta dos indivíduos, principalmente os brancos que se veem como superiores.

Em todas as esferas do cotidiano, ou o negro é oprimido e colocado de fora dos espaços e representatividades, ou o branco o coloca em posição vexatória a fim de estigmatizar e deixar evidente as dessemelhanças entre eles.

Para atingir tal objetivo, um déspota seria necessário – essa afirmação pode e parece problemática em sua formulação quando estamos tratando de democracia. Mas é preciso compreender como Tocqueville desenha este argumento, pois é, segundo ele, apenas em um governo déspota, que agisse de modo autoritário, que poderia colocar os negros e os europeus em pé de igualdade e findar com as desigualdades de forma abrupta nas leis e na cultura do povo. No entanto, restaria outro questionamento, quem obrigaria os brancos a rever seus preconceitos e costumes com igual celeridade? Os americanos

vivem num século em que tudo entre os homens busca a igualdade. No entanto, Tocqueville nos apresenta esta situação.

Desempenhar a tarefa árdua de juntar os brancos e negros nos EUA significa romper com bem mais que leis e estruturas estatais, consiste em romper com os preconceitos, refazer os costumes e agir na cultura de um povo inteiro. É necessário pois assentar a liberdade não em individualismos, mas sim na coletividade.

“enquanto a democracia americana permanecer à frente dos negócios, ninguém ousará tentar semelhante empresa, e podemos prever que quanto mais os brancos dos Estados Unidos forem livres, mais procurarão se isolar.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 411).

A necessidade de isolamento, conforme retrata Tocqueville, é sem dúvida operada pelos preconceitos e pela necessidade de evidenciar as diferenças, o branco reforça com certa pujança e até mesmo pela força de seu orgulho o relevo daquelas características que os mantém distintos e distantes.

As diferentes situações dos escravos entre sul e norte são também como toda a estrutura social, descritas por Tocqueville no território americano em suas nuances e aspectos descritivos de formação. No entanto, são diferentes as ações tomadas pelo povo e por seus Estados, a liberdade em um canto do território institivamente causa ebulição social no outro.

“Os negros podem permanecer escravos por muito tempo sem se queixar; mas, quando passarem a fazer parte dos homens livres, logo se indignarão por serem privados de quase todos os direitos de cidadãos e, não podendo se tornar iguais aos brancos, não tardarão a se mostrar inimigos deles.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 416).

A iminência de conflito entre os brancos e negros fez com que no sul dos EUA, além da lei, fizeram também grilhões sobre a alma do escravo, pois fora as correntes e a morte, os senhores apoderaram-se das vontades de seus serviçais, usurparam seu desejo de liberdade.

“Não que os americanos dessa parte da União tenham precisamente aumentado os rigores do cativeiro; ao contrário, eles atenuaram a sorte material dos escravos. Os antigos só conheciam as correntes e a morte para manter a escravidão; os americanos do Sul dos Estados Unidos encontraram garantias mais intelectuais para a duração de seu poder. Se assim posso me exprimir, eles espiritualizaram o despotismo e a violência. Na Antiguidade, procurava-se impedir que o escravo rompesse seus grilhões; nos dias de hoje, tratou-se de lhes tirar o desejo de fazê-lo. Os antigos acorrentavam o corpo do escravo, mas deixavam livre seu espírito e permitiam que se esclarecesse. Nisso, eram conseqüentes consigo mesmos. Havia então uma saída natural para a escravidão: de um dia para o outro o escravo podia se tornar livre e igual a seu amo.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 417).

Não é só isso. Nos Estados do sul da União a possibilidade de findar com a escravidão era coisa inimaginável, fosse pela necessidade de manutenção do escravo em suas ocupações, fosse pela não possibilidade de sua subsistência quando liberto. Concebeu-se assim a necessidade de mantê-lo escravo em caráter infundável.

Só essa condição de estabilidade dos humores entre as diferentes classes poderia evitar as desgraças oriundas dos conflitos que a liberdade dos escravos geraria. É inegável que tal estratégia foi desenhada pelos europeus, que, sem saída, preocupavam-se apenas com sua segurança e auto conservação.

“A partir do momento em que os europeus fizeram escravos no seio de uma raça de homens diferente da sua, que muitos deles consideravam inferior às outras raças humanas e a qual todos encaram com horror a hipótese de se assimilar um dia, supuseram a escravidão eterna; porque, entre a extrema desigualdade que a servidão cria e a completa igualdade que a independência produz naturalmente entre os homens, não há estado intermediário que seja duradouro.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 418).

Uma vez compreendido isso, cabe-nos assim como Tocqueville, apenas conjecturar sobre as hipóteses que os regimes políticos democráticos terão de inventar sistematicamente ao longo de seus processos e trajetórias.

“Quaisquer que sejam, de resto, os esforços dos americanos do Sul para conservar a escravidão, nem sempre terão êxito. A escravidão, encerrada num único ponto do globo, atacada pelo cristianismo como injusta, pela economia política como funesta; a escravidão, no meio da liberdade democrática e das luzes de nossa era, não é uma instituição capaz de durar. Ela cessará por obra do escravo ou por obra do senhor. Em ambos os casos, cabe esperar grandes desgraças.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 419).

Vale lembrar neste ponto que as liberdades de ação política e criação de fatos sociais na busca pela igualdade de condições são ainda fator preponderante nas democracias. A mesma liberdade de ação que criou a escravidão e cria as mais diversas desigualdades na sociedade de modo geral, é a ferramenta geradora de soluções destas discrepâncias.

As sociedades devem atentar-se às suas virtudes, corrigir seus desvios sempre de forma coletiva em prol da coisa comum. A igualdade de condições é uma aspiração das sociedades modernas, a liberdade de ação política e civil é o encurtamento das distancias a serem percorridas.

O exemplo tomado por Tocqueville, dos índios e dos negros, devido a maximização do peso moral sobre as temáticas, traz para a discussão conceitos universais como a humanidade dos sujeitos que foi retirada de cada um deles e conseqüentemente deduzida de sua condição.

Não é inseguro afirmar que, as desigualdades sociais, econômicas, de nivelamento intelectual e também aquelas que advêm das desigualdades características de países colonizados, os quais foram explorados por longa data e nos quais, após sua independência, foi implantada uma democracia capitalista, caracterizada pela industrialização tardia, com resquícios escravagistas, que produz sequencialmente outros tipos de desigualdade terão, tal qual os EUA, inevitavelmente que refazer-se na medida em que o corpo político desenvolve e cria fatos sociais capazes de dirimir e reduzir drasticamente essas diferenças.

É um dever ser ou destino da democracia, enquanto processo histórico multifacetado, baseada na liberdade política e em associações livres, a busca pela igualdade de condições para todos os sujeitos que a compõem.

Talvez, Tocqueville já tenha indicado um caminho,

“[o estado social] uma vez que existe, podemos considerar ele mesmo como a causa primeira da maioria das leis, costumes e ideias que regem a conduta das nações; o que ele não produz, ele modifica” (TOCQUEVILLE, 2001, p. 55, grifos nossos).

Com isso, se o regime democrático se faz eminentemente pela participação ativa da sociedade que está radicada nas suas leis, costumes, sentimentos e opiniões, como pode esta sociedade romper com aquilo que lhe dá forma?

Parece paradoxal, pois, para ser o que se espera dela, a democracia deverá simplesmente se refazer paulatinamente, situação essa que nos instiga a pensar: como, a partir de condições tão diversas daquelas descritas por Tocqueville, em sociedades com níveis de igualdade discrepantes, ou nas palavras do autor, em um estado social de condições desiguais, poderia tal regime inserir os marginalizados a fim de estabelecer-se como regime de igualdade?

Se a democracia se faz na igualdade de condições e com a participação da sociedade nas esferas estatais, bem como na sua movimentação cotidiana tendo como base seus aspectos descritivos de formação - o que por si só já mostraria o porquê da separação dos sujeitos em suas condições sociais específicas - parece que o desafio seria encontrar ou inserir outros aspectos que pudessem romper com os anteriores sem destituí-los em sua totalidade a fim de ao menos nivelar tal desproporção nas condições de partida.

Se a hipótese de que um estado social de igualdade de oportunidades para todos, mesmo que mínimas, é premissa básica para o desenvolvimento da democracia de acordo com Tocqueville, não basta que numa sociedade de desigualdades – seja as de formação

seja as por ela produzidas se tenha por conduta, hábitos, ideais e leis democráticas. É preciso, antes de tudo, pressionar o Estado a efetivar certo nivelamento social, seja a partir de políticas afirmativas, seja por medidas de inserção do sujeito na vida intelectual e subsequente em postos de trabalho, já que é observado que na estrutura social latifundiária, a imensa maioria não será beneficiada pela lei de partilha, mesmo que igual entre os filhos dos proprietários das terras.

Ao que parece, a partir do que foi observado, os ideais político-representativos desse Estado-nação não produzem fatos sociais, ao menos não de forma rápida e significativa, nem novas leis capazes de fazer tal nivelamento de condições, a ponto de encontrar neste caso apenas os elementos, burocráticos, normativos e administrativos da arquitetura necessária de um regime democrático básico.

Porém quando se trata do esforço da sociedade em fazer parte da vida coletiva, da coisa pública e dos mecanismos de deliberação do Estado, por vezes, se vislumbra talvez a possibilidade do que se espera de um regime político democrático, mesmo que na sua perspectiva ideal de equalização social, pois com a inserção do “povo” no debate e na vida do Estado, criam-se novas vivências, novas perspectivas, novas leis, novos hábitos novos dogmas e assim, novos mundos possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os mais diversos contextos históricos dos Estados-Nação, sejam os que por formação necessitam de revoluções, sejam os que a natureza ou a Providência colocou em condição pacífica, todos eles terão de modo aproximado que tratar das desigualdades em seus estados sociais.

Os aspectos descritivos que constituem a estrutura básica do corpo social, que sucedem nos dogmas, costumes, hábitos, sentimentos e opiniões e acabam por dar pavimento às leis e instituições que serão a realização da soberania do povo representada em instituições estatais, civis e nas suas mais diversas associações, sejam elas com objetivo político ou civil. São eles, a força vital da sociedade.

Todos estes elementos que elencamos produzem fatos sociais na vida cotidiana da sociedade. Conforme estabelecido por Tocqueville, nas sociedades em que o interesse bem compreendido permeia as decisões, deliberações das organizações e das ações coletivas do governo e até as escolhas privadas, é de se prever um processo de desenvolvimento que garantirá o bem comum, conservando as liberdades e paulatinamente fortalecendo a democracia que se reinventa no tecer da sociedade e no seu objetivo de prover as igualdades de condições deste povo.

É consenso, entre as mais diversas instituições que regimentam e tencionam os Estados-nação no propósito de se estabelecer democrático um país, que a universalização da educação, seja ela dos conhecimentos produzidos pela humanidade em matéria das ciências, das artes e da filosofia, etc., seja no conjunto de virtudes para à cidadania, é tarefa primeira. Outra característica posta para estes regimes é a lei da partilha de herança que distribui porções iguais a todos os descendentes, assim como, nas localidades nas quais ainda não há a posse da terra, as reformas sobre as propriedades do Estado.

Há que se retomar aqui que todas estas instituições normativas, caminham sob a égide da movimentação cotidiana da sociedade, que tem como valor sua soberania enquanto povo que se auto governa, de modo direto ou representativo.

A liberdade de ação política é tarefa do conjunto da sociedade, não podendo ser outorgada apenas à parte dela. Ou se estabelece comunidade em todos os aspectos decisórios e em seus mais diversos contratos e convenções quanto possível e que convençam a tantos quanto forem necessários, ou se enfraquece os regimes políticos e abre-se espaços para as tiranias e governos despóticos.

Entender-se como parte constitutiva do corpo político e colocar-se nas tarefas da sociedade de modo desprendido das vontades privadas é tarefa a ser perseguida de perto. Certamente é consequência de hábito, de educação voltada para a cidadania e consciência ética perante os pares desta mesma sociedade. Logo, responderíamos o questionamento ao qual nos propomos no início, mesmo que de modo simplificado.

Nossa reflexão tem como norte a formação do indivíduo na sociedade. Apenas como caráter ilustrativo um contexto que poderia ilustrar processos na efetividade de uma democracia é um trabalho realizado pela Nuvem ONG, na qual atuo como mediador de aprendizagem.

Esta tem como premissa uma educação voltada para a cidadania, uma educação política capaz de tornar o indivíduo sabedor de seus direitos e deveres e tem caráter emancipatório a fim de possibilitar a este um viés de autonomia sobre sua vida. Pode constatar que através de uma educação voltada para a ação política democrática é possível mudar de forma efetiva o pensamento dos indivíduos, sua atitude e posicionamento perante a sociedade, promovendo um deslocamento de consciência, bem como o assujeitamento dos mesmos. Tal mudança de comportamento na ação prática do cotidiano o insere o indivíduo nas esferas político-sociais.

O que nos é caro aqui é como se dá a relação desses indivíduos com as instituições político-sociais a partir de então, pois ao perceberem-se agentes da política se veem e são reconhecidos por seus pares. Estes indivíduos, em sua maioria, partem para o confronto com o Estado nas suas mais diversas esferas, na busca de uma participação democrática e pela efetivação da vontade coletiva, fortalecendo uma das instituições basilares da democracia - a participação.

A iniciativa desse trabalho de pesquisa surgiu por meio de uma reflexão sobre resultados obtidos de uma prática educacional realizada com jovens residentes em áreas periféricas, em situação de vulnerabilidade social, situação na qual a constatação da existência constitucional de igualdade abre espaço para se pensar em novas leis e, assim ampliar as relações intersubjetivas.

Tal reflexão nos encoraja a buscar fundamentos teórico-filosóficos que contribuam para observar e justificar conceitualmente o processo democrático gestado pelo estado social de regiões periféricas. A liberdade de ação política neste caso também não era reconhecida pelos indivíduos em seus territórios, logo, constada a possibilidade

de mobilidade entre as instituições e esferas da sociedade, estes, por meios legais, assumiram uma postura de ação política em benefício do bem comum.

Essa movimentação da sociedade, a constatação do lugar social que cada sujeito ativo e participante ocupa, pode culminar na transformação de um ‘indivíduo’ em um ‘cidadão’, fato que certamente gera um deslocamento de consciência, ou seja, uma revolução de sua compreensão cultural, que o aproximaria de uma melhor compreensão do seu papel enquanto integrante de um sistema democrático.

A exemplo disso, podemos pensar em fatores como o acesso à educação, à informação, aos mecanismos e instituições do Estado, geradores de transformações na sociedade que indubitavelmente potencializam o processo democrático.

Assim, pensar a política como ação coletiva, com objetivos e direitos comuns a todos, um estado social mais abrangente, igual, justo e inclusivo, é uma proposta de trabalho que encontra respaldo e pode ser fundamentada a partir da definição de estado social que nos apresenta Tocqueville.

Podemos atentar para a ideia segundo a qual aspectos como igualdade e liberdade seriam quase suficientes para a promoção de uma democracia real, pois, segundo o autor, esta é a forma de governo à qual as sociedades modernas estariam destinadas. No entanto, seria preciso ponderar, conforme sustenta Tocqueville, que “a grande obra da sociedade realiza-se dia a dia sob os seus olhos e, por assim dizer, entre suas mãos (TOCQUEVILLE, 2001, p. 358)”, ou seja, um dos pilares mais relevantes do processo democrático são as transformações que a democracia opera também nos seus integrantes a partir de instituições políticas fundamentais capazes de criar leis e oportunidades, assim como instituições educacionais capazes de estimular novos hábitos de ação política e participação social em sentido concreto.

É quase intuitivo, quando pensamos o político inserido em um regime democrático, que haja ali nos indivíduos uma predisposição inata de ação política, até mesmo uma naturalidade para o ímpeto participativo. No entanto, o que alavanca tal iniciativa é a trajetória de constituições simbólicas e de significado que a liberdade política e a busca pela igualdade de condições produzem.

Não haveria, pois, a necessidade de lutas para avançar em graus dentro das dessemelhanças se não houvesse desigualdade de condições. Aqui operamos fora do âmbito legal que prevê a igualdade entre todos os sujeitos na forma da lei. Falamos exatamente sobre as demandas que por circunstâncias outras colocaram uma parcela

significativa da sociedade em condições dispare e em casos mais extremos à margem da sociedade.

O objeto circular nessas sociedades de ver e rever o instrumental disponível para igualar ou ao menos aproximar as diferentes condições é tarefa e força motriz da democracia e tem como defesa a soberania do povo e a liberdade que se retroalimenta a cada nova demanda.

Compreendidas as características do estado social, seus elementos principais, mas não únicos, o papel dos fatos e leis na estruturação do tecido social americano e de suas instituições, é oportuno concluir que as democracias estão fortemente associadas as suas bases de nascimento, seus hábitos e costumes. Fato que não interdita as mudanças destes aspectos, pois a movimentação da sociedade impulsiona as instituições é resultado disso. o seu regime político. Logo é categórico afirmar que a sociedade que conquistar o mais alto grau de democracia em seu regime político por meio da participação e representação atingirá semelhantemente a igualdade e liberdade para seus indivíduos, superando assim, talvez, quaisquer exclusões.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Tradução Sérgio Bath. São Paulo, Martins Fontes, 1999, pp. 201-257.

JASMIM, Gantus Marcelo. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2005.

CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da Democracia. Uma introdução crítica*. Tradução Delamar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LEFORT, Claude. *Desafios da escrita política*. Tradução Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso, 1999, pp. 55-91.

LEFORT, Claude. *Liberalismo e Democracia*. Tradução Eliana de Melo Souza. Estudos de Sociologia, Araraquara: v.13, n.25, p. 13-26. 2008.

QUIRINO, Galvão Célia. *Tocqueville: a realidade da democracia e a liberdade ideal*. BRANDÃO, Gildo; QUIRINO, Célia Galvão; VOUGA, Claudio (Orgs.). In: *Clássicos do pensamento político*. São Paulo: EDUSP, 2004, pp. 247-269.

QUIRINO, Célia Galvão. *Tocqueville: Sobre a Liberdade e a Igualdade*. In: WEFFORT, Francisco (Org). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Atica, 1991.

_____. *Tocqueville: Sobre a liberdade e a igualdade*. WEFFORT, C Francisco (Org.). In: *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1999, pp. 151-160.

_____. *Tocqueville: a realidade da democracia e a liberdade ideal*. Instituto de Estudos Avançados (USP). São Paulo, 2013, 1-22.

REIS, Esser Helena. *A democracia como processo: política e educação no pensamento de Tocqueville*. Contexto & Educação (UNIJUÍ). Ijuí/ RS, Vol. 24, Nº 82, 2009, pp. 97-110.

_____. *Virtudes e vícios da Democracia*. Philosophos (UFG). Goiânia, 2006, Vol. 11, pp. 115-128.

_____. *A verdade provisória da democracia: uma análise do pensamento ético-político de Alexis de Tocqueville*. Polietica (PUCSP). São Paulo, 2012, Vol. 1, Nº 1, pp. 5-24.

TOCQUEVILLE, de Alexis. *Igualdade social e liberdade política*. Tradução: Cícero Araújo. São Paulo: Editora Nerman, 1988.

TOCQUEVILLE, de Alexis. *A democracia na América: leis e costumes*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *A democracia na América: sentimentos e opiniões livro II*. Tradução Eduardo Brandão - 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. *Igualdade social e liberdade política: uma introdução a obra de Tocqueville*. Tradução Cícero Araújo. GILBERT, Pierre In: *Textos selecionados e apresentados*. (Org.) São Paulo: Neuman, 1988.

_____. *O Antigo regime e a Revolução*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAHL, Robert. *Poliarquia*. Tradução: Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. *Sobre a democracia*. Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Ed. UNB, 2001.

JEFFERSON, Thomas. *Escritos políticos*. Tradução: Leonidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução: Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo. Vol. I* - Tradução - Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1994.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada: as questões clássicas. Vol. II* - Tradução - Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1994.